



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA**



NSEPR

KATHLEN KENDRA ROCHA SILVA

**PRECONCEITO E ESTEREÓTIPOS DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: UM
ESTUDO COMPARATIVO NOS ESTADOS DO ACRE E SERGIPE**

**PREJUDICE AND STEREOTYPES OF INDIGENOUS PEOPLES OF BRAZIL: A
COMPARATIVE STUDY IN THE STATES OF ACRE AND SERGIPE**

São Cristóvão - Sergipe

2022

KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA

**PRECONCEITO E ESTEREÓTIPO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL: UM
ESTUDO COMPARATIVO NOS ESTADOS DO ACRE E SERGIPE
PREJUDICE AND STEREOTYPES OF INDIGENOUS PEOPLES OF BRAZIL: A
COMPARATIVE STUDY IN THE STATES OF ACRE AND SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal de Sergipe-
PPGPSI – UFS como requisito para a obtenção do título
de mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia da Silva

São Cristóvão – Sergipe

2022

SER INDÍGENA – SER OMÁGUA

Sou filha da selva, minha fala é Tupi.
Trago em meu peito,
as dores e as alegrias do povo Kambeba
e na alma, a força de reafirmar a
nossa identidade,
que há tempo fico esquecida,
diluída na história.
Mas hoje, revivo e resgato a chama
ancestral de nossa memória.

Sou Kambeba e existo sim:
No toque de todos tambores,
na força de todos os arcos,
no sangue derramado que ainda colore
essa terra que é nossa.
Nossa dança guerreira tem começo
mas não tem fim!
Foi a partir de uma gota d'água
que o sopro da vida
gerou o povo Omágua.
E na dança dos tempos
pajés e curacas
mantêm a palavra
dos espíritos da mata,
refúgio e morada
do povo cabeça-chata.

Que o nosso canto ecoe pelos ares
como um grito de clamor a Tupã,
em ritos sagrados,
em templos erguidos,
em todas as manhãs!

Márcia Wayna Kambeba

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586p Silva, Kathllen Kendra Rocha
Preconceito e estereótipo dos povos indígenas do Brasil : um estudo comparativo nos estados do Acre e Sergipe = Prejudice and stereotypes of indigenous peoples of Brazil : a comparative study in the states of Acre and Sergipe / Kathllen Kendra Rocha Silva ; orientador Marcus Eugênio Oliveira Lima. – São Cristóvão, SE, 2022. 157 f.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2022.

1. Estereótipos (Psicologia social). 2. Indígenas – Acre - Sergipe. 3. Preconceitos. 4. Representações sociais. I. Lima, Marcus Eugênio Oliveira, orient. II. Título.

CDU 316.647.8(=1-82)

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação da discente Kathllen Kendra Rocha Silva, intitulada: **Preconceito e estereótipos dos povos indígenas do Brasil: Um estudo comparativo nos estados do Acre e Sergipe**, defendida e aprovada em 24 de agosto de 2023, pela banca examinadora constituída pelos professores(as) doutores(as):

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima

(Orientador- UFS)

Prof^a. Dra. Patrícia da Silva

(Co-orientadora- UFAC)

Prof^a. Dra. Kaline da Silva Lima -UNIFOR (Membro Interno)

Dra. Jaqueline Medeiros Silva Calafate - UFS (Membro Externo)

Prof^a. Dra. Ana Raquel Rosas Torres – UFPB (Membro Externo)

RESUMO

Esta dissertação teve por objetivo analisar os estereótipos e preconceitos que a população não indígena apresenta em suas imagens simbólicas construídas acerca dos povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe. Inicialmente realizou-se uma reconstituição da história dos povos indígenas no território acreano e sergipano, até os dias atuais. Em seguida, foi realizada uma revisão de escopo, com objetivo de extrair o estado da arte sobre o racismo contra povos indígenas no Brasil. Posteriormente, com a finalidade de fundamentar as análises que seriam realizadas apresenta-se um quadro geral da história dos conceitos de estereótipos e preconceito dentro da psicologia social. A partir desta construção, por fim, conduziu-se um estudo empírico, de caráter exploratório e comparativo, visando rastrear na população autodeclarada não indígena dos estados do Acre e Sergipe, os estereótipos e preconceitos presentes no imaginário social sobre os povos indígenas do Brasil. A pesquisa foi aplicada em 116 participantes, sendo 50 moradores do Acre e 66 de Sergipe, com idades entre de 18 e 61 anos ($M = 27,2$; $DP = 9,33$). Para tal, foi feito o uso de um questionário desenvolvido pelos pesquisadores com base nos instrumentos desenvolvidos nos estudos de Lima & Almeida (2010) e Torres et al. (2011), composto por um Questionário Sociodemográfico, Questões de respostas abertas, uma Escala de Distância Social, uma Escala de Sentimentos/ Emoções e uma Escala de Reconhecimento/Negação do Preconceito. Como resultados, os dados dos estereótipos indicaram a presença de padrões estereotípicos associados aos povos indígenas, reproduzindo imagens construídas no passado colonial, tais estereótipos são reflexos da invisibilização a que essa minoria foi submetida, que possibilitam a manutenção de relações hierarquizadas de dominação sobre eles, para tal fenômeno não foram verificadas variações nas respostas em relação ao contato ou posicionamento político. Quanto aos dados obtidos sobre o preconceito, não foram verificados nas médias dos instrumentos a presença de um preconceito explícito, porém nos dados qualitativos foram verificadas respostas dos participantes que confirmam a presença do preconceito. No que se refere as influências das variáveis suplementares no fenômeno do preconceito, não foram detectadas diferenças na expressão do preconceito em ambos os estados (contato intergrupar), porém o posicionamento político caracterizou-se por ser uma variável preditora do preconceito na amostra. Todos os resultados foram analisados sob a perspectiva da psicologia social.

Palavras – chave: Povos Indígenas; Preconceito; Estereótipos; Acre; Sergipe; Representações sociais

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the stereotypes and prejudices that the non-indigenous population presents in their symbolic images constructed about indigenous peoples in the states of Acre and Sergipe. Initially, a reconstitution of the history of indigenous peoples in the Acrean and Sergipe territories was carried out, up to the present day. Then, a scope review was carried out, with the aim of extracting the state of the art on racism against indigenous peoples in Brazil. Subsequently, with the purpose of substantiating the analyzes that would be carried out, a general picture of the history of the concepts of stereotypes and prejudice within social psychology was made. Finally, based on this construction, an empirical study, of a comparative exploratory nature was elaborated, aiming to track in the self-declared non-indigenous population of the states of Acre and Sergipe, the stereotypes and prejudices present in the social imaginary about the indigenous peoples of Brazil. The survey was applied to 116 participants, 50 from Acre and 66 from Sergipe, with an average age of 18-61 years. To this end, a questionnaire developed by the researchers was used based on the instruments created in the studies by Lima and Almeida (2010) and Torres et al. (2011), consisting of a Sociodemographic Questionnaire, open-ended questions, a Social Distance Scale, a Feelings/Emotions Scale and a Prejudice Recognition/Denial Scale. Those of stereotypes indicated the presence of stereotypical patterns associated with indigenous peoples, reproducing images constructed in the colonial past, such stereotypes are reflections of the invisibilization to which this minority was subjected, which enable the maintenance of hierarchical relationships of domination over them, for such a phenomenon not variations were verified in the answers in relation to the contact or political position. As for the data obtained on prejudice, the presence of an explicit prejudice was not verified in the means of the instruments, but in the qualitative data, responses of the participants that confirm the presence of prejudice were verified. With regard to the influence of additional variables on the phenomenon of prejudice, no differences were detected in the expression of prejudice in both states (intergroup contact), but political positioning was characterized as a predictor of prejudice in the sample. All results were analyzed from the perspective of social psychology.

Keywords: Indigenous Peoples; Prejudice; Stereotypes; Acre; Sergipe; Social representation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição Geográfica dos Povos Indígenas Por Regiões	919
Figura 2. Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça no Brasil 1991/2010	20
Figura 3. Distribuição por municípios de povos indígenas em Sergipe	21
Figura 4. Distribuição por municípios de povos indígenas no Acre	21
Figura 5. Processo de seleção de estudos sobre racismo contra povos indígenas no Brasil de acordo com o diagrama de fluxo de informação de metodologia PRISMA	28
Figura 6. Análise Prototípica	78
Figura 7. Análise de Similitude da Matriz.....	80
Figura 8. Dendrograma da CHD “Na sua opinião, quais características os brasileiros, de uma maneira geral, acreditam que os povos indígenas têm? Diga o máximo que conseguir”	82
Figura 9. Análise de Similitude 1	84
Figura 10. Dendrograma da CHD ” Quando você pensa nos acontecimentos do Brasil, o que lembra em relação aos povos indígenas?”	85
Figura 11. Análise de Similitude 2	87
Figura 12. Dendrograma da CHD “Como você descreveria um indígena?”	89
Figura 13. Análise de Similitude 3	91
Figura 14. Dendrograma da CHD “Onde os povos indígenas, de maneira geral, vivem?”	92
Figura 15. Análise de Similitude 4	94
Figura 16. Dendrograma da CHD “O que, na sua opinião, os povos indígenas, de uma maneira geral, fazem no seu dia a dia?”	95
Figura 17. Análise de Similitude 5	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Quadro de publicações em formato artigo para o estudo	39
Tabela 2. Quadro de publicações em formato Teses e Dissertações para o estudo.....	41
Tabela 3. Frequência da qualidade do contato	99
Tabela 4. Estatística Descritiva Escala de Distanciamento Social (n=105)	100
Tabela 5. Médias (Desvio Padrão) dos sentimentos/emoções dos estados (n=113)	102
Tabela 6. Análise Fatorial Exploratória Escala de Sentimentos/emoções (n =111).....	103
Tabela 7. Estatística Descritiva Escala de Reconhecimento do Preconceito	105
Tabela 8. Análise Fatorial Escala de Reconhecimento/Negação do Preconceito.....	107
Tabela 9. Análise de Correlação de Sepearman	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEC - Análise Experimental do Comportamento

AFE - Análises Fatoriais Exploratórias

ANOVA - Análise de Variância

APA – American Psychological Association

BDTD – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BVS – Biblioteca Virtual de Saúde

CHD- Classificação Hierárquica Descendente

CIMI- Conselho Indigenista Missionário

DNA - Ácido desoxirribonucleico

DP - Desvio Padrão

FPA- Fundação Perseu Abramo

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRAP - Implicit Relational Assesment Procedure

JASP- Jeffrey's Amazing Statistics Program

KMO - Kaiser–Meyer–Olkin

MTS - Matching-to-sample

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

ST – Segmento de Texto

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UCE- Unidade de contexto

UCI – Unidade de context inicial

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	7
POVOS INDÍGENAS	7
1.1 Povos Indígenas e “Descobrimento do Brasil”	8
1.2 História dos Povos Indígenas em Sergipe.....	13
1.3 História Dos Povos Indígenas No Acre	16
1.3 Povos indígenas no Brasil atual.....	18
CAPÍTULO 2	24
RACISMO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO	24
2.1 Introdução	24
2.2 Método	26
2.1.1 As bases de dados	26
2.1.2 Procedimentos	26
<i>Critérios de elegibilidade.....</i>	<i>26</i>
<i>Coleta e materiais</i>	<i>26</i>
2.3 Resultados.....	27
2.4 Discussão.....	30
<i>Contextos de estudo do racismo.....</i>	<i>32</i>
<i>Formas de expressão do racismo.....</i>	<i>35</i>
2.5 Conclusões	44
CAPÍTULO 3	47
ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA POVOS INDÍGENAS	47
3.1 Representações sociais.....	47
3.2 Estereótipos	51
3.2.1 Estereótipos dos povos indígenas.....	56
3.3 Preconceito	59
3.3.1 Preconceito no Brasil	65
3.3.2 Preconceito Contra Povos Indígenas Brasileiros	66
CAPÍTULO 4	69
ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	69
4.1. OBJETIVOS	69
<i>Objetivo Geral.....</i>	<i>69</i>
<i>Objetivos específicos</i>	<i>69</i>
4.2 MÉTODO	69

4.2.1 Participantes.....	69
CAPÍTULO 5	77
RESULTADOS E DISCUSSÃO	77
5.1 Estereótipos dos povos indígenas	77
5.2 Dados do Preconceito Contra Povos Indígenas	98
<i>Preconceitos contra os povos indígenas</i>	<i>99</i>
CAPÍTULO 6	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERÊNCIAS.....	119
APÊNDICES	128
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DA PESQUISA	128
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	139
APÊNDICE C- GRÁFICO DA ANÁLISE PROTOTÍPICA	141
ANEXOS	142
ANEXO A- Folder IBGE P.1	142
ANEXO A- Folder IBGE P.2	143
ANEXO B- PARECER APROVADO COMITÊ DE ÉTICA	144

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos a construção racial da população brasileira, os povos indígenas são a origem do organograma. Sua história está ligada as terras brasileiras antes mesmo da chegada dos Portugueses a América indígena. Como povos originários, muitos brasileiros possuem em seu DNA descendência indígena (Pena et al.,2000). Porém, quando questionados sobre qual a visão que possuem dos indígenas, relatam um desconhecimento ou imagens simbólicas muito distantes. Os indígenas representam um grupo minoritário que possui uma determinada posição na sociedade, reflexo da formação de sua imagem, a posição em que se encontram se relaciona com as caracterizações históricas que foram construídas pelos grupos que possuíam o poder político-econômico (Lima & Almeida,2010).

Nos últimos tempos, ocorreu um descortçamento da violência a que os povos indígenas brasileiros foram e são submetidos, frutos de movimentos sociais e lideranças indígenas. O mais recente foi o caso da tragédia humanitária que aflige o povo yanomami. Em que a maior reserva indígena, localizado nos estados do Amazonas e de Roraima, os povos que lá habitam sofrem risco de não sobreviver. O Ministério dos Povos Indígenas, contabilizou no ano de 2022, cerca de 570 crianças que morreram por desnutrição, fome e contaminados pelo Mercúrio, consequentes do garimpo ilegal que assolou a região e territórios adjacentes (Gomes,02/02/2023)

Situações como estas sempre assolaram os povos indígenas brasileiros, reflexo de um ideal colonial perpetuado e remodelado em um colonialismo moderno, que estrutura a sociedade atual e suas instituições, tornando por dar continuidade a invisibilização, opressão e extermínio dos povos originários, assim como seus modos de vida (Junior & Passos, 2014).

Analisar este cenário em que os povos indígenas estão inseridos em uma perspectiva da psicologia social, nos permite analisar os fenômenos sociais que marcam a problemática, abrindo algumas reflexões. As violências cometidas contra a população indígena brasileira, podem ser compreendidas como atos racistas? Quais os fenômenos que estruturam e retroalimentam o racismo contra essa parcela da população brasileira? Quais fatores subjacentes podem influenciar na sua expressão?

Com a finalidade de responder aos questionamentos abertos anteriormente que este material foi pensado. Partindo de uma perspectiva de que os atos afligidos contra povos indígenas são marcas de um racismo que estrutura as relações da população não indígena com os povos originários.

Mas o que definimos aqui como racismo? Dentro de uma perspectiva da psicologia social, Lima e Vala (2004) conceituam o racismo como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação em relação a um indivíduo ou grupo, consequente de uma diferenciação baseada em diferenças reais ou simbólicas. Portanto, o racismo é concebido como uma ação que tem por finalidade a manutenção de privilégios e dominação social (poder) e consolidado por imagens e atitudes negativas sobre o outro (preconceito) (Lima,2020).

Para a análise do racismo, foi feito o uso de três fenômenos que dialogam diretamente com o racismo, as representações sociais, os estereótipos e preconceito. “As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborada e partilhada, tendo uma orientação prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p.36).

A teoria das representações sociais, desenvolvida por Serge Moscovici, abriu um novo campo de estudos na psicologia social, o estudo das representações sobre o modo como as pessoas comuns constroem conhecimento sobre os fenômenos, que rompeu o paradigma clássico da psicologia cognitiva que dividia sujeito-objeto. Nessa perspectiva não haveria separação entre os universos externo e interno. A realidade é sempre significada e ressignificada pelos sujeitos: re-apresentada, ou seja, o sujeito ou grupo se reapropria da realidade e a reconstrói sob influência dos seus valores, história e contextos social e ideológico que está inserido (Moscovici, 1976/2013; Abric, 1998).

Para Moscovici, todas as interações humanas pressupõem uma representação, ou seja, em todos os lugares, em todas as trocas sociais com pessoas ou objetos, as representações estão presentes (Moscovici, 1976/2013). Dessa forma, as representações teriam funções sociais, sendo elas: uma função de saber – que permite que o indivíduo compreenda e explique a sua realidade; uma função identitária – possibilita que os atores sociais definam sua identidade e permite a proteção da especificidade dos grupos; uma função de orientação – atuando como um guia para os comportamentos e práticas dos sujeitos e uma função justificadora – que atua a posteriori, justificando os comportamentos e posicionamentos dos indivíduos (Abric, 1998).

A abordagem da teoria das representações sociais aqui adotada, refere-se ao modelo estrutural de Abric, a Teoria do núcleo Central. Para Abric (1998) uma representação é estruturada num sistema sociocognitivo composto por dois elementos que a dão significado: o núcleo central – este sofre influência direta do sistema de valores e normas sociais do meio ambiente ideológico do sujeito ou grupo, constitui-se a parte mais estável da representação e os elementos periféricos – em que estão localizados os conteúdos mais acessíveis, vivos e concretos das representações.

Quanto aos estereótipos – parte importante das representações sociais - são estruturas cognitivas composta pelos conhecimentos e expectativas que os indivíduos possuem sobre os grupos e seus integrantes, podendo intervir nos juízos de valor e avaliações (Hamilton & Troler, 1986; Tajfel, 1980). Tajfel (1981) dividiu em sua obra dois tipos de funções que os estereótipos atuam na vida do sujeito, sendo elas individuais e sociais/culturais.

A primeira subdivida em 1) a economia cognitiva, por meio da sistematização e simplificação das informações para percepção da realidade e 2) a defesa dos valores individuais, de modo a proteger a sua identidade por meio da manutenção das imagens dos grupos. A segunda subdivide-se em: 1) explicação de causalidade social, 2) justificação e legitimação social e 3) diferenciação social (Tajfel, 1981; Lima, 2020).

A construção de uma imagem infra-humanizada dos povos indígenas, foi utilizada durante o período colonial para justificar seu extermínio e dominação desses povos, no período da colonização. Estes eram percebidos como seres sem educação, sem religião, menos humanos, mais distanciados da norma vigente que tinha por padrão o homem branco europeu. Até recentemente, em um estudo realizado por Lima & Almeida (2010) foi verificada a continuidade de representações estereotipadas dos povos indígenas, de modo a justificar a continuidade de atos racistas expostos diariamente nas mídias. Sendo assim, analisar como estão caracterizados os esquemas mentais da população não indígena sobre os povos originários na atualidade permite compreender uma das estruturas que compõe e alimenta o racismo.

Quanto ao preconceito, Lima (2020) já afirmava ao definir o racismo, que este seria como uma força motriz que põe o preconceito em ação dentro de uma relação de poder. Há uma diversidade de tipos de preconceito tal qual de minorias sociais, a população indígena é uma das minorias afetadas. O fenômeno se caracteriza por uma orientação negativa em relação a indivíduos de determinados grupos, ruim e injustificada, podendo ser irracional ou racional, e de caráter rígido (Augoustinos & Reynolds, 2001; Lima, 2013).

O preconceito pode tomar diversas formas, para adaptar-se ao grupo alvo, mas alguns elementos são comuns a todos. Sendo eles: 1. ênfase e hierarquização das diferenças entre os grupos; 2. Sentimentos e emoções negativas contra alguém devido ao seu pertencimento grupal; 3. Uniformização ou homogeneização dos membros do grupo minoritário alvo; e 4. resistência cognitiva e social a negação das crenças e expectativas negativas acerca do exogrupo, mesmo que haja evidências favoráveis (Lima, 2013; Lima, 2023).

Os fenômenos sociais sofrem influência do contexto social em que estão inseridos. Desta forma, pensar na influência do contato intergrupal em relação a expressão do preconceito e estereótipos dos povos indígenas torna por ser valorativo. Torres et al (2011) descreve que

contato intergrupar ganha o interesse dos psicólogos sociais, baseado no estudo seminal de Gordon Allport (1954/1979), ocupando um espaço significativo nos estudos das relações intergrupais, os autores descrevem historicamente como o contato entre os grupos não indígenas e indígenas, foi marcado por muita violência, apagamento e distanciamento. Sendo assim, qualificar o contato intergrupar, que marca as relações grupais entre não indígenas e indígenas no território brasileiro, torna por nos apresentar em qual contexto o preconceito e os estereótipos estão adaptados. Assim como, qual o reflexo que a história do contato entre esses grupos reverbera atualmente.

Para além desta, pensando na realidade brasileira em que o posicionamento político reflete nas questões sociais e na posição adotada pelos sujeitos sociais. Tomamos aqui o espectro de Esquerda-Direita como análise. Tarouco e Madeira (2011) definem que a Esquerda e Direita retratam categorias que constantemente são utilizadas para localizar espacialmente a posição de diferentes partidos políticos dentro de um mesmo sistema partidário.

A definição do que é compreendido como esquerda e direita, mudam historicamente e geograficamente, mudam de um país para outro, de acordo com as experiências nacionais e o desenvolvimento econômico, porém dentro de um mesmo país ainda podem mudar de tempos em tempos (Bresser-Pereira, 2000). No Brasil, os conceitos de esquerda e direita foram aplicados de diversas formas nos últimos 40 anos (Ver Lima et al., 2022).

Uma das últimas definições que estruturam o espectro que rege a atualidade é descrito por Bresser-Pereira (2006), para o autor a direita é concebido por forças políticas associadas a lutas econômicas, especificamente que visam assegurar a ordem em um país capitalista e democrático. Enquanto a esquerda, se associariam pessoas que defendem o valor de igualdade, que procuram instaurar uma ordem em benefício de uma justiça social. Lima et al. (2021) salienta que com a redemocratização um novo elemento definidor do espectro, se desloca da democracia para a crise econômica, desse modo, a postura perante o liberalismo-econômico toma lugar central.

Para tanto foi proposto um estudo exploratório que mensura os fenômenos dos estereótipos e do preconceito em relação aos povos indígenas comparando dois territórios distintos, os Estados do Acre e Sergipe, com o objetivo de analisar possíveis diferenças nas imagens sociais dos povos indígenas com relação ao grau de contato nos Estados do Acre e Sergipe; analisar os sentimentos predominantes da população não indígena sobre os povos indígenas do Brasil nos Estados do Acre e Sergipe e analisar os impactos da posição política no espectro Direita-Esquerda nas representações estereotípicas e nos preconceitos contra os povos

indígenas nos dois Estados. Para tanto, o material foi organizado em seis capítulos, estruturados capítulos teóricos, uma revisão de escopo e um estudo empírico.

Primeiramente, para estudar um grupo é necessário compreender como se deu a sua construção. Para tanto o primeiro capítulo foi desenvolvido com a finalidade de realizar uma reconstrução da história dos povos indígenas brasileiros, desde seus primórdios que antecedem a chegada dos europeus as Américas, assim como transcorreu sua história até a atualidade.

Pelo seu caráter de estudo comparativo, neste capítulo também foi realizado um resgate da história dessa minoria dentro de ambos os territórios. Sabe-se da importância dos eventos históricos na estruturação do racismo, esta não é uma realidade diferente para esse grupo. Compreendeu-se então a necessidade de analisar como se deu o processo de colonização em ambos os territórios, e quais foram seus reflexos na construção social da realidade atual.

Em um segundo momento, bem como, respondendo a primeira das perguntas abertas neste material, foi realizada uma revisão de escopo, para compreender o estado da arte acerca do racismo contra povos indígenas. A revisão foi estruturada com objetivo de responder a seguinte pergunta de pesquisa: o que se tem de literatura publicada sobre o racismo contra os povos indígenas na realidade brasileira? A metodologia aplicada baseou-se nas diretrizes do PRISMA, sendo passível de reprodução.

Nesta, é possível verificar o quão prematuro são os estudos sobre o racismo contra essa população. Também oferece as principais teorias e conceitos localizados nos materiais coletados. Para além, a revisão permitiu “não dados”, que podem ser interpretados para o quão profundamente o racismo contra povos indígenas está estruturado na sociedade brasileira, que se encontra inserido em diversos contextos e instituições, sendo um destes a própria ciência.

Posteriormente, para servir de suporte às análises posteriores, foi feito um quadro teórico dos estereótipos e do preconceito. Ambos os fenômenos são historicamente pesquisados e teorizados por estudiosos da psicologia social, passando por mudanças e evoluções nas formas com que são vistos e analisados. No terceiro capítulo desta dissertação foi então exposto um resumo geral da história dos conceitos de ambos os fenômenos, dentro da literatura oferecida pela psicologia social (área em que este material se insere).

No quarto capítulo, é apresentado o método que estrutura este estudo, os instrumentos utilizados, perfil dos participantes, assim como os tipos de análises aplicado. Como já sinalizado acima, trata-se de um estudo exploratório comparativo, aplicado em 131 sujeitos moradores dos estados do Acre (50) e Sergipe (66), com idades variando de 18-61 anos. A pesquisa foi realizada de forma remota devido a pandemia do Covid-19. O trabalho passou por análise do

Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, assim como o Sistema da Plataforma Brasil, sendo concedida a aprovação.

Os dados obtidos no estudo, bem como suas análises estão expressos no quinto capítulo deste material. Dois tipos de análises compõem os resultados, para os estereótipos foram realizadas análises qualitativas com apoio do software do Iramuteq. Para os dados que mensuraram o preconceito, obteve-se dados quantitativos, analisados por meio dos softwares do SPSS e JASP. Por fim, no sexto capítulo deste material, são apresentadas as considerações finais extraídas da pesquisa.

CAPÍTULO 1

POVOS INDÍGENAS

Neste capítulo será apresentada a história dos povos indígenas do Brasil, com o objetivo de tentar fazer uma construção cronológica da história desses povos. Iniciando no período da chegada dos Europeus em terras brasileiras, quando se tem os primeiros registros históricos sobre os povos indígenas brasileiros, seguido das histórias desses povos nos estados do Acre e Sergipe até relatos atuais.

Partindo do pressuposto que a história dos povos indígenas está conectada à do Brasil, este material tem como ponto de partida a chegada dos Portugueses ao “Novo Mundo”, inicialmente denominado por eles de Ilha de Vera Cruz e que, posteriormente, foi nomeado de Brasil.

Ao revisitar a história desses povos, há poucas informações sobre suas origens e sobre os índices populacionais existentes no território antes da chegada dos Europeus, informações essas que, quando existentes, têm um caráter de incerteza e imprecisão. Contudo, a ausência de registros não se restringe apenas ao período colonial, há muitas lacunas no passar dos anos (Cunha, 1992). Nesse sentido, Bittencourt (2013), em seu capítulo sobre *“História das populações Indígenas na escola: memórias e esquecimento”*, afirma que os povos indígenas são inseridos na história do Brasil ao tratar do processo de colonização, e, nos períodos que se seguem à constituição do Estado Nacional, mas que, em seguida, são anulados do cenário, deixando espaços vazios.

Analisando o silenciamento retomamos aqui a obra de Darcy Ribeiro (1995/2015), *“O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil”*, em que o autor se propõe a reconstruir a história da formação do povo brasileiro, tendo como foco todos os seus protagonistas. Ele sinaliza o quão difícil é esta façanha, pois os testemunhos que se possui é de apenas um dos protagonistas: o invasor. Deste modo, o autor relata o que aconteceu com os indígenas e negros, de modo que, poucos são os espaços de fala desses povos nos registros. Sendo, então, documentações da versão do dominador (D. Ribeiro, 1995/ 2015).

Embora os documentos localizados e descritos por pesquisadores do “falar sobre” ter como característica principal uma visão preconceituosa do dominador, ainda representa o reconhecimento da presença indígena em território brasileiro, porém, em um dado momento, os escritos dão espaço a lei do silêncio. Teorias como a da aculturação-assimilação é/foi invocada ao chamado de tentar “explicar” o silenciamento desses povos, mas como será

percebido durante este capítulo, e, como atentou-se D. Ribeiro (1979:446), a aculturação dos indígenas não resultava na assimilação grupal (Dantas, 1987/88/89). Iniciamos nosso resgate com a vinda dos Europeus ao Brasil, o marco histórico do “descobrimento do Brasil”.

1.1 Povos Indígenas e “Descobrimento do Brasil”

Recontando a história, em 9 de Março de 1500, sai de Lisboa, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, uma esquadra de 13 navios, 1200 homens, em direção às Índias, para ampliação do mercado Português. Porém, após perder um navio de mantimentos em um temporal, 42 dias após sua partida, os portugueses avistam terras e um novo mundo, segundo alguns estudiosos desconhecidos por eles (Allgayer, 2005).

No desembarque em Porto Seguro, os navegantes depararam-se com homens descritos da seguinte maneira: “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas.” (Pero Vaz de Caminha, Carta a D. Manuel, o Venturoso). O desconhecimento da nova terra é descrito no relato de Cabral acerca de sua consulta aos homens mais experientes, veteranos de viagens ao Oriente e que nenhum soube dizer com precisão de que território se tratava aquele. A frota aportou por 10 dias e partiu, deixando dois degradados para que pudessem aprender o idioma daqueles que foram denominados índios, além de servirem de guias e intérpretes para os portugueses quando retornassem (B. Ribeiro, 2000).

Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. (Pero Vaz de Caminha, Carta a D. Manuel, o Venturoso).

Durante o primeiro meio século, as relações entre indígenas e europeus são descritas como comerciais, eram trocados foices, machados e facas pelo pau-brasil, usado para tintura de tecidos, bem como, curiosidades exóticas como papagaios e macacos em feitorias costeiras. Entretanto, essa realidade sofrerá alterações durante o período do primeiro governo geral do Brasil.(Marchant, 1980 *apud* Cunha, 1992).

Antes de adentrarmos no processo de colonização das terras brasileiras, aprofundar-nos-emos em quem eram aqueles povos desconhecidos com os quais os europeus vivenciaram esse encontro de mundos.

Os registros históricos estimam que havia por volta de 1 a 8,5 milhões de povos autóctones nas terras da América do Sul na época das grandes navegações do século XV (Cunha, 1992). Os povos indígenas encontrados em território brasileiro pelos europeus são denominados de *Tupiniquim*, pertencentes à família *Tupinambá*, ocupantes de grande extensão do litoral. Reconstruções históricas descrevem esses povos como recém-chegados à costa, após a expulsão de tribos inimigas (*tapuias*) para o sertão, exceto alguns grupos. As narrativas apresentam dois grandes grupos que se dividem os povos indígenas, os *tupinambás*, do tronco linguístico *tupi-guarani*, que falavam uma mesma língua e praticavam costumes próximos; e os *tapuia*, os grupos filiados à família linguística *jê* e alguns de língua isolada, grupos localizados no sertão (B. Ribeiro, 2000).

Os indígenas não se configuravam em uma nação, mas uma miríade de povos tribais, que possuíam línguas diversas, outras do mesmo tronco e, ainda, dialetos em uma mesma língua, e, quando cresciam populacionalmente, se subdividiam em dois novos povos que passavam por um processo de diferenciação, passando a se desconhecer e a ter sentimentos de hostilidade entre si (D. Ribeiro, 1995/2015).

B. Ribeiro (2000) descreve algumas etnias detectadas na literatura da época. Do tronco *tupi-guarani*, a autora relata os *Tupiná* ou *Tapanases* (viviam entre Porto Seguro na Bahia e Espírito Santo); *Guaitacazes* ou *Goitacá* (na estreita faixa do litoral espírito-santense); *Tamoio* (do rio Paraíba do Sul até Angra dos Reis); *Temimino* (no baixo paraíba); *Guaianases* (em São Vicente); *Tape* (no litoral rio-grandense); *Caeté* (entre o rio São Francisco e o Paraíba do Norte); *Tabajara* (na extinta capitania de Itamaracá até o rio Paraíba); *Amoipira*; *Petinguara* (nos atuais estados da Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte); *Guarani* – *Carijó* (litoral até a lagoa dos Patos) e do tronco *jê* os *Kaingánd* (do sul do Brasil); *Botocudo* (Minas e Espírito Santo) também conhecidos como *Aimoré*; *Kayapó* (dos meridionais) chamados de *Ibirajara*; *Tarairiu* (do nordeste), *Kariri* ou *Kiriri* (da zona árida do nordeste, no rio Paraguaçu, no São Francisco e Itapicuru); *Puri-Coroadó* (descendentes dos Goitacá); *Malili*; *Kamakã*, *Maxakali* e outros, considerados povos de língua independentes.

Localizando o contexto socioeconômico em que esses povos, em sua maioria do tronco Tupi, encontravam-se, D. Ribeiro (1995/2015) descreve que estariam no período de revolução agrícola, fazendo uso da agricultura para alimentação, constituindo roçados na mata juntamente com os povos das florestas, haviam dominado o cultivo de diversas plantas, como é o caso da

mandioca, possuíam também acesso a uma variedade de árvores frutíferas que usavam para consumo, porém ainda dependiam da natureza para conseguir alimentos, por meio da caça e pesca. O autor complementa que o processo de avanço natural dessas tribos é interrompida com a chegada dos colonizadores, que impõem um novo sistema. Um exemplo são as aldeias missões que foram implantadas e que por si só já geravam uma mudança nas culturas indígenas, devido à separação da relação do homem com o seu meio, seguidos de alterações no sistema econômico, nos modelos de relação intertribais, por conta da residência fixa em uma área regida por um novo sistema de poder. Eles possuem em seu alicerce materiais culturais, porém, sem suporte institucional (Dantas, 1973).

Os Europeus iniciaram o processo de expansão marítima com o apoio religioso, com o argumento da expansão da cristandade, porém visando lucros. Como dito anteriormente, no início, pouca atenção foi dada ao território brasileiro, já que em suas breves expedições, poucas riquezas (como por exemplo pedras preciosas) foram encontradas, apenas o pau-brasil lhes pareceu atrativo. Mas, após invasões de piratas e de outras nações a esse novo mundo, Portugal decide investir em tentativas de povoamento do território.

Quando os portugueses sentem o risco de perder o território brasileiro para outras nações, introduzem um processo de ocupação das terras, usando a cana-de-açúcar para colonização, por ser uma das grandes fontes de renda da época. Tomando as terras para si, desmatando e construindo engenhos e barracões para depósitos do açúcar produzido. Nesse período, é restaurado o regime de escravidão, que vai se manter por quase quatro séculos, produtora de um comércio que gerava lucros às custas da violência contra populações em que a cor da pele e diversidade culturais separavam entre aqueles que eram ou não escravos (Allgayer, 2005).

O regime escravista data da antiguidade, sendo a sujeição do homem pelo homem antiga tal qual o gênero humano. O ato de fazer prisioneiros em guerras é uma das formas mais antigas e universais da escravidão, tornando o vitorioso o dominador do que foi vencido. Por mais longínquo que se vá na investigação histórica, há a presença da escravidão expressa de algum modo, pois do encontro de dois povos na terra há sempre a sobreposição de poderes do mais forte sobre o mais fraco (Wetzel, 1979).

Os colonos passam a subjugar os povos autóctones, atacando suas aldeias violentamente, e levando-os acorrentados para servirem de mão de obra nas plantações de cana-de-açúcar. Quando reagiam, eram assassinados e tinham suas aldeias destruídas e queimadas (Allgayer, 2005). De acordo com D. Ribeiro (1995/2015), a gestação do povo brasileiro se dá pelo contato dessa sociedade nacional com as populações tribais.

Surgimos da confluência, do entrechoque e do caldeamento do invasor português com os índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos. Nessa confluência, que se dá sob a regência dos portugueses, matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais difusas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo (...), num novo modelo de estruturação societária. (D. Ribeiro, 1995/2015, p. 17)

Para o autor, produto da expansão civilizadora, a unidade étnica nacional é construída por meio de um processo de transfiguração étnica vivenciada pelos nativos nesse contato com a sociedade nacional (D. Ribeiro 1995/2015). A transfiguração étnica pode ser descrita como:

[...]o processo através do qual as populações tribais que se defrontam com sociedades nacionais preenchem os requisitos necessários à sua existência como entidades étnicas, mediante sucessivas alterações em seu substrato biológico, em sua cultura e em suas formas de relação com a sociedade envolvente. (D. Ribeiro, 70/82/2017, p.27)

Esse processo ocorre nos níveis: biótico, ecológico, econômico, social e étnico-cultural. No nível biótico, o conflito se expressa por meio da guerra bacteriológica perpetrada pelos portugueses ao disseminarem doenças contagiosas por meio de objetos de interesse deixados nas florestas juntamente com roupas infectadas; e sua tentativa de sobreviver as pestes trazidas pelos brancos. A esse respeito relatos dos Jesuítas indicam que, de um grupo de 40 mil índios que tentaram catequizar na Bahia restaram apenas 4 mil depois de uma epidemia de sarampo (D. Ribeiro, 1996).

No nível ecológico, concentrou-se o conflito territorial. Relatos do Padre José de Anchieta, indicam que foram incendiadas 160 aldeias indígenas e mais de 100 000 índios exterminados no Brasil (Ribeiro, 1996). Tal violência se desdobrará até os dias atuais, ao terem sua terra furtada e explorada para os fins capitalistas que os invasores traziam no seu modo de ser. Nos níveis econômicos e sociais do conflito, destaca-se o processo de escravização dos indígenas, que passam a ser mercadorias, implantando um novo modelo econômico desconhecido até então. Por fim, no plano étnico-cultural, a transfiguração se dá por meio da gestação de uma nova etnia, que torna por unificar as etnias que aqui habitavam (indígenas, negros, europeus) em uma nova, tanto na língua quanto em costumes..(D. Ribeiro, 1995/2015).

D. Ribeiro (70/82/2017) complementa que há três formas de reações possíveis dos indígenas ao contato, são elas: a fuga; a retirada dos povos para territórios mais distantes - uma prática comum por parte de muitas tribos no início da colonização, onde tribos litorâneas deslocaram-se para os sertões; a reação hostil as chamadas guerras justas; e, por fim, a aceitação.

[...] as chamadas guerras justas eram práticas hostis por parte dos colonizadores, justificadas na medida em que estes povos impediam a propagação da fé católica, ao rechaçarem a presença dos conquistadores europeus, sendo adeptos de ritos que os faziam se aproximar de figuras demoníacas segundo o imaginário cristão [...] (Sposito, 2010, p. 90).

A aceitação pode ser mais bem compreendida ao se analisar o fenômeno do cunhadismo, uma das primeiras formas de colonização e controle dos povos indígenas. Esse fenômeno foi um dos artifícios usados pelo colonizador português para estabelecer relações e controle desses povos, pois ao se relacionar com mulheres indígenas, passava a ampliar suas redes de relações, passando a manter em seu entrono vários homens, para prestar-lhes serviços (Filho & Almeida, 2013).

O cunhadismo, termo descrito por D. Ribeiro (1995/2015, p. 63), consistia no ato de desposar uma moça índia, como consequência laços novos eram firmados com todos os membros do grupo, ou seja, ao aceitar a moça, o sujeito passava a ter nela sua *temericó* e toda a geração de parentes dela passava a ser seus parentes. Pelo fato de que cada europeu podia possuir vários casamentos, essa técnica permitiu uma vasta quantidade de relações que resultavam em mão de obra recrutada para as práticas diversas, como cortar pau-brasil, plantar, caçar (D. Ribeiro, 1995/2015, p. 63).

A função do cunhadismo na sua nova inserção civilizatória foi fazer surgir a numerosa camada de gente mestiça que efetivamente ocupou o Brasil. [...] Com base no cunhadismo se estabelecem criatórios de gente mestiça nos focos onde náufragos e degradados se assentaram. Primeiro, junto com os índios nas aldeias, quando adotam seus costumes, vivendo como eles, furando os beijos e as orelhas e até participando dos cerimoniais antropofágicos, comendo gente. Muitos gostaram tanto que deixaram-se ficar na boa vida dos índios, amistosos e úteis. Outros formaram unidades apartadas das aldeias, compostas por eles, suas múltiplas mulheres índias, seus numerosos filhos, sempre em contato com a incontável parentela delas. A sobrevivência era garantida pelos índios, de forma quase idêntica à deles mesmos. Viabilizara-se, porém, uma atividade altamente nociva, a economia mercantil, capaz de operar como agência civilizadora pela intermediação do escambo, trocando artigos europeus pelas mercadorias da terra (D. Ribeiro, 1995/2015, p. 64).

Contudo, esse não foi o único meio de controle dos povos indígenas, veremos a seguir que, de acordo com a região, o povoamento vai possuir características peculiares, mas também padrões gerais. Oliveira (1993), ao discorrer sobre os povos indígenas do Brasil, afirma que

enquanto no Norte os conflitos dos povos indígenas se deram com relação à imobilização de recursos naturais (minerais, madeiras e recursos hídricos) encontrados em suas terras, no Nordeste os conflitos foram marcados principalmente por questões fundiárias, envolvendo disputas com proprietários tradicionais, grileiros e posseiros até por pequenas extensões de terras agricultáveis.

A seguir, tais aspectos serão mais bem visualizados quando descritas as histórias dos povos indígenas brasileiros dos estados de Sergipe e Acre, que são localizados em regiões opostas do território brasileiro e em que o processo de colonização se deu em épocas distintas.

1.2 História dos Povos Indígenas em Sergipe

A região que hoje constitui o Estado de Sergipe foi conquistada no fim do século XVI, tendo como pontos de partida Bahia e Pernambuco, levando ao agrupamento no São Francisco de povos indígenas que antes viviam em outras regiões, gerando as diversidades linguísticas-culturais dos indígenas remanescentes dessa região (Dantas & Dalarri, 1980).

Esse território, diferentemente das capitanias da Bahia e Pernambuco, tem sua colonização apenas após meio século do início da colonização do país, devido a sua localização na região intermediária dessas capitanias. A ausência de sua conquista dificultou a comunicação entre as capitanias e tornou-se refúgio de povos indígenas que fugiam do homem “branco”. Os franceses abrigavam-se nesse território criando alianças com os povos nativos e, juntos, travaram batalhas contra a colonização dos portugueses. A coroa portuguesa manterá, até começo de 1575, uma postura ausente nessa região (Freire, 1891).

Segundo Freire (1891), nesse período, reivindicações de paz partem dos moradores de rio Real, que são atendidas pelo Padre Gaspar Lourenço, juntamente a João Salonio, que se encaminham rumo a região em missão acompanhados de vinte soldados. A presença do grupo gera receios nos povos nativos que evadem para aldeias distantes. Aqueles que se mantiveram no local iniciaram uma relação pacífica que não perdurou. Nessa primeira missão implantada, uma grande extensão do território sergipano foi percorrida, porém, não prosperou (Santana, 2015; Freire, 1891).

Nesse período, a capitania da Bahia se caracterizou como um dos centros políticos da América portuguesa. A conquista do território de Sergipe acontecerá como uma ação estratégica e econômica para o império português, com a finalidade de garantir a comunicação entre os dois polos de importância da região setentrional da América portuguesa, a Bahia e Pernambuco, e o suprimento de mantimentos (Menezes, 2015).

A conquista do território sergipano é marcada por conflitos. Uma segunda tentativa que ocorreu por parte de Garcia D'Ávila, um rico fazendeiro baiano, foi inicialmente pacífica, porém conflitos eclodem, principalmente com a chegada do governador Luiz de Brito, que ataca os nativos e queima suas aldeias. Em dezembro de 1589, Cristóvão de Barros, juntamente ao exército, ataca os indígenas sergipanos, levando a conquista da região em 1º de janeiro de 1590, marcada pela morte de diversos indígenas, escravidão e fuga (Santana, 2015).

A colonização do baixo São Francisco, é marcada por três formas de penetração territorial e conquista. Nas entradas, advindas principalmente no sul da capitania de Pernambuco, travavam-se “guerras justas”, práticas hostis dos colonizadores contra os indígenas, permitiam matar ou tomar em servidão temporária, sob a justificativa do impedimento da propagação da fé católica, ocasionando expedições comandadas por Jerônimo de Albuquerque, em meados de 1557, que chegaram a atingir as margens do rio São Francisco e fez convergir diversos grupos indígenas; A expansão da pecuária, originária, principalmente, na região da Bahia por volta de 1590, marca a chegada das primeiras criações de gado na região do rio São Francisco, como uma forma de colonização mais efetiva; Concomitantemente, os jesuítas e as catequeses chegam ao Brasil, iniciando ações de aldeamentos que afetarão de forma irreversível os povos nativos dessa região, caracterizadas pelo agrupamento de indígenas que foram submetidos ao controle de um “corpo teocrático”, garantindo a mistura de diversos grupos étnicos, homogeneizando-os em uma ideologia cristão-colonial (Mata, 1989; Spósito, 2009).

As aldeias missões, tinham como objetivo principal a catequização e “civilização” dos indígenas que eram vistos como mão de obra escrava, porém, também impulsionaram a penetração dos colonos em novas áreas (Dantas, 1997, p. 14).

Para catequizar os índios, os padres reuniam-nos com aldeamentos aprendiam as línguas nativas e nelas escreviam catecismos apresentando os ensinamentos da doutrina cristã e reduzindo as crenças e práticas das religiões indígenas a superstições e pecados que deveriam ser combatidos. Impondo aos índios a modificação ou substituição de suas crenças, de seus deuses, de seus costumes, de suas instituições, as missões apesar de lutarem contra a escravização do índio e tentarem amenizar as relações destes com os colonos, representavam também uma violência contra o modo de vida dos índios. A residência fixa numa aldeia regida por padres conduzia à destruição das bases de sua organização social e à modificação de suas culturas, através da imposição de novos modos de viver (Dantas, 1997, p. 14).

Para além da utilização dos indígenas como mão de obra, em meados do séc. XVII, se torna comum, pelo governo, a prática de utilização desses indígenas pacificados nas tropas dos colonos (Dantas, 1973). Após sua “domesticação”, eram transformados pelo Estado em força de combate, para que lutassem contra os “selvagens” e os negros aquilombados, com o objetivo de combater as revoltas que ocorriam na região nordeste no período (Dantas & Dallari, 1980).

Ao revisitar os documentos, as fontes escritas localizadas que referenciam ao grupo *Xokó* datam apenas do final do século XVII. Nesse período, como visualizado anteriormente, ocorreu o avanço da mineração e da pecuária na região nordeste, levando ao impulsionamento do movimento missionário para retomada da região. São produto das diversas formas e frentes de penetração colonial no baixo São Francisco os atuais grupos indígenas da região, submetidos ao modelo cristão-colonial das aldeias missões insurgindo novos arranjos de sobrevivência (Dantas, 1997).

Os *Xocó*, da ilha de São Pedro, são descritos por Mata (1989) como remanescentes indígenas, restante de diversos grupos aldeados durante a expansão colonial, uma população que ocupou uma grande faixa territorial, indo dos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Devido a sua grande mobilidade, os Kariri foram conhecidos na literatura por seu vasto domínio territorial (Mata, 1989).

Com a promulgação da Lei das Terras em 1850, um discurso negacionista é implantado para negar a existência de povos indígenas na região, como estratégia de incorporação das terras onde localizavam-se as aldeias indígenas (Dantas & Dallari, 1980).

É interessante observar como muda o discurso dos Presidentes da Província de Sergipe em relação ao índio, na correspondência que mantêm com os órgãos do Governo Imperial. Antes da referida lei, admitia-se explicitamente a existência de índios e pedia-se missionários para cuidar deles. Imediatamente após a referida lei nega-se sua existência. As aldeias passam a ser apresentadas como habitadas por "pessoas de diferentes castas" e "mestiços confundidos na massa de população", propondo-se a sua extinção e a incorporação de suas terras aos Próprios Nacionais. Nestas circunstâncias, fala-se explicitamente da extensão das terras, que de direito e por títulos pertenciam aos "extintos" índios, e avalia-se suas potencialidades econômicas se exploradas pelos civilizados (Dantas & Dallari, 1980, p.16).

Por meio dos aforamentos, João Fernandes de Brito, em 1897, se assenhora dos lotes de terras indígenas, medidos de cinco a oito lotes. Como forma de reivindicação do território, em 1888, os indígenas de São Pedro enviam ao Rio de Janeiro, representantes para reclamar seu

território, não havendo resposta, tentativas constantes são realizadas para reaver o território durante toda a primeira metade do século. Para que o discurso de negação perdurasse, lutas constantes eram travadas com os povos indígenas, para que permanecessem dispersados e longe do território, levando-os a se abrigarem na aldeia dos Cariri, do outro lado do rio, território de Alagoas (Dantas & Dallari, 1980).

1.3 História Dos Povos Indígenas No Acre

Os povos indígenas do território hoje denominado como Acre, dividem-se de forma desigual em duas grandes famílias linguísticas: Pano e Arawak. Após o contato inicial, esses foram colocados para trabalhar nas frentes extrativistas, depois viraram seringueiros, barraqueiros, diaristas, mateiros, varejadores, caçadores nas fazendas de agropecuária e peões. De modo que, para compreender sua história é necessário revisitar a história do estado, analisá-los em relação aos projetos e facetas realizados pela sociedade não indígena na região, de forma a averiguar os papéis impostos a esses povos no decorrer das décadas (Padilha, 2012; Pimenta, 2004).

O contato dos povos indígenas do Acre com o homem branco só ocorre a partir da metade do século XIX. Antes havia poucas informações sobre a região. Pequenas e tímidas penetrações na região foram feitas no século XVIII, sem nenhum núcleo de povoamento, de forma que os povos indígenas viviam em um relativo isolamento do mundo ocidental. Alguns autores vão estimar que cerca de 150 mil indígenas viviam nesse território nessa época (Pimenta, 2004; Borges et al., 2020).

Na Inglaterra, em meados do século XIX, iniciou-se a revolução industrial, que se estendeu para outros territórios como Estados Unidos, Canadá e Austrália, amplificando demandas de produtos como aço, petróleo, eletricidade e a borracha, esta última, passa a ter um alto consumo. Marcando então o período de 1870, o início da corrida pela borracha atraiu a atenção ao território amazonense, também nomeado na época como “o deserto do ocidente”, que se torna o centro dos seringais (Arruda, 2009; Borges et al., 2020).

Para o boliviano, ex-dono do Acre, aquilo sempre fora o deserto. Era o que ele chamava nos mapas de “terras não descobertas”. Presumia-se que se tratava duma zona possuída pelos índios, pelos bichos e solitários aventureiros. Mas não havia nos caminhos nem um rasto de colonização. Era o deserto. Contudo, ali nada havia de Saara, de Líbia, de Sibéria ou de Cariri. Havia, ao contrário, uma famosa mesopotâmia que se prolongava entre Juruá e o Purús (Costa, 1940, p. 7).

A seringa encontrada na bacia do rio Acre e em toda a Amazônia levou a ocupação mais permanente com formações de núcleos e uma fixação na mata, como uma forma de garantir a ocupação que já havia sido iniciada e/ou contrapor a penetração de países vizinhos (Arruda, 2009). O processo de colonização aumenta paulatinamente quando, por consequência das secas do sertão, um número maciço de seringueiros vindos do Nordeste, adentram a essa zona, marcando a história Acreana, pela economia extrativista da borracha. Autores estimam que no ano de 1899 era produzida na região acreana 60% da borracha amazonense, uma média de mais de 12 mil toneladas (Pimenta, 2004; Costa, 1940)

Marcada pela presença de um discurso nacionalista e patriótico, esse movimento define para a história ocidental o nascimento do estado, e imortaliza uma narrativa heroica, determinando os sujeitos (colonizadores) como desbravadores do deserto ocidental e nomeia heróis, figuras emblemáticas na integração do Acre ao Brasil como: Plácido de Castro (líder militar na batalha contra os bolivianos) e Barão de Rio Branco (chef da diplomacia brasileira responsável pela assinatura do Tratado de Petrópolis) (Pimenta, 2015).

A “invenção do Acre” enfatiza a conquista desse território e sua incorporação ao Brasil durante o auge da economia extrativista da borracha na virada do século XIX para o século XX. Ela geralmente exclui os povos indígenas, apagando sua participação na construção da história regional, ou se limita a mencioná-los para enaltecer as façanhas dos colonizadores. Cem anos depois, a ideologia da acrianidade, promovida pelo governo regional a partir de 1999, procede a um movimento inverso. Ela (re)inventa um discurso identitário que não só (re)introduz os povos indígenas na história regional, mas faz dessas populações, junto com os seringueiros, personagens centrais dessa mesma história (Pimenta, 2015, p. 332).

Como em outros territórios brasileiros, uma ideologia acerca dos povos indígenas foi desenvolvida no imaginário social, como forma de desumanizá-los para ter um domínio sobre eles e para garantir os interesses “desenvolvimentistas”. Pimenta (2004) nomeará essa ideologia como “amazonismo”, que se caracteriza por um conjunto de ideias e discursos construídos no imaginário ocidental acerca da Amazônia e as populações nativas, com o intuito de permitir seus próprios interesses políticos e econômicos. Essa ideologia norteia a história de colonização do território acreano, a princípio nos discursos heroicos da chegada dos seringueiros, como sinalizados acima, e perpetuando com a segunda onda de colonização que aconteceu com a expansão agropecuária.

A borracha entra em crise após a Segunda Guerra Mundial, dando lugar a economia agropecuária, que vai se intensificar a partir da década de 1970, com estímulo do governo

estadual. Um novo herói protagonista toma a cena: “os paulistas”, populações vindas do Centro-Sul e do Sul passam a ser descritas como novos “civilizadores” do Acre, assim como o discurso de que traziam o desenvolvimento e a integração da região ao Brasil. Mantendo mais uma vez os indígenas em uma posição de marginalização e assujeitado a exploração e invasão de suas terras (Pimenta,2015).

1.3 Povos indígenas no Brasil atual

Discorrer sobre os povos indígenas no Brasil atual exige inicialmente responder a seguinte pergunta: “Qual o conceito usado para descrevê-los?” Para Luciano (2006), falar sobre esses povos é apresentar sua diversidade:

Segundo uma definição técnica das Nações Unidas, de 1986, as comunidades, os povos e as nações indígenas são aqueles que, contando com uma continuidade histórica das sociedades anteriores à invasão e à colonização que foi desenvolvida em seus territórios, consideram a si mesmos distintos de outros setores da sociedade, e estão decididos a conservar, a desenvolver e a transmitir às gerações futuras seus territórios ancestrais e sua identidade étnica, como base de sua existência continuada como povos, em conformidade com seus próprios padrões culturais, as instituições sociais e os sistemas jurídicos (p. 27).

Há no território brasileiro uma diversidade de povos indígenas, desde as origens dessas terras. Seus números datavam de milhões de indígenas não apenas em relação a população, mas também no que diz respeito as línguas, etnias, povos, que também sofreram baixas incalculáveis durante o processo de colonização (Cunha, 1992). A partir da década de 1970, os movimentos sociais eclodem no Brasil em busca de democratização e melhores condições de vida. Assim como no exterior, mobilizações em prol da valorização étnica ganham força no território brasileiro. Marcos históricos, a exemplo da Reforma sanitária brasileira, a 8ª conferência nacional de saúde emergiram nesse período. A realidade desses povos também é afetada pelas movimentações sociais, um processo de tomada de consciência dos direitos indígenas. Ocorre nesse período a criação de cooperativas ou alianças entre os povos indígenas, bem como surgem organizações indigenistas não-governamentais que vão aderir a luta desses povos (Borges et al., 2018; Padilha, 2012).

É inegável que a luta e as mobilizações indígenas, juntamente com as organizações de apoio, foram decisivas para garantir na carta maior deste país os dois artigos sobre direitos e garantias aos povos indígenas, artigos 231 e 232 da Constituição Federal. Entretanto, e lamentavelmente, muitos não compreenderam bem, não basta garantir

direitos em papel. O direito se conquista na luta e sua efetivação e aplicação só ocorrem mediante cobranças, fiscalização e lutas contínuas, ainda que sob novas estratégias. Também não podemos negar que as demarcações de terras indígenas tiveram relativo avanço neste período, mas ainda insuficiente e, quase sempre, deixando de fora do território faixas de terra essenciais à reprodução física e especialmente cultural dos povos, como lugares sagrados e de vegetação endêmica ou ainda deixando de fora cabeceiras e nascentes de rios e igarapés (Padilha, 2012, p. 27).

A partir da última década do século XX, um fenômeno denominado “etnogênese” ou “reetinização” instaurou-se no Brasil. Nesse fenômeno, povos indígenas, que por consequência de pressões políticas, econômicas e religiosas ou pelos despejos de seus território de origem e processos de estigmatização dos seus costumes tradicionais, forçosamente desenvolveram estratégias de sobrevivência, como esconder ou negar suas identidades étnicas, como forma de reduzir os efeitos do preconceito e fenômenos discriminatórios, passam a reassumir e recriar suas tradições (Luciano, 2006).

Verificando o fenômeno descrito acima, foram pesquisados os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no que diz respeito aos índices de povos indígenas no território brasileiro. O último censo demográfico atualizado e publicado foi o de 2010, cujo relatório foi denominado “*Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*”. Nele se contabilizou a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes em terras indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas. Apresenta-se um

Figura 1.

Distribuição Geográfica dos Povos Indígenas Por Regiões

Grandes Regiões	Participação relativa da população residente autodeclarada indígena, por situação do domicílio								
	Total			Urbana			Rural		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	42,4	29,1	37,4	16,8	12,1	19,5	50,5	47,6	48,6
Nordeste	19,0	23,2	25,5	22,5	27,6	33,7	17,9	18,4	20,4
Sudeste	10,4	22,0	12,0	35,4	36,7	25,1	2,5	5,9	3,7
Sul	10,3	11,5	9,2	14,3	13,6	10,8	9,0	9,3	8,1
Centro-Oeste	17,9	14,2	16,0	11,0	10,0	10,9	20,1	18,8	19,1

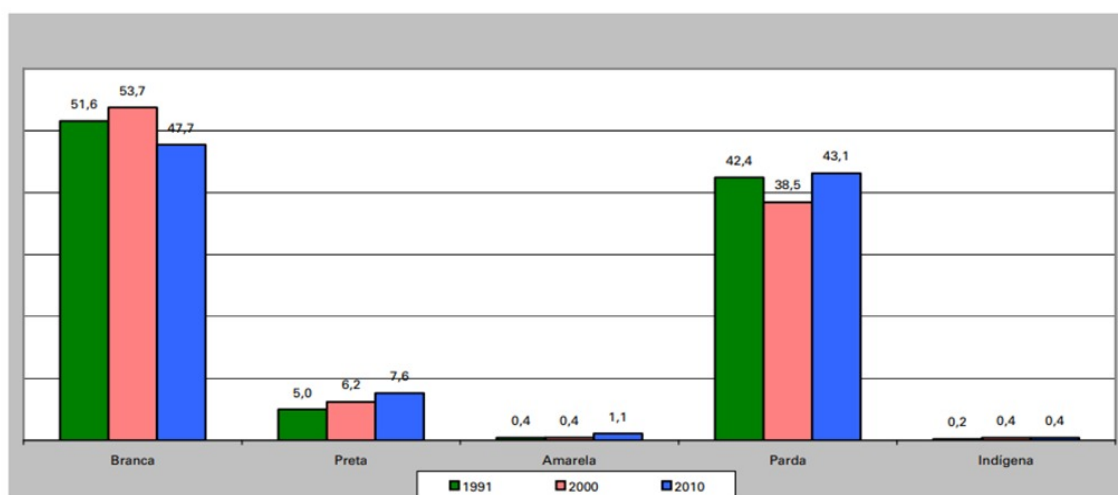
Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991/2010

total de 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, dos quais 572 mil, viviam na área rural e 324 mil, moravam em terras indígenas oficialmente reconhecidas (IBGE, 2012).

Quanto a distribuição percentual de povos indígenas residindo no Brasil, na Figura 2, há a distribuição percentual da população residente por cor ou raça entre os anos de 1991-2000-2010, o gráfico mostra um aumento de 11,4% de pessoas autodeclaradas indígenas, essa variação não foi tão expressiva quanto a dos anos 1991/2000 (Figura 2).

Figura 2

Distribuição percentual da população residente, por cor ou raça no Brasil 1991/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991/2010

Assim, como o objetivo desta pesquisa trata-se de um estudo exploratório comparativo nos Estados do Acre e Sergipe, verificou-se a distribuição populacional de povos indígenas por estado no site do IBGE (2022). De acordo com o último censo demográfico publicado, o estado do Acre possui um índice de 15.921 pessoas autodeclaradas indígenas e, em Sergipe há a presença de 5.219 indígenas autodeclarados.

As tabelas a seguir (Figura 3 e 4) expressam a grande diferença populacional dos povos indígenas em ambos os estados, sendo o Acre o território com a maior presença de povos em oposição a Sergipe.

Figura 3*Distribuição por municípios de povos indígenas em Sergipe*

Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Sergipe - 2010									
	Total			Urbano			Rural		
	Código	Município	POP	Código	Município	POP	Código	Município	POP
1	2800308	Aracaju	2.175	2800308	Aracaju	2.175	2805604	Porto da Folha	364
2	2804805	Nossa Senhora do Socorro	736	2804805	Nossa Senhora do Socorro	727	2804300	Muribeca	59
3	2805604	Porto da Folha	375	2806701	São Cristóvão	303	2803500	Lagarto	40
4	2806701	São Cristóvão	309	2803500	Lagarto	140	2800506	Areia Branca	27
5	2803500	Lagarto	180	2805703	Propriá	117	2804003	Maruim	22
6	2805703	Propriá	126	2807402	Tobias Barreto	98	2807105	Simão Dias	22
7	2807402	Tobias Barreto	106	2803609	Laranjeiras	92	2803203	Itaporanga d'Ajuda	20
8	2807105	Simão Dias	105	2807105	Simão Dias	83	2806206	Salgado	15
9	2803609	Laranjeiras	103	2802106	Estância	60	2802809	Indiaroba	14
10	2804003	Maruim	65	2802908	Itabaiana	47	2805406	Poço Redondo	14

Fonte: IBGE(2022)

Figura 4*Distribuição por municípios de povos indígenas no Acre*

Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Acre - 2010									
	Total			Urbano			Rural		
	Código	Município	POP	Código	Município	POP	Código	Município	POP
1	1200302	Feijó	2.615	1200401	Rio Branco	672	1200302	Feijó	2.442
2	1200435	Santa Rosa do Purus	2.526	1200435	Santa Rosa do Purus	322	1200435	Santa Rosa do Purus	2.204
3	1200328	Jordão	2.130	1200203	Cruzeiro do Sul	268	1200328	Jordão	1.987
4	1200351	Marechal Thaumaturgo	1.439	1200609	Tarauacá	262	1200351	Marechal Thaumaturgo	1.401
5	1200609	Tarauacá	1.430	1200500	Sena Madureira	217	1200336	Mâncio Lima	1.199
6	1200336	Mâncio Lima	1.313	1200302	Feijó	173	1200609	Tarauacá	1.168
7	1200203	Cruzeiro do Sul	987	1200328	Jordão	143	1200500	Sena Madureira	769
8	1200500	Sena Madureira	986	1200054	Assis Brasil	141	1200203	Cruzeiro do Sul	719
9	1200401	Rio Branco	711	1200104	Brasiléia	127	1200393	Porto Walter	507
10	1200054	Assis Brasil	556	1200336	Mâncio Lima	114	1200344	Manoel Urbano	418

Fonte: IBGE(2022)

A terminologia “povos” é usada para representar a diversidade de etnias e tribos existentes, segundo o censo de 2010 do IBGE ¹aponta para 274 línguas indígenas faladas por indivíduos pertencentes a 305 etnias diferentes. Os dois principais troncos descritos são o *Macro-jê*, composto por 129.431 indígenas, dentro deste encontram-se as famílias linguísticas: Boróro (etnias Bororo e Umutina), Guató, Jê (etnias pinayé, Kanela, Kanela Apaniekra, Kanela Rankocamekra, Gavião Krikatejê, Gavião Parkatejê, Gavião Pukobiê, Krahô, Krahô-Kanela,

¹ Ver Anexo A, folder do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, de onde as informações foram extraídas e os índices populacionais de cada família linguística e etnia.

Krenyê, Krikati, Kokuiregatejê, Timbira, Kaingang, Kayapó, Panará, Kisêdjê, Tapayuna, Xacriabá, Xavante, Xerente e Xoklêng; e o tronco linguístico *Tupi*, composto por 156073 indígenas distribuídos nas famílias linguísticas: Arikém (Karitiana), Awetí, Jurúna (Yudjá e Xipáya), Mawé (Sateré-Mawé), Mondé (Arara do Aripuanã, Aruá, Cinta Larga, Gavião de Rondônia, Zoró, Salamã e Suruí de Rondônia), Mundurukú (Mundurukú e Kuruáya), Puroborá, Ramaráma (Arara de Rondônia e Urucú), Tuparí (Ajuru, Akuntsú, Makuráp, Sakurabiat e Tuparí), Tupi-Guarani (Amanayé, Anambé, Apiaká, Araweté, Asurini do Tocantins, Parakanã, Suruí do Pará, Asurini do Xingu, Ava-Canoeiro, Guajá, Guaraní, Guaraní Kaiowá, Guaraní Mbya, Guaraní Nhandeva, Ka'apor, Kamayurá, Amondáwa, Diahói, Juma, Karipuna, Kawahíb, Parintintim, Tenharim, Uru-Eu-Wau-Wau, Kaiabi, Kokama, Kambéba, Tapirapé, Tenetehara, Tembê, Tamoio (1), Turiwára, Waiãpy, Xetá e Zo'é. Há também etnias pertencentes a outras famílias não classificadas em troncos, como por exemplo, exemplo Múra (Múra e Pirahã), Jabutí (Arikapú e Djeoromitxí- Jabutí), entre outros e outras etnias cujas línguas não são classificadas nem em troncos e nem em famílias, como os Nawa, Pankará, Aconã, e muitos outros.

O censo informa que dos povos indígenas descritos, 37,4% falam língua indígena, 57,1% não falavam língua indígena e 5,5% não foi declarado. Desses povos indígenas, 76,9% falavam português, 17,5% não falavam o português e 5,6% não declararam. Quanto às terras indígenas, existem na atualidade 738 áreas, destas 498 encontram-se com os processos de demarcação homologado/regularizado e 240 em análise. Estas representam 13,85 % do território brasileiro e encontram-se em biomas, em específico, da Amazônia Legal (Instituto Socioambiental, 2023).

Neste último ano um novo censo do IBGE foi lançado, com atualizações dos dados gerais acerca da realidade indígena no território brasileiro em 2022. Desse modo, salientamos que, no ano de 2022, 1.693.535 pessoas se autodeclararam indígena no país, correspondendo a 0,83% de toda a população brasileira (IBGE, 2023). Tal dado representa um aumento de povos indígenas nos últimos 12 anos quase o dobro do contingente obtido no censo anterior. Segundo o IBGE o maior número de indígenas estão concentrados na região Norte (44,5% ou 753.357), em segundo no Nordeste (31,2% ou 528.8), as demais distribuídas em Centro-Oeste (11,8% ou 199.912 pessoas indígenas), Sudeste (7,3% ou 123.369) e Sul (5,2% ou 88.097) (IBGE, 2023).

Quanto a distribuição total dos indígenas no país, o censo apontou que 622,1 mil das pessoas (36,73%) residiam em Terras Indígenas e 1,1 milhão (63,3%) fora delas. Tal dado é um sinalizador da mobilidade indígena para centros urbanos. A maior concentração de indígenas

vivendo em terras indígenas (quase metade da população indígena - 46,5%) correspondiam aos estados do: Amazonas (149 mil), Roraima (71,4 mil) e Mato Grosso do Sul (68,5 mil). Dentre os indígenas que viviam fora de territórios delimitados, esses estavam distribuídos: na região Sudeste (82, 6% ou 101,9 mil), Nordeste (75,4% ou 398,9 mil) e Norte com 58 % (436,9 mil) (IBGE, 2023).

Os dados referentes aos dois estados que integram esse estudo indicam que vivem no estado de Sergipe 4,7 mil pessoas autodefinidas como indígenas, sendo este o estado com menor número de população indígena, acompanhado do Distrito Federal (5,8 mil) e do Piauí (7,2 mil). No estado do Acre foram identificadas 31,699 mil pessoas indígenas, sendo aquele um dos estados com maior distribuição populacional indígena, superado por Amazonas (490.854 mil), Bahia (229.103 mil), Mato Grosso do Sul (116.346 mil) e Roraima (97.320 mil) (IBGE, 2023).

De forma geral, os novos dados do Censo do IBGE apontam para um cenário geral dos povos indígenas no país que indica um expressivo aumento da sua representatividade no território; de modo que se faz importante estudar e aprofundar temáticas que perpassam a sua realidade. Quanto ao caráter comparativo do estudo os dados reforçam a diferença espacial dos estados escolhidos, nos últimos anos o estado de Sergipe apresentou uma diminuição na população indígena dentro do seu território, enquanto no ano de 2010 o estado apresentava 5.219 pessoas indígenas, houve em 2022 uma redução para 4.708. Enquanto no Acre o contingente quase dobrou nos últimos 12 anos, os índices foram de 15.921 (2010) para 31.699 (2022). De modo que a escolha torna-se representativa de uma diferença socioespacial em relação aos povos indígenas permitindo uma melhor análise de possíveis diferenças relacionadas à intensidade e frequência dos contatos com esses povos.

CAPÍTULO 2

RACISMO E POVOS INDÍGENAS NO BRASIL: UMA REVISÃO DE ESCOPO

2.1 Introdução

A temática do Racismo é recorrente nos estudos acadêmicos internacionais, quando levado à seara das interações sociais no Brasil, este fenômeno toma formas e caracteres específicos. O processo de colonização foi inoculando, ao longo do tempo, o vírus racista nas células da sociedade brasileira. Tal fenômeno afetou, inclusive o interesse da ciência nacional pelo tema. Análises bibliométricas evidenciam que há relativamente pouca produção científica sobre o tema e que com maior concentração das relacionadas à luta antirracista da população negra. Abre-se então um parêntese para o seguinte questionamento: como se expressa o racismo contra outros grupos na sociedade brasileira e quais são esses grupos vitimizados?

Antes de respondê-lo, porém, é preciso definir o racismo. Como referido, trata-se de um fenômeno histórico, que acompanha as relações dos conflitos sociais desde a antiguidade, configurando-se à semelhança de um vírus, o que lhe permite adaptar-se constantemente a novos contextos e tomar novas formas, menos sancionadas socialmente (Lima, 2023). Essa maleabilidade e adaptabilidade do racismo torna sua conceituação uma tarefa complexa. Diversas formas de concebê-lo são encontradas, referindo-o como estrutura (Almeida, 2019), como elemento multidimensional da constituição da estrutura de classes sociais (J. Souza, 2021), como ideologia, mito legitimador, prática e ação social de opressão ou ainda como representação social essencializante da diferença entre grupos (Lima, 2020).

Neste texto será adotada a conceituação de Lima e Vala (2004), que definem o racismo como um processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou um grupo social, que é reconhecido como diferente, baseando-se em características físicas – reais ou imaginárias – que são ressignificadas como marcas culturais internas definindo modelos de comportamento. Tal definição integra a perspectiva de “articulação dos dois Ps”: Racismo = Preconceito + Poder. O racismo é, portanto, concebido como uma ação para manter privilégios e dominação social (poder) e consubstanciado por imagens e atitudes negativas sobre o outro (preconceito) (ver Lima, 2020).

Michel Wieviorka (1995) propõe que existem quatro níveis de manifestação do racismo, variando do mais individual até o cultural e institucional. No nível mais individual, localiza-se o infra-racismo e o racismo fragmentado: o primeiro, localiza-se mais nas emoções e pensamentos individuais, inconscientes na maioria das vezes, não chegando às vias de ação; o

segundo é expresso de forma mais aberta, podendo ser medido. No nível cultural, encontra-se o racismo político, no qual a cultura racista passa a ser estruturada, construindo um espaço ideológico. Por fim, no institucional surge o “racismo total”, quando o Estado ou a sociedade tem sua organização definida em termos racistas, suas instituições reproduzem explicitamente o racismo, a exemplo do Apartheid da África do Sul.

Retomando a questão inicial e conforme a definição adotada, percebe-se que a problemática do racismo pode afetar de forma muito violenta diversos grupos sociais, incluindo os povos indígenas. Historicamente, a interação social entre o homem branco e os povos indígenas no território brasileiro ocorreu seguindo o padrão colonial racista, o qual continua a reverberar. No âmbito das lutas pela (re)democratização e com a ampliação dos movimentos sociais na década de 1970, criou-se um movimento político-indígena, apoiado por organizações não governamentais, que tinha por objetivo o reconhecimento dos direitos dos povos originários (Cunha, 1992). Apesar da conquista de alguns direitos, atualmente esses povos permanecem sendo vítimas de ataques diários à sua integridade e identidade.

Essa virada histórica marca a entrada dos povos originários nas pautas dos debates sociais, alcançando o contexto acadêmico. Nos últimos anos, diversas denúncias de violências contra os povos indígenas vieram a público, principalmente devido ao garimpo ilegal em suas terras. Ataques diretos às aldeias e aos indígenas, como também as consequências perversas do desmatamento e da contaminação dos recursos naturais, culminando recentemente com a entrada de mais de 20 mil garimpeiros em uma área demarcada constitucionalmente, o que gerou uma crise humanitária do povo Yanomami, com casos de mortes por desnutrição, malária e doenças respiratórias (Maes, 24/01/2023).

O contexto atual brasileiro desencadeia os seguintes questionamentos: Existe racismo contra os povos indígenas? Quando e como se inicia o racismo contra essa categoria social? De que forma se expressa? O quanto ele está naturalizado e sancionado socialmente? Há estudos que analisam esse fenômeno? O que se tem de delimitado sobre o tema até a atualidade? Quais as ausências teóricas e metodológicas para compreensão dessa temática? Essas perguntas direcionaram a delimitação do escopo deste texto. Analisando todas as formas de violência vivenciadas pelos povos indígenas, o racismo aparece como uma hipótese explicativa fundamental para essas agressões.

Em síntese, este texto traz uma revisão da temática abordada com o objetivo de analisar o racismo contra povos indígenas na sociedade brasileira. Mais especificamente, examina-se parte da literatura acerca deste tema, de modo a identificar as teorias que estudam o fenômeno,

analisar as possíveis intersecções com a problemática, as formas que o racismo se expressa e verificar novas possibilidades de pesquisa que ainda se apresentam sobre o tema.

Tratando-se de matéria contemporânea, a presente análise se propõe a contribuir como veículo de mobilização e debate, bem como instrumento que – ao detalhar o quadro atual de publicações sobre o assunto nas diversas áreas dos saberes – possibilita pensar em novas propostas de direcionamentos para futuros estudos, diante das potencialidades e limitações que se apresentarem. Para tanto, procedeu-se a uma revisão de escopo que, segundo Ferreira et al. (2021), tem como objetivo mapear o estado da arte sobre um tema delimitado, descrevendo os achados, usando metodologia rigorosa e reprodutível, sem – contudo – ter como finalidade compilar ou avaliar criticamente a qualidade da evidência encontrada.

2.2 Método

2.1.1 As bases de dados

A pesquisa foi realizada em abril de 2021 nas bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), American Psychological Association (APA PSYCOINFO), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi), Periódicos CAPES e SCIELO

2.1.2 Procedimentos

Critérios de elegibilidade

No que se refere ao método de filtragem dos artigos, alguns critérios de elegibilidade foram delimitados antes do início do processo de coleta. Foram eles: os materiais deveriam possuir os termos “racismo *and* indígenas” ou “racismo *and* índios” no título ou resumo dos arquivos, A ausência de um desses ensejou a remoção do material, apenas artigos de periódicos revisados por pares foram incluídos no material, publicações que tratassem da temática do racismo contra povos indígenas, especificamente na realidade brasileira. Também foram excluídos itens repetidos, incompletos ou indisponíveis para o acesso.

Coleta e materiais

Diante do objetivo norteador, foram usadas, em todas as plataformas, as linhas de comando booleano "AND", e as seguintes palavras descritoras: “racismo *and* indígenas” e “racismo *and* índios”, a fim de filtrar materiais que tivessem ambos os termos no título ou no resumo. Foram efetuadas (também em todas as plataformas) quatro buscas, em que duas das vezes – inicialmente – usou-se cada uma das linhas de comando para verificar os termos no título, posteriormente, utilizou-se no resumo para não perder nenhum possível material.

O procedimento de busca aconteceu em dois dias por consequência de problemas no servidor do site Scielo. O primeiro, no dia 8 de abril de 2021, data essa quando a maior parte

dos dados foram coletados, o segundo ocorreu no dia 13 de abril. A pesquisa foi realizada por duas juízas independentes, ao mesmo tempo, para a verificação do índice de confluência dos materiais recuperados. Devido à hipótese de escassez de material, não foram especificados períodos, áreas ou idioma no processo de coleta. Durante a elaboração desse mecanismo, fez-se uso de um gestor bibliográfico eletrônico (Zotero)², que auxiliou na separação dos arquivos. Em seguida, foram feitos alguns processos de filtragem para seleção dos materiais.

Inicialmente foram verificados os critérios de elegibilidade: 1) Termos citados no título/resumo dos arquivos e 2) Artigos de periódicos revisados por pares. Os arquivos enquadrados nos critérios citados foram separados em uma pasta para leitura aprofundada. Foram excluídos os materiais que não possibilitaram o acesso gratuito ao texto completo. Em seguida, efetuou-se uma segunda filtragem mais profunda, em que se realizou a análise inicial dos resumos dos materiais. As publicações que não apresentavam resumos ou clareza dos objetivos foram lidas de modo integral para definição. Nesta etapa, avaliou-se o critério de elegibilidade “3”: estar enquadrado na temática do racismo contra povos indígenas na realidade do Brasil. Por fim, o material restante foi submetido a fichamento das ideias principais, bem como a uma leitura minuciosa e completa.

2.3 Resultados

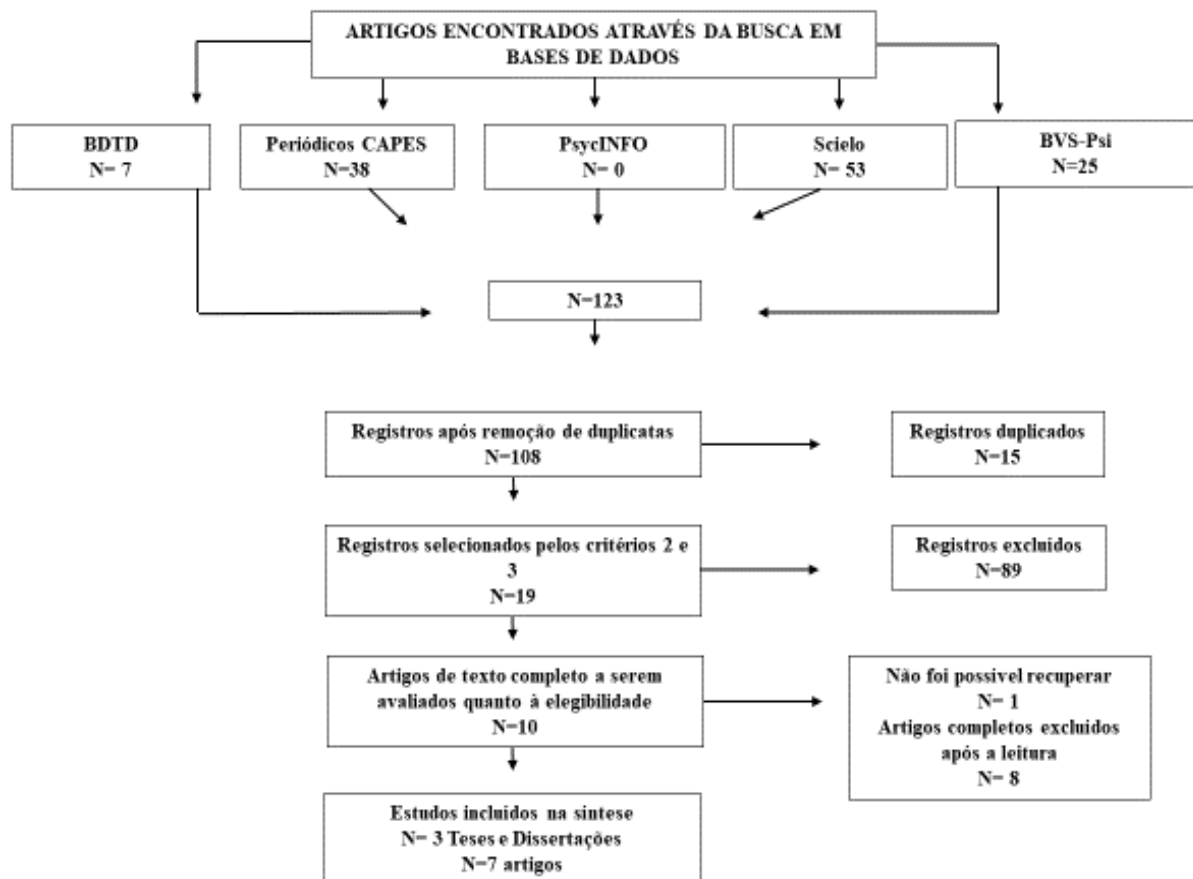
Constata-se, primeiramente, o baixo número de publicações sobre racismo contra povos indígenas no Brasil. Além disso, a produção é dispersa, não se verificou grandes quantidades de materiais concentrados em uma única área específica e boa parte da produção se encontra em outros idiomas. Enfim, uma pequena quantidade de materiais enquadra-se na temática proposta nesta revisão de escopo. Com efeito, na coleta de dados através da plataforma de Teses e Dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), alcançou-se o resultado de sete documentos, localizadas (no momento de executar as leituras dos resumos) pelo uso do critério de elegibilidade 1 (termos no título e resumo). Três contemplaram o critério 3 (temática do racismo contra povos indígenas no Brasil), e três foram excluídas por não se enquadrarem.

² O Zotero é um gestor bibliográfico que permite armazenar, organizar, citar e compartilhar referências bibliográficas.

Na plataforma dos Periódicos CAPES foram encontrados 38 textos, que apresentavam os termos no título ou resumo, sendo que apenas 30 atendiam o critério 2 (ser revisado por pares). Vinte e três foram excluídos por não cumprirem a integralidade dos critérios de elegibilidade. Quatro foram repetidos, apenas três foram selecionados. As pesquisas realizadas na *American Psychological Association* (APA PSYCOINFO) não retornaram resultados. A Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi) ofereceu 25 materiais com os termos. Dezoito deles não se enquadram em nenhum dos critérios. Dois dos arquivos eram repetidos. Um dos materiais não possibilitou o *download* para leitura, e apenas quatro foram selecionados para esta revisão.

Figura 5

Processo de seleção de estudos sobre racismo contra povos indígenas no Brasil de acordo com o diagrama de fluxo de informação de metodologia PRISMA



Por fim, no segundo dia de coleta, em função dos problemas de acesso apresentados na Base de dados do site SciELO, alcançou-se o total de 53 arquivos enquadrados no critério 1; 45 materiais foram excluídos por não ter enquadramento nos critérios 2 e 3, e quatro arquivos continham repetições, restando quatro documentos.

Ao fim da coleta, reuniu-se um total de duas dissertações e uma tese, ambas enquadradas nos critérios, além de sete artigos. Iniciou-se, então, o processo de leitura aprofundada dos materiais. Concomitantemente, elaborou-se um fichamento de cada um dos textos selecionados, com anotações dos pontos-chaves das obras, seguido do preenchimento de uma ficha de checagem de tópicos em que foram coletados dados das obras (autores, idioma, área do conhecimento, revista de publicação, ano). Cabe destacar que cada uma dessas informações foi catalogada para serem descritas nesta revisão de escopo (ver Tabelas 1 e 2).

Foram detectadas produções apenas durante o período compreendido entre 2010 e 2020. Nas tabelas 1 e 2, nota-se que as poucas publicações se distribuem em diversas áreas de estudo, denotando um interesse muito recente e disperso sobre o tema do racismo contra povos indígenas, uma vez que a publicação mais antiga encontrada data de 2010. Outro achado se refere ao local das publicações. Percebeu-se que o maior percentual de produções é originário de países latino-americanos, especificamente o México, Peru, Argentina, Colômbia e Guatemala. Tal predominância pôde ser justificada pelo maior impacto etnográfico dos povos originários nessas regiões, que podem também vivenciar a realidade do racismo. Verificou-se uma escassez de produções brasileiras sobre a temática do racismo diretamente relacionadas aos povos originários. Talvez tal escassez decorra também da invisibilização dos povos indígenas na constituição do *ethos* nacional (De Jesus, 2011).

A partir da leitura detalhada dos materiais, observou-se que embora alguns textos apresentassem os termos “racismo e indígenas” e “racismo e índios”, no corpo textual não havia referência da problemática relacionada aos povos indígenas; tais produções também foram excluídas por não se enquadrarem na proposta desta revisão. Outro dado relevante é o de que as obras que formaram o *corpus* foram quase todas teóricas, apenas uma dissertação de mestrado trazia dados de uma pesquisa empírica.

Constata-se também uma grande lacuna de obras e ausência de materiais acerca dos povos indígenas urbanos. Apenas um dos textos refere o fenômeno, os demais retratam povos que ainda viviam em seu território ancestral ou terras demarcadas constitucionalmente, com os artigos promulgados na constituição de 1988. Cabe destacar que, dentre os mais de 305 povos indígenas, que totalizavam até 2010 896.917 pessoas, mais de 300 mil vivem em cidades

(IBGE, 2010)³. Tal invisibilização de mais de 30% das formas de vida indígenas por parte da ciência reflete a operação do racismo nos níveis cultural e individual.

A ciência historicamente constituiu-se como uma instituição. Como as demais instituições ela se estrutura com base nas construções simbólicas de cada sociedade. No contexto brasileiro em que o ideal colonial é a base da sua formação, o vírus do racismo perpassa suas produções (Cardoso & Coimbra, 2019; Lima, 2019). Dessa forma, pensando na divisão de níveis de expressão do racismo descritas por Lima (2020), nos níveis individual e cultural, pode ser verificado o fato de que a maior parte das obras terem como foco apenas os indígenas em territórios ancestrais, sendo pouco falado dos indígenas urbanos. Em uma cultura racista, que marca o território brasileiro, predeterminando espaços sociais de mobilidade para cada um dos sujeitos e produzindo estereótipos negativos. A ausência dessas obras, retroalimenta imaginários de essencialização desses povos, em lugares distantes, podendo chegar a sua declaração de “inexistência”.

Das publicações analisadas, apenas duas apresentam em seu corpo de autores pessoas autodeclaradas indígenas para discorrer sobre suas próprias problemáticas, as obras “Minha vida como estudante no mundo dos brancos” que tem como autora Nelly Duarte e “Existência e Diferença: O racismo contra os povos indígenas” em seu corpo de autores está Ailton Krenak e Taquary Pataxó, além de apresentar passagem de fala de indígenas no corpo do texto. Esses níveis de atuação do racismo dentro da ciência, replicam ações expressas do racismo, catalogadas a seguir, como o epistemicídio, que institucionaliza determinados grupos, como incapacitados intelectualmente, despotencializando suas produções como menos científicas ou ainda demarcados acessos institucionais apenas para os grupos privilegiados (Cardoso & Coimbra, 2019).

2.4 Discussão

Diante dos dados expostos, para sistematização das análises, os materiais foram agrupados em duas categorias temáticas, sendo a primeira a dos **Contextos de Estudo do Racismo**, referente a quais contextos ou sociedades foram considerados nos estudos; a segunda nomeada de **Formas de Expressões do Racismo**, concernente às práticas racistas descritas em cada publicação. Antes de descrever a composição das categorias, procedeu-se a uma síntese dos conceitos e tipos de racismos analisados nas obras que integram a presente revisão. Gomes

³ Acessível em

https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F#:~:text=Segundo%20o%20Censo%20IBGE%202010,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%ADs.

et al. (2020), seguindo a conceituação de racismo estrutural de Silvio de Almeida (2018), concebem o racismo como:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (Gomes et al., 2020, p.319).

Cardoso e Coimbra (2019), em seu artigo “Banzeirar: Fazendo Ribeirinhas Certas Práticas Ditas de Cuidado”, adotam o conceito de racismo institucional, definindo-o como sistemas e instituições –públicas e/ou privadas – que agem de formas distintas em relação aos grupos étnico-raciais, beneficiando uns e prejudicando outros, baseado em códigos sociais que foram definidos e ideais compartilhados. Outro tipo de racismo identificado foi o racismo ambiental. Rabelo (2010) o traduz como um tipo de violência que ocorre para além da cor da pele, isto porque diferentes populações vulnerabilizadas economicamente sofrem preconceitos, são tratadas como não cidadãos e objetificadas como utilizáveis/descartáveis; sendo consideradas, nos seus ambientes, um obstáculo pelo capital e para os desenvolvimentos de projetos de “interesse do Estado”. Essa problemática afeta não apenas os povos indígenas como também as populações ribeirinhas.

Todos esses conceitos e tipos de racismo expressam a multidimensionalidade do fenômeno. Nos materiais selecionados, o racismo foi analisado em cenários distintos. Praticamente cada texto focalizou o racismo em um estado brasileiro específico, bem como comunidades diretamente afetadas. Não obstante as especificidades locais e individuais de cada grupo étnico indígena, a imersão na realidade social com que os povos indígenas se deparam ofereceu aspectos que indicam certa generalidade do fenômeno em cada estudo. De forma geral, a literatura que compõe o material analisado ressalta que o racismo contra povos originários é produto do colonialismo do passado, que se perpetua no presente, como fica nítido nesta passagem:

Com o racismo institucional como raiz determinante na estruturação do país, certos códigos sociais foram bem delimitados, lugares hierárquicos foram postulados e ideais introjetados. (...) Para ser tratado como igual o imperativo era tornar-se branco e ter comportamento de branco. (Cardoso & Coimbra, 2019, p. 186).

A ideologia do branqueamento também é discutida no texto supracitado, quando se faz referência que os ideais de branquidade para os negros eram mais distantes do que para os indígenas, para os quais ocorreria um branqueamento mais rápido devido à pigmentação mais clara. Tal projeto foi substituído pelos estereótipos de que os indígenas eram “preguiçosos

demais para serem civilizados”. Surgem então políticas separatistas mais abertas: de extermínio físico pela espada ou de extermínio simbólico com a eliminação de seus saberes e modos de vida (Cardoso & Coimbra, 2019).

Segundo Milanez et al. (2019), as dificuldades com que os povos originários se deparam na atualidade têm correlação direta com a escravidão que não ficou no passado nem foi coibida, apenas negada, podendo ser localizada – por exemplo – na exploração desses povos em fronteiras agrícolas. Todos esses aspectos evidenciam como o racismo historicamente esteve e está presente e como ele estrutura a sociedade brasileira até os dias atuais (J. Souza, 2021). Para estender mais a compreensão desse aspecto segue-se a análise da primeira categoria temática: contextos de estudo do racismo.

Contextos de estudo do racismo

As dez obras localizadas nesta revisão se subdividem em seis áreas de estudo do racismo: o conflito territorial e racismo contra povos indígenas, o racismo nas mídias, o racismo e a Psicologia, a negação do racismo, o Estado racista e um relato de vida. A primeira área de estudo se refere aos **conflitos territoriais** que são vivenciados por povos indígenas e sua relação com o racismo. A primeira obra enquadrada se intitula “*Massacre e Resistência Kaiowá e Guarani: Interrogações às Psicologias nos Traçados do Intolerável*”, ela se debruça sobre os conflitos das etnias Kaiowá e Guarani, no estado do Mato Grosso do Sul, com a população não indígena da região, fazendo emergir o debate sobre as noções foucaultianas do biopoder:

O derramamento de sangue, sem ressonâncias que acarretem ações capazes de alterar esse quadro, só pode ser analisado em meio ao racismo de uma sociedade que deixa morrer, mata e não faz viver os que considera menos, os que classifica como não civilizados, normalizados e que são tachados de inferiores pelos que se denominam superiores e melhores – prática racista, guerra das raças, biopoder (Lemos & Galindo, 2013, p. 982).

Nesse mesmo contexto analítico, Rabelo (2010) em “Conflitos Ambientais Gerados Pelo Racismo Ambiental no Processo de Implantação do Conselho Gestor da Rebio Serra Negra em Terras Indígenas, PE.”, adota uma perspectiva socioambiental, para analisar os conflitos experienciados pelos povos Pipipã e Kambiwá, no processo de elaboração do Conselho Gestor da Reserva Biológica da Serra Negra em Pernambuco. O autor representa os conflitos ambientais que colocam em primeiro plano nos debates a questão das terras indígenas nas políticas de preservação da biodiversidade, reforçando a importância ambiental e sociocultural das terras indígenas habitadas por povos que têm um manejo de áreas de preservação florestal com grande biodiversidade.

O segundo contexto se refere ao **racismo nas mídias**, a primeira obra analisada é uma Dissertação de Mestrado da área de Língua Portuguesa, intitulada “A Questão Indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao Racismo”, escrita por Elisangela Dias Barbosa (2010). A autora fundamenta-se nos Estudos Críticos do Discurso, seguindo o pensamento de Teun A. Van Dijk; as reflexões sobre estereótipos no contexto midiático de Walter Lippmann (1922/2008) e a teoria de Patrick Charaudeau (2007) para discorrer sobre a questão indígena na mídia escrita do Estado de Roraima (Barbosa, 2010). Na sua Tese de Doutorado na área de Sociologia, intitulada “História, Memória e Exclusão: Os Xavantes e as políticas Nacionais de Desenvolvimento em Nova Xavantina -MT”, Natália Araújo de Oliveira (2017) estuda a memória e a história de Nova Xavantina - MT, e os discursos segregacionistas contra os povos indígenas, como instrumento de justificação de discursos racistas reproduzidos na cidade.

Dos textos selecionados, dois focam o tema **racismo e psicologia**, seguindo direcionamentos diferentes. O primeiro é uma Dissertação de Mestrado na área de Psicologia (“Atitude Étnico Racial de Universitários em Relação a Indígenas: Contribuições da análise do comportamento”), de autoria de Rivail Farias Santana (2020). O autor propõe, no único estudo empírico encontrado nesta revisão de escopo, um experimento social. O estudo foi realizado com estudantes universitários brancos e negros, com idades de 18 a 20 anos, de forma individual, utilizando o *Implicit Relational Assesment Procedure* (IRAP), um teste de computador, que avalia a relação entre estímulos, e o *Matching-to-sample* (Emparelhamento com o Modelo ou simplesmente MTS), um procedimento para gerar discriminações condicionais (Santana, 2020). Dos 16 participantes, três apresentaram um viés racial negativo em relação às figuras indígenas. Apenas um participante apresentou uma possível reversão do viés racial após o uso do MTS. O autor discute seus achados referindo as limitações da pesquisa em termos de participantes com uma amostra pequena, podendo haver resultados diferentes quando aplicado à população em geral. O segundo material inserido nessa categoria foi o artigo de Cardoso e Coimbra (2010), “*Banzeirar: fazendo ribeirinhar certas práticas ditas de cuidado*”, que problematiza as práticas da psicologia, ditas de cuidado, mas que são estruturadas em lógicas repressoras, controladoras e punitivas. Propondo pensar em práticas que fossem contra hegemônicas, necessitou-se assumir que as bases da psicologia foram fundamentadas no racismo que autorizava o genocídio de determinadas populações.

No contexto da **Negação do Racismo**, tem-se a obra “Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas” de Milanez et al. (2019), produzida a partir do encontro entre intelectuais, artistas e lideranças indígenas, que objetivou a discussão do racismo. A obra apresentou a invisibilização ou silenciamento do racismo contra povos indígenas no Brasil,

produto da negação desse fenômeno. Para os autores, tornou-se evidente que o termo racismo é contestado quando aplicado aos povos indígenas, mesmo que historicamente esses povos sejam marcados pelo tratamento desumanizador, desvalorização da sua cultura e desqualificados como selvagens; sendo obrigados a anularem ou omitirem seus costumes para atender aos costumes “cristãos/civilizados” (Milanez et al.,2019).

O artigo intitulado por “Minha vida como estudante no mundo dos brancos” de Nelly Duarte (2017), enquadrado em **Relato de Experiência de Vida**, trata da experiência da autora enquanto estudante indígena Marubuco que descreve o percurso que a levou à universidade, bem como os obstáculos encontrados. A autora relata como a perspectiva dos parentes mudou com o ingresso dela na universidade. Estudando o artesanato Marubuco, cursou Bacharelado em Antropologia na Universidade Federal do Amazonas em 2008-2014. Na atualidade, cursa o doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ), ainda sobre o mesmo tema. Duarte refere que novas famílias estão passando pela experiência vivida por ela e sua família: de ter um jovem estudante que vai para as cidades, mas que não experienciam mais da mesma forma de “viver como a única da espécie no mundo, de não ver ninguém semelhante falando a sua língua”. Nas metrópoles de hoje, conclui a autora, encontram-se mais indígenas, possibilitando mais contato com pessoas que se assemelham a eles.

Por fim, tem-se os materiais que analisaram o **Estado Racista**, compostos pelas obras “O Brasil é um Estado Racista? Dois ou três apontamentos e algumas definições de Junior e Passos (2014) e “Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais” de Gomes et al. (2020). Ambos analisam a problemática racial e sua relação histórica no território brasileiro. Junior e Passos (2014), fundamentando-se nas teorias de Giorgio Agamben e Hannah Arendt, entendem que, quando o Estado brasileiro usa da violência contra os povos indígenas permitindo-a no sentido de omissão, esse tem sua legitimidade questionada, pois se afasta de um regime democrático, aproximando-se de uma ideologia totalitarista que nega o outro e apoia sua eliminação e anulação da sociedade. Os autores afirmaram que foi por meio dessa violência que a Europa alcançou o posto de centro do mundo, ao elaborar um padrão desenvolvimentista, que foi copiado por países latino-americanos, tais como o Brasil, tornando-se ao mesmo tempo colonizado e colonizador (Junior & Passos, 2014). Gomes et al. (2020), por sua vez, revisitam o passado de exploração e discriminação vivenciadas pelos povos indígenas, o que permite a identificação da forma como a noção de raça serviu para separar os grupos socialmente excluídos e fortemente subalternizados. Os autores evidenciaram como o racismo estrutural ainda define as políticas públicas e o acesso aos direitos humanos na sociedade atual, não

deslocando verdadeiramente as estruturas de poder, de modo a promover mudanças reais nas sociedades capitalistas.

Conclui-se que os resultados encontrados na análise dos dez textos demonstram a transversalidade da temática do racismo. Na terceira etapa da análise serão discutidas as formas de expressão do racismo.

Formas de expressão do racismo

Para além do que foi expresso, foram extraídas – nos materiais aqui relatados – práticas racistas, naturalizadas ao nível de não serem detectadas como racismo ou que por consequências da invisibilização histórica dos indígenas não se tornam evidentes. A primeira prática racista citada na literatura foi o **Genocídio**, entendido conforme o Dicionário de Política de Bobbio et al. (1998) como:

Por genocídio entende-se qualquer um dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir no seu todo, ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, enquanto tal: a) Extermínio de membros do grupo. b) Atentado grave contra a integridade física ou mental dos membros do grupo. c) Submissão intencional do grupo a condições de existência tendentes a provocar sua destruição física, total ou parcial. d) Medidas tendentes a impedir os nascimentos no âmbito do grupo. e) Transferência forçada de crianças de um grupo para outro grupo (Bobbio et al., 1998, p.544).

O genocídio foi uma das primeiras violências perpetradas contra os povos originários, definido por muitos autores como uma “dominação pela espada” (Cardoso & Coimbra, 2019). Seu maior índice já verificado foi exercido durante o processo de colonização das terras brasileiras, quando os europeus promoveram a morte de milhões de indígenas por meio de violência física direta ou de guerra biológica, pela contaminação por doenças via contato direto com esses sujeitos (Cardoso & Coimbra, 2019). A perspectiva de superação do genocídio, para autores como Milanez et al. (2019), é inexistente. Ao se verificar nas mídias os entraves que esses povos enfrentam constantemente para sobrevivência em suas terras contra as invasões do agronegócio e dos garimpos, resultando em derramamento de sangue indígena, evidencia-se a continuidade da violência de espada.

Existem outras formas de destruição de uma civilização ou cultura, a exemplo do **Etnocídio**. Essa forma de violência ocorre em contextos em que a cultura dos povos originários é extirpada ou há o impedimento de sua livre expressão. Por consequência, muitos povos foram obrigados a anular suas práticas religiosas para sobreviver, durante o processo de colonização. Para autores como Milanez et al. (2019), esse processo foi analisado sob a visão de uma “assimilação plena através da miscigenação”. Contudo, os teóricos aqui analisados, partem da

noção de transfiguração étnica de Darcy Ribeiro, em sua obra “Os índios e a Civilização”, onde o autor destaca:

Ribeiro assinalou que “de acordo com a visão quase unânime dos historiadores brasileiros e até mesmo dos antropólogos que estudaram o problema, esse enfrentamento teria como efeito a desaparecimento das tribos ou a sua absorção pela sociedade nacional” (Ribeiro, 1970, p. 8). O resultado esperado era a “assimilação plena, através da miscigenação” (Ibid., p. 8). Suas pesquisas revelaram o contrário: a maioria da população indígena foi exterminada, e os que sobreviveram permanecem indígenas “na autoidentificação”. O ideal da “assimilação plena”, miscigenação e democracia racial esperado pela UNESCO, deu lugar ao que Ribeiro chamou na época de “transfiguração étnica” (Ibid., p.17) (Ribeiro, 1970 apud Milanez et al., 2019, p.2166).

Atualmente é possível perceber o Etnocídio quando há o impedimento das práticas culturais indígenas. Um exemplo palpável é quando removem esses povos de seus territórios, e os colocam em situações insalubres, desvencilhando-os dos espaços familiares e interferindo em sua cosmovisão, contaminam suas terras e dificultam ou impedem suas práticas religiosas e seu modo de ser (Rabelo, 2010).

Além das violências supracitadas, uma outra expressão racista contra esses povos é o **Epistemicídio**, que se refere ao estilhaçamento de saberes e pertencimentos, com a visão de controle e domínio. Parte do dispositivo racista produz a pobreza cultural quando desqualifica os povos indígenas e os saberes ancestrais, forjando uma noção de incapacidade e possibilitando a normalização, anulação e dizimação das diferenças, que colocam em risco o sistema hierárquico existente. Em uma sociedade definida como democrática e de controle, mas que permanece disciplinar, este é um dispositivo adotado para dominação individual e grupal, acoplada ao ideal colonial, tornando-se necessário que zonas de pertencimentos/protagonismos sejam destruídas ou removidas dos seus sujeitos (Cardoso & Coimbra, 2019).

Outro fator que merece destaque na literatura pesquisada é a **problemática territorial**, uma das maiores questões travadas por povos originários, desde o princípio, e que se interligam a diversos outros aspectos, já descritos aqui. Os povos originários defendem a importância da preservação ambiental e da biodiversidade, mas desde a colonização sofrem com um histórico de expropriação e espoliação (Gomes et al., 2020). Devido aos interesses do Capital, suas terras foram tomadas para usufruto do agronegócio, isto porque as reservas ambientais sofrem cada vez mais com a exploração, refletindo no modo de ser e existir de povos indígenas.

As relações capitalistas aqui estabelecidas e o racismo estrutural impuseram a esses segmentos participação social de forma subalternizada. Os povos originários (indígenas)

e tradicionais (quilombolas) têm sofrido severos ataques, desprezo e silenciamentos na atual conjuntura. Seus direitos têm sido negados e desmantelados, e as exigências legais de consulta livre, prévia e informações sobre medidas que possam afetar-lhes têm sido desrespeitadas, trazendo impactos no seu território, meio ambiente e modo de vida. (Gomes et al., 2020, p. 322).

Júnior e Passos (2014) afirmam que há uma racionalização e instrumentalização legal da violência, atendendo interesses capitalistas que são descritos como estratégicos, mas que vão de encontro à Constituição Federal. Tiram-lhes o direito a suas terras (no início pelos europeus que os tratavam como não-cidadãos, crianças ou, até mesmo, mesmo sub-humanos), expropriando-se daqueles territórios e impondo seus modos de vida. Na atualidade, há continuidade dessa violência com intermináveis processos jurídicos de demarcação, negando o direito aos indígenas de participação nas tomadas de decisões, mesmo após seus direitos descritos nos artigos 231 e 232 da Constituição da República, em que ficou evidente ao analisar os índices demográficos, a diminuição dos territórios ocupados por povos indígenas nos últimos anos.

Outra forma de expressão do racismo é a **fossilização da cultura** indígena no imaginário dos demais grupos, que produz uma necessidade recorrente de confirmação da sua existência por parte dos povos indígenas. Esta é uma das formas mais comuns de racismo contra essa população, perceptível em diversos discursos e nos mais variados contextos e sujeitos. A fossilização da cultura, diz respeito à imagem de que a cultura indígena é imutável, estagnada no tempo. Milanez et al. (2019) exemplificam o fenômeno quando relatam que um indígena que é visto fazendo uso de tecnologias ou atividades como ser um escritor (que fogem à norma do imaginário social do que é “ser indígena”), recebe comentários que para muitos acreditam ser inocentes, mas estruturalmente são racistas, como “você não parece um índio”, ou sendo classificado como “ex-índio”. Outras expressões de racismo, por meio da fossilização, podem ser manifestadas quando pessoas não indígenas ao se depararem com indígenas em algum centro urbano não o reconhecem como indígena, a exemplo de situações em cartórios com recusa a registrar uma criança como indígena, ou em reuniões da FUNAI quando usam discursos para se referir aos indígenas como “autodenominados indígenas” (Milanez et al., 2019).

Todos os aspectos até aqui descritos, são produtos da **invisibilização** dos povos indígenas, implicando na negação e fossilização da sua existência. Tais problemáticas quase não adentram nos debates sociais e acadêmicos. Exemplo nítido são as políticas públicas e de

ações afirmativas que foram as últimas a serem pensadas e ainda estão enviesadas por uma perspectiva colonizadora.

A este respeito, Junior e Passos (2014) afirmam que os saberes, práticas e organizações sociais desses povos foram excluídos e silenciados pelo ideal colonial

[...] o Brasil foi, ao mesmo tempo, colonizado de colonizador. Se, por um lado, sofreu com o colonialismo e o imperialismo europeu – e, posteriormente, também estadunidense –, por outro foi colonial com relação aos povos indígenas e populações tradicionais (caboclos, ribeirinhos, sertanejos, dentre outros). Os diversos saberes, práticas e organizações sociais dos povos indígenas foram sistematicamente excluídos ou silenciados (Junior & Passos, 2014, p.409).

Deste modo, a temática estudada mostra-se ainda pouco conhecida devido a sua negação. Como falar de racismo de povos que foram esquecidos? Os autores supracitados complementam o texto descrevendo que o Estado promove esse processo de violência e exclusão quando adota um padrão colonial e racista, ou um modelo desenvolvimentista que esquece e amassa formas de vidas diferentes da hegemonia. Suas vozes são negadas, reivindicações ignoradas, colocam-nos no espaço do não ser, de sub-humanos, reafirma esse padrão de dominação, adota uma forma racista de organização e estabelecimento de políticas públicas; tornando-se um modelo carregado de racismo, exclusão e violência (Junior & Passos, 2014.)

Tabela 1*Quadro de publicações em formato artigo para o estudo*

Título	Autor(es) (Ano)	Área do conhec.	Objetivo	Teorias/Conceitos
“Conflitos Ambientais Gerados pelo Racismo Ambiental no Processo de Implantação do Conselho Gestor da Rebio Serra Negra em Terras Indígenas, PE.”	Josinês Barbosa Rabelo (2010)	Ciências Sociais (Cadernos de Estudos Sociais)	Apresentar uma reflexão sobre os principais conflitos ambientais vivenciados pelos povos indígenas Pipipã e Kambiwá, decorrentes do processo de elaboração do Plano de Manejo e formação do Conselho Gestor da Reserva Biológica de Serra Negra, Pernambuco.	Racismo ambiental
“Massacre e Resistência Kaiowá e Guarani: Interrogações às Psicologias nos Traçados do Intolerável”	Flávia Cristina Silveira Lemos & Dolores Cristina Gomes Galindo (2013)	Psicologia (Revista Psicologia, Ciência e Profissão)	Problematizar o acontecimento do massacre e a resistência dos povos indígenas Kaiowá e Guarani às práticas racistas de biopoder que são empreendidas, tendo em vista a garantia do território e da sua terra sagrada.	Biopoder (Michel Foucault)

“O Brasil é um Estado Racista? Dois ou três apontamentos e algumas definições.”	Geraldo Witeze Jr. & Aruanã Antônio dos Passos (2014)	História (Brasiliiana- Journal for Brazilian Studies)	Criticar os modos de dominação contemporâneos, em particular na realidade brasileira e explorar a ideia de que o Brasil pode ser considerado um estado racista com relação aos povos indígenas.	Colonialidade (E. Dussel e A. Quijano) e Racismo de Estado (H. Arendt)
“Minha vida como estudante no mundo dos brancos”	Nelly Duarte (2017)	Antropologia (Revista de Antropologia)	Relato de Experiência para debater sobre a política de ação afirmativa no Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Nenhum
“Existência e Diferença: O Racismo Contra os Povos Indígenas”	Felipe Milanez, Lucia Sá, Ailton Krenak, Felipe Sotto Maior Cruz, Elisa Urbano Ramos e Genilson dos Santos de Jesus (Taquary Pataxó) (2019)	Interdisciplinar (Revista Direito e práxis)	Discutir um dos aspectos mais invisibilizados do racismo no Brasil: o caso do racismo contra os povos indígenas. Discutindo o vazio na literatura sobre o racismo contra indígenas e apresentar depoimentos e reflexões de caráter prático e teórico sobre racismo por parte de autores indígenas	Nenhum

“Banzeirar: fazendo Áurea Alves Cardoso ribeirinhar certas e Cecília Maria práticas ditas de Bouças Coimbra cuidado” (2019)	Psicologia (Fractal: Revista de Psicologia)	Problematizar práticas ditas de cuidados presentes na área da psicologia que têm se aliado a lógicas repressoras, controladoras e punitivas – vide o contexto no qual foi regulamentada no Brasil.	Escrevivência (Conceição Evaristo)
“Justiça racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais” (2020)	Serviço Social (Revista Katálisis)	Contextualizar o cenário atual de crescimento do autoritarismo, de ataques aos direitos humanos e à democracia, tendo como eixo analítico e político a categoria raça. Interessa compreender a questão racial nas agendas das políticas públicas e dos direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais, e os efeitos perversos do projeto de colonialidade.	

Tabela 2

Quadro de publicações em formato Teses e Dissertações para o estudo

Título	Autor (Ano)	Área	Objetivo	Metodologia	Técnicas e Instrumentos
--------	-------------	------	----------	-------------	-------------------------

“A questão indígena Raposa/Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao racismo”	Elisangela Dias Barbosa (2010)	Língua Portuguesa	Investigar como os povos indígenas envolvidos na questão indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, foram tratados nas notícias da mídia escrita local e se há manifestações de racismo contra os indígenas.	Análise do discurso das mídias	Análise do corpus em três etapas, baseado no processo de transformação transação da notícia de Charaudeau (Mundo a descrever/a comentar, mundo descrito/comentado e mundo interpretado)
“História, Memória e Exclusão: os Xavante e as Políticas Nacionais de Desenvolvimento em “Nova Xavantina– MT”	Natalia Araújo de Oliveira (2017)	Sociologia	Compreender a memória e a história de Nova Xavantina a partir de uma ótica que segrega o indígena, isto é, buscar entender como noções da memória local são mobilizadas a fim de justificar os discursos racistas empregados contra estes indígenas na cidade.	Estudo Qualitativo	Entrevistas Qualitativas (semi estruturadas, estruturadas e de grupo focal); Questionário; Observação; Coleta documental; Análise de conteúdo.
“Atitude Étnico Racial de Universitários em Relação a Indígenas:	Rivail Farias Santana (2020)	Psicologia	Contribuir para o estudo do preconceito étnico racial sofrido pelos indígenas, sob uma perspectiva do comportamento simbólico e testar um procedimento baseado em MTS, visando a alteração de	Estudo Experimental	Pesquisa experimental com estudantes universitários. Instrumentos: <i>Implicit Relational Assesment</i>

Contribuições da Análise do Comportamento”	relações simbólicas de preconceito. Buscamos verificar através de medidas implícitas (IRAP) se a aplicação de uma intervenção para redução de preconceito étnico-racial (MTS), causaria alteração nas medidas implícitas (IRAP).	<i>Procedure</i> (IRAP) e o <i>Matching-to-sample</i> (Emparelhamento com o Modelo ou simplesmente MTS),
--	---	---

2.5 Conclusões

A presente revisão de escopo partiu da inquietação dos autores em analisar o fenômeno do racismo contra os povos indígenas do Brasil, focalizando em específico o que há na literatura acerca desse tema, desde primórdios até os dias atuais, verificando teorias que estudam as formas como o racismo opera em relação a esses povos, intersecções e ausências. Percebeu-se que pouco material foi recuperado nas buscas. Apesar do tema ter adentrado nos debates acadêmicos e científicos, ainda é muito pouco pesquisado, o que se reflete na escassez de produções na literatura sobre o fenômeno do racismo contra os povos indígenas do Brasil. Esta é uma limitação desta revisão. Ela sinaliza a importância de realizar futuros estudos que analisem fenômenos que perpassam a realidade dos povos originários brasileiros. Em especial, estudos empíricos, que foi a maior ausência detectada, sendo localizado um único material com tais características.

Deve-se ressaltar, porém, que o método de coleta é passível de perda de dados. Durante a seleção das linhas de comando, atentou-se ao uso de variações linguísticas para se referir aos povos indígenas, usando termos mais antigos e ultrapassados como “índio”, além de termos atuais como “indígenas”; mas ainda há possibilidade de perdas, em que algum material não apresentasse os termos, não sendo incluído na análise. Os filtros de elegibilidade também impactaram a quantidade dos estudos selecionados, visto que ao se especificar o contexto brasileiro como foco do material muitos materiais que explicam sobre a vivência de povos indígenas em outros países acabaram por não serem incluídos nessa revisão. Entretanto, interessa-nos a produção de material sobre a nossa realidade racista.

A pouca quantidade de material encontrado pode ser interpretada como um reflexo da presença do racismo contra esses povos. Como expressei, o racismo opera em diversos níveis. A baixa quantidade de materiais, refletem a operação do fenômeno no nível institucional. A ciência no Brasil enquanto uma instituição, estrutura-se em uma ideologia da branquitude que se reflete no estreitamento de publicações sobre a temática. Lemos e Galindo (2014) reforçam que o *outro* é considerado inferior, por ser diferente do *eu*, sendo predefinidas zonas de pertencimento e mobilidade dessas minorias. Dessa forma, a pouca visibilidade dos povos indígenas pela ciência nacional reproduz a invisibilização desses povos na nossa sociedade. Além disso, a quase ausência de autorias indígenas nas obras encontradas também reflete o

racismo institucional contra esses povos, removendo não somente sua luta do debate como objetificando-os e inferiorizando-os ao falarem por eles (Cardoso & Coimbra, 2019).

Quanto aos níveis individual e cultural do racismo, verificou-se que a maior parte das obras tem como foco os indígenas em territórios originários, apenas uma obra teve como foco indígenas localizados na zona urbana. A cultura racista produz os estereótipos fossilizados do “ser indígena” como sujeitos remotos, distantes espacial e historicamente, vivendo em florestas (Milanez et al., 2014). Mas o que dizer dos indígenas urbanos? Aqueles que colaboram para quebrar parte dos estereótipos (racismo individual) dos indígenas, cristalizados em uma imagem simbólica desse grupo (racismo cultural). Levanta-se aqui um debate sobre o quanto ainda a ciência permanece reproduzindo visões racistas contra esses povos.

Ao aprofundar as análises nas diversas áreas temáticas, notou-se uma variedade de perspectivas de análise, o que denota a grande transversalidade do tema, passível de análise em diversos contextos e temas. Uma possível leitura positiva desses dados é a importância do olhar multidisciplinar no estudo do racismo contra povos indígenas, visto que, está presente em diversos ambientes, desde a prática clínica até a análise histórica. Uma leitura menos positiva dessa diversidade analítica é a da pulverização de perspectivas com pouca integração temática e não desenvolvimento de linhas de investigação sistemática.

Cabe destacar a completa ausência, na busca empreendida, do estudo da temática em algumas áreas fundamentais, a exemplo do contexto educacional, em que se reproduz ideias colonizadoras, a exemplo do ensino de história, que pode focar o processo de “descobrimento” e colonização do Brasil de forma acrítica, reproduzindo estereótipos dos indígenas. Evidencia-se, assim, a importância de aprofundar os debates sobre o racismo contra esses povos nos contextos sociais e acadêmicos, visto que o vírus racista transita por todos os eixos sem barreiras.

No que se refere à área de Psicologia Social, na qual se insere nossa análise, também há escassez, sendo possível localizar apenas três obras nesta área, o que sinaliza para a necessidade de mais discussão sobre a necessidade de introduzir essa temática nas grades curriculares de formação dos psicólogos e de repensar as práticas; uma vez que as práticas psicológicas atuais podem exercer um caráter segregador e psicopatologizante, que perpetua o racismo contra esses povos. O melhor antídoto para superar essa limitação pode ser mergulhar na realidade dos povos

indígenas (urbanos ou rurais), compreendendo sua visão de mundo, e produzindo contrapoderes aos endereçamentos etnocêntricos (Lemos & Galindo, 2013).

Apesar de aspectos individuais do racismo, de acordo com o contexto e o povo que o sofre ou perpetra, aspectos comuns são evidentes, segundo as análises empreendidas. O racismo é descrito como produto do processo de colonização do território brasileiro e, juntamente com a escravidão, produziram as discriminatórias que estruturam a sociedade atual e suas instituições (Junior & Passos, 2014). Dessa forma, são detectadas violências que foram, e ainda são exercidas contra os povos indígenas e que se caracterizam por serem formas de expressão do racismo. Tais formas partem dos meios mais sutis e naturalizados, a exemplo de ataques aos seus saberes (epistemicídio), impedimento de suas práticas (etnocídio), preconceitos, atos discriminatórios, desigualdades e invisibilização (Junior & Passos, 2014; Oliveira, 2017) para alcançarem a expressão mais flagrante de violência física extrema (genocídio). Essa realidade psicológica, social e histórica foi, por muito tempo, negada com base no discurso da inexistência de violências contra povos originários. Contudo, nas últimas décadas, os movimentos políticos indígenas e indigenistas lançaram nova luz a esse debate.

Conclui-se que os resultados encontrados confirmam a existência e continuidade do racismo contra os povos indígenas no Brasil, violência ainda naturalizada, que precisa vir à tona no debate social, para que se promovam ações também multiníveis de combate ao racismo. Salienta-se a importância de novos estudos e pesquisas, em especial as empíricas (maior lacuna detectada), para uma maior compreensão do racismo contra os povos indígenas, bem como, a ampliação de estudos para os mais diversos contextos em que este atua, possibilitando uma maior compreensão do fenômeno e, conseqüentemente, mais efetividade das políticas públicas antirracistas.

A continuidade e ampliação do debate e dos estudos sobre a temática viabilizam mudanças na estrutura social, permitindo culturalmente que estereótipos sejam alterados, institucionalmente que haja mais acesso e igualdade desses povos aos seus direitos e individualmente que preconceitos sejam revistos e superados. Para tanto, é primordial que os saberes desses povos cheguem e impactem o contexto acadêmico como conhecimentos também científicos. Desta forma, a ciência não pactua com a perpetuação do silenciamento racista que nega os saberes indígenas (epistemicídio) e que perpetua sua invisibilidade.

CAPÍTULO 3

ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO CONTRA POVOS INDÍGENAS

A Psicologia Social estuda diversos fenômenos do cotidiano. Pensando nos capítulos até aqui expressos, um questionamento é aberto: de que forma podemos alcançar a verificação do racismo e sua relação com os povos indígenas?

Trataremos de respondê-los verificando três fenômenos que interseccionam ambas as pautas, as representações sociais, os estereótipos e o preconceito contra os povos indígenas dentro do contexto brasileiro. Desse modo, esse capítulo foi desenvolvido com o propósito de resgatar como a psicologia social vem estudando tais fenômenos. Esses conceitos nortearão o capítulo 5 desta dissertação, permitindo que analisemos os dados aqui obtidos.

3.1 Representações sociais

O Teoria das representações sociais é estudada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. A inspiração original do termo vem do final do séc. XIX, na sociologia de Émile Durkheim, quando ele teorizou sobre o conceito de representações coletivas. Em meados da década de 1960, o psicólogo social romeno Serge Moscovici, retoma o conceito de Durkheim de representação coletiva, rompendo com a ideologia clássica que distingue sujeito-objeto e inaugurando um novo campo de estudos na psicologia social: as representações sociais (Abric, 1998; Cabecinhas, 2009; Zucco, 2001)

Cabecinhas (2009) salienta que a teoria das representações sociais, foi um propulsor para que fosse reconhecida a importância dos processos de comunicação, mediáticos e informais, no processo de construção da realidade por parte dos grupos sociais. As representações sociais constituíram-se em uma área do saber, que tem por objetivo compreender as relações sociais em diferentes sociedades, sendo descritas como uma forma de conhecimento que é construída e compartilhada em sociedade, com a finalidade de contribuir para a construção da realidade comum a um conjunto social (Jodelet, 1989; Zucco, 2001).

Ao teorizar sobre as representações sociais, Moscovici (1976/2013) descreve-as como sistema de valores, ideias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma

comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambiguidade os vários aspectos de seu mundo e de sua história individual e social.

Todas as interações humanas, surgiram elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõe representações. [...] Se esse fato é menosprezado, tudo o que sobra são trocas, isto é, ações e reações, que não são específicas e, ainda mais, empobrecidas na troca. Sempre e em todo lugar, quando nós encontramos pessoas ou coisas e nos familiarizamos com elas, as representações estão presentes. A informação que recebemos, e a qual tentamos dar um significado, está sob seu controle e não possui outro sentido para nós além das que elas dão a ele. (Moscovici, 1976/2013, p.40)

Para Moscovici haveria três tipos de representações sociais em circulação, em face das relações intergrupais e da construção simbólica da própria realidade social, que se estrutura nas categorias simbólicas que o sistema cultural ao qual o sujeito está inserido oferece. Seriam elas as representações: polêmicas emancipadas e hegemônicas (Bonomo & Souza, 2013). As representações *controversas* ou *polêmicas* emergem nos contextos de conflito social ou de disputas intergrupais, marcadas pela ausência de compartilhamento pela sociedade. As representações *emancipadas* são resultantes da cooperação e do compartilhamento de significados entre sub-grupos que possuem um contato mais ou menos próximo, dessa forma cada sub-grupo desenvolve sua própria representação e transmite aos outros, essas representações podem gerar práticas de solidariedade, o oposto das representações polêmicas. Por fim, as representações hegemônicas são ideias compartilhadas socialmente em larga escala por membros de grupos bem estruturados a exemplo de nações, partidos etc. e estruturam todas as práticas simbólicas, com aspectos uniformes e coercitivos, à semelhança das representações coletivas de Durkheim (Moscovici, 1976/2013; Cabecinhas, 2009, Bonomo & Souza, 2013).

Entretanto, para que uma representação social seja social, Vala (2000) afirma que três critérios devem ser considerados: o quantitativo, o genético e o funcional:

[...] *critério quantitativo*, dir-se-á que uma representação é social na medida em que é partilhada por um conjunto de indivíduos. Este critério é, contudo, insuficiente para dar conta do conceito de representação social porque nada diz sobre o seu modo de construção. Utilizando um *critério genético* - uma representação é social no sentido em que é coletivamente produzida: as representações sociais são um produto de interações

e dos fenômenos de comunicação no interior de um grupo social, refletindo a situação desse grupo, os seus projetos, problemas e estratégias e as suas relações com outros grupos. [...] critério da *funcionalidade*, elas oferecem programas para a comunicação e a ação, relativamente aos objetos que constituem interrogações para o grupo. Dito de outra forma, as representações sociais são teorias sociais práticas (Vala, 2000, pp. 461-462).

A expansão da teoria de Moscovici por toda a Europa e América Latina resultou em três correntes teóricas ou abordagens complementares: uma perspectiva etnográfica ou processual, representada por – Denise Jodelet, Fátima Santos, Ângela Almeida e Zeidi Trindade; uma societal representada por Willem Doise e outra cognitiva- estrutural, representada por Jean-Claude Abric, Celso de Sá, Rafael Wolter, Claude Flament e Pierre Vergès, dentre outros.

Neste material nos ateremos a abordagem cognitiva-estrutural das representações sociais proposta por Abric (1998). Para o autor o indivíduo ou o grupo se reapropria da realidade e a reconstrói dentro do seu sistema cognitivo, enquanto cognemas que expressam seu sistema de valores, com influência da sua história e contexto social, assim como das ideologias que o cercam. As representações funcionariam como um sistema de interpretação da realidade, este regeria as relações do sujeito com seu meio físico e social, determinando comportamentos e práticas dos indivíduos, as representações atuariam como um manual para a ação, orientando-as assim como as relações sociais. Em outras palavras, as representações sociais são um “sistema de pré-codificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas” (Abric, 1998, p. 28).

Como referido, as representações possuem quatro funções nas dinâmicas das relações e nas práticas: função do saber, função identitária, função de orientação e função justificadora. De acordo com a *função do saber* “elas permitem compreender e explicar a realidade – permitem que os atores sociais adquiram conhecimentos e os integrem em um quadro assimilável e compreensível para eles próprios, em coerência com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem” (Abric, 1998, pp. 28-29). Quanto a *função identitária*, “elas definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos”, ou seja, as representações posicionam os indivíduos e grupos em um espaço social que permite a elaboração de sua identidade social e pessoal positiva, garantindo aos sujeitos uma posição

favorável nos processos de comparação social. A *função de orientação* guia os comportamentos e práticas – o sistema de pré-codificações das representações atua como condutor das ações. Por fim, na *função justificadora* – “elas permitem, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos” - elas intervêm na forma como interpretamos a ação, ou seja, permite que os indivíduos expliquem e justifiquem seus atos nos contextos e face outros sujeitos.

A abordagem estrutural (Teoria do Núcleo Central) descreve que uma representação social é formada por um conjunto de informações, de crenças, opiniões e de atitudes em relação a um dado objeto social. Esse conjunto de informações é organizado, estruturado, formando um sistema sociocognitivo específico. Esse sistema é formado por: um núcleo central e elementos periféricos. O Núcleo Central sofre influência da natureza do objeto representando e do tipo de relação que o grupo de pertença do indivíduo tem com o objeto, ou seja, pelos seu sistema de valores e normas sociais do contexto que o sujeito se insere (Abric, 1988). O núcleo central é a base estrutural das representações sociais, apresentando duas funções fundamentais:

Uma função geradora: ela é o elemento através do qual se cria ou se transforma, o significado dos outros elementos constitutivos da representação. É através dele que os outros elementos ganham um sentido, um valor. Uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da representação. Neste sentido, o núcleo é o elemento unificador e estabilizador da representação (Abric, 1998, p. 31).

O núcleo central, caracteriza-se por ser a parte mais estável das representações sociais, garantindo a continuidade em contextos móveis e evolutivos, sendo a parte mais resistente a mudanças. A modificação do núcleo central resulta na transformação completa da representação (Abric, 1998).

O segundo elemento estruturante de uma representação social são os *conteúdos periféricos*. Ao redor do núcleo central se distribuem os conteúdos periféricos das representações. Estes seriam os elementos simbólicos mais acessíveis, mais vivos e mais concretos, que respondem a três funções primordiais: concretização, regulação e defesa. A função de *concretização* – permite que a representação seja formulada em termos concretos, compreensíveis e transmissíveis, os elementos periféricos dependem do contexto, desse modo,

eles caracterizam-se por mediar a relação do núcleo central com a situação concreta, em que a representação é posta em ação (Abric,1998). A função de *regulação* refere-se ao papel de adaptação que os elementos periféricos exercem nos diversos contextos, permitindo que novas informações ou mudanças do ambiente sejam anexadas as representações. Elemento que divergem da representação consolidada são integrados e reinterpretados pelos conteúdos periféricos, caracterizando-o por um conteúdo móvel e evolutivo da representação, diferentemente do núcleo central (Abric,1998). Por fim, a função de *defesa* atua como um sistema de defesa da representação. Para a modificação de uma representação social, é necessário atuar na transformação de elementos periféricos, a exemplo de como: “mudança de ponderação, interpretações novas, deformações funcionais defensivas, integração condicional de elemento contraditórios” (Abric,1998, p. 32).

Os dois elementos que constituem a representação social, atuam de forma complementar, formando um duplo sistema. Um sistema central, de caráter essencialmente social, diretamente relacionado ao contexto social (condições históricas, sociobiológicas e ideológicas) e aos valores e normas. Descrito por Abric (1998) como base comum propriamente social e coletiva que configura a homogeneidade de um grupo. E um sistema periférico, com aspectos individualizados e contextualizados, ou seja, que se relaciona a características individuais e ao contexto imediato e imprevisível no qual os indivíduos se localizam.

Dado o exposto, é evidente que fenômeno das representações sociais permite uma melhor compreensão da construção da realidade dos indivíduos e sua influência nas relações intergrupais. Desse modo, valer-se dessa teoria é fundamental para que se possa aprofundar como se dá a relação entre o grupo não indígena em relação aos povos indígenas no território brasileiro. Porém, em um contexto de relação intergrupais o fenômeno das representações sociais não é o único a ser avaliado, visto que os estereótipos constituem uma parte importante da representação social quando específica a grupos sociais, é importante analisar como se estruturam os estudos sobre o mesmo e como se expressa em relação aos grupos alvos desse estudo.

3.2 Estereótipos

O termo estereótipos já existe desde 1798, porém é usualmente adotado para a tipografia, para as ciências sociais foi utilizado esporadicamente para referir-se a algo “fixo” e

rígido”, assim como etimologicamente corresponderia a sua significação, que vem do grego *Stereo*, traduzido como “sólido” ou “firme”. Para a Psicologia Social, Lippmann (1922/2008) e sua obra *Opinião Pública* são marcadores da fundamentação do conceito de estereótipos adotado na modernidade (Cabecinhas, 2004; Jairo & França, 2022).

Rosa Cabecinhas (2004) sinaliza que, apesar da obra de Lippmann apresentar grande impacto até a atualidade, até meados dos anos 50 foi negligenciada pelos estudiosos do tema. Neste período, os estudos empíricos ao qual muitos se debruçavam definiam os estereótipos como “um tipo inferior de pensamento, situando-os no domínio do ‘patológico’: estes seriam projeções de fantasias indesejáveis, deslocamentos de tendências agressivas para os membros de outros grupos, ou subprodutos de síndromes de personalidade associadas ao autoritarismo e intolerância (p. 4)”.

Para Lippmann (1922/2008), os estereótipos seriam “imagens da mente”, a forma como as pessoas constroem as representações do meio social (Jairo & França, 2022). O autor descreve que o relato das experiências seriam transfigurações da realidade, ou seja, partes e não ela propriamente dita. Complementa ainda que o observador tem papel importante na construção dos estereótipos, de modo que as representações não são neutras, mas influenciadas pelo observador e suas inspirações.

A cultura fornece ao observador recortes de elementos da realidade e seus significados, permitindo que seja observada uma nitidez, distintividade, consistência e estabilidade nos significados a elas conferidos. O autor descreve limitações humanas que os indivíduos apresentam no processamento da informação, e a influência dos preconceitos que influi na seleção, interpretação, memorização, recuperação e uso da informação (Cabecinhas, 2004). Dessa forma, Lippmann (1922/2008) descreve esse processo afirmando que “na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. Na confusão brilhante, ruidosa do mundo exterior, pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura (p.85).”

Em sua obra pode-se identificar elementos acerca das funções psicossociais dos estereótipos, estas viriam a ser estudadas mais profundamente a posteriori. No que se refere às funções cognitivas dos estereótipos, Lippmann discorre acerca da “economia do esforço”, segundo o mesmo, a vida moderna é caracterizada por uma aceleração e um multimodo, para

além da mobilidade física. Desse modo, não haveria tempo para um contato íntimo em todas as experiências sociais, e então nessas experiências o indivíduo observaria elementos comuns a ele no ambiente e preencheria o restante da imagem mental com os estereótipos que possui (Cabecinhas,2004; Lippman,1992/2008)

Quanto às funções sociais dos estereótipos, é enfatizada pelo autor a “defesa dos interesses do indivíduo” – haveria uma representação de mundo mais ou menos ordenada e consistente, ao qual o sujeito ajusta seus hábitos, expectativas, gostos etc. Nesse mundo, todas as coisas e pessoas têm espaços bem delimitados, que dá uma previsibilidade. Quando ocorre algo que gere um abalo aos estereótipos, o sujeito percebe como um ataque aos fundamentos do seu mundo, uma ameaça a coisas importantes (Lippmann,1992/2008, p.96).

Quando o sujeito se depara com estereótipos que divergem dos que ele tem armazenados, o autor descreve duas possibilidades de respostas:

“Se a experiência contradiz o estereótipo, uma das duas coisas acontece. Se o homem não é mais maleável, ou se algum interesse poderoso torna altamente inconveniente reorganizar seus estereótipos, ele despreza a contradição como uma exceção que prova a regra, desacredita a testemunha, encontra uma falha em algum lugar, e trata de esquecer-lo. Mas se for curioso e aberto, a novidade é trazida para dentro do quadro, permitindo-se que o altere (Lippmann, 1922/2008, p.99).

A partir da obra de Lippmann, os estudos relacionados aos estereótipos tornaram-se cada vez mais evidentes na psicologia. As análises de Allport, em 1954, permitiram compreender os estereótipos associados as categorias sociais, colocando em plano a dimensão cognitiva dos estereótipos que permite entender as relações intergrupais. A segunda metade do século XX foi marcada por uma grande contribuição de diversos estudos empíricos, que tinham como perspectiva as teorias sociocognitivas (Jairo & França, 2022). Um desses estudos que vale aqui ser referenciado é a obra de Katz e Braly (1933). Nessa obra aparece a técnica mais utilizada durante as primeiras décadas dos estudos dos estereótipos, a lista de adjetivos. Os autores desenvolveram uma lista composta por 84 traços de personalidade, selecionados com base na imprensa e na literatura do período, como também extraídos de uma amostra de 100 estudantes das universidades, em relação a dez grupos minoritários (Cabecinhas,2004).

Katz e Braly (1933; 1935) consideram os estereótipos como um fenômeno sociocultural. Para os autores, os estereótipos são crenças transmitidas pelos agentes de socialização

(família, escola, meios de comunicação social etc.), o que explica o consenso dos estereótipos face aos diversos grupos sociais, a sua independência do conhecimento ‘real’ dos membros desses grupos e a sua dependência do contexto histórico e cultural (p.11).

Diante do exposto, é consenso afirmar que os estereótipos executam um grande papel nas atitudes e ações dos sujeitos, refletindo, por conseguinte, nas suas relações intergrupais. Historicamente, os grupos se organizam em uma lógica estratificada, e o fenômeno dos estereótipos atua como perpetrador e naturalizador das desigualdades. Sendo assim, este acaba por tornar-se uma ferramenta para analisar as sociedades atuais por meio das suas relações intergrupais, poderes hierárquicos e assimétricos (Pereira,2021).

Ao adentrar o domínio das relações intergrupais e sua relação com os estereótipos, vale ressaltar a teoria da Identidade Social (TIS), uma das teorias propulsora de avanços nos estudos da origem, desenvolvimento e processos de estereotipia. Para além das expectativas, os estereótipos afetam também os julgamentos sociais do indivíduo (Techio, 2011).

[...] como um produto normal dos processos cognitivos de categorização entre dois ou mais grupos, levando as pessoas a diferenciarem indivíduos pertencentes a diferentes grupos, simplificando ou exagerando as características de um grupo, bem como servindo para justificar e racionalizar as condutas intergrupais. [...]os estereótipos são formados com o objetivo de concretizar a representação positiva do endogrupo, distinguindo-o dos exogrupos, principalmente quando existe qualquer tipo de ameaça, seja real ou simbólica (Techio, 2011, p.26).

Nessa perspectiva, os estereótipos assumem uma função justificadora. Para Tajfel (1982), os estereótipos só podem ser compreendidos totalmente se considerado o contexto em que são produzidos. Dito isso, a TSI compreende que o fenômeno tem por fundamento três processos centrais: a categorização social, a identidade social e a comparação social. (Tajfel, 1982; Techio, 2011; Jairo & França, 2022).

Sob o olhar da cognição social, os estereótipos seriam compostos por informações acerca de situações e acontecimentos que foram adquiridos durante as experiências sociais dos indivíduos. Quando formados, os esquemas mentais direcionam a forma como compreendemos as pessoas e os acontecimentos, influenciam o processamento das informações sociais desde a captação, o armazenamento, assim como na recuperação desses dados (Techio,2011).

Para Tajfel (1981), os estereótipos apresentavam funções individuais e sociais/culturais. Dentre as funções individuais, retomando a noção apresentada por Lippmann, há o resgate da ideia de economia cognitiva. Essa função permitiria aos indivíduos a ordenação, categorização e estruturação da percepção da realidade, evidenciando as diferenças intercategoriais e as semelhanças intracategoriais (Tajfel, 1981; De cremer,2001; Techio, 2011). Outra função individual que os estereótipos apresentam, segundo Tajfel, é a defesa dos valores individuais.

Dentro da estrutura dos valores, a maioria dos estereótipos apresenta um conteúdo valorativo, principalmente os relacionados à autoimagem e estes, por sua vez, são utilizados para manter e acentuar uma autoimagem positiva (Hogg & Abrams, 1988). Em síntese, os estereótipos são úteis, uma vez que fazem com que a pessoa se sinta melhor acerca de si mesma e menos ameaçada, ou seja, cumpre a função de proteção do “eu” (De Cremer, 2001). Cabe destacar que em determinados contextos sociais algumas categorias possuem mais importância que outras (Techio, 2011, pp. 32-33).

Quanto às funções sociais e culturais dos estereótipos, a Teoria das Relações Intergrupais destaca três: explicação e busca da causalidade social, diferenciação social e justificação social. Techio (2011), ao discorrer sobre as funções, qualifica a primeira como a utilização dos estereótipos para explicação de acontecimentos ou eventos sociais, que tem por característica um caráter complexo e negativo; a segunda refere-se a função de diferenciar o endogrupo positivamente, reforçando seus aspectos positivos, principalmente em contextos de ameaça ao grupo; por fim, a terceira é marcada por um sistema de valores que ampara a estratificação social, explica e justifica as atitudes em relação ao exogrupo, sendo reforçado pelo processo de categorização.

Um dos modelos de estudo dos estereótipos bastante utilizado na psicologia social é o Modelo do Conteúdo dos Estereótipos (MCE). Esse modelo propõe que há duas dimensões que capturam os estereótipos a *Cordialidade* e a *Competência*, atuando de forma central na cognição humana, nos julgamentos individuais, bem como nos julgamentos dos grupos sociais (Lima & Leite, 2021). Nesta perspectiva, os estereótipos positivos presentes em uma das dimensões não contestam o preconceito, sendo funcionalmente consistentes em maior parte com estereótipos negativos da outra dimensão. Os autores complementam que haveria duas variáveis importantes capazes de predizer dimensões dos estereótipos, o *status* e a *competição* (Fiske et al. (2002).

Sugerimos que para grupos subordinados e não competitivos (por exemplo, pessoas idosas), o estereótipo positivo de cordialidade atua em conjunto com o estereótipo negativo de baixa competência para manter a vantagem de grupos mais privilegiados. Para grupos externos competitivos e de elevado estatuto (por exemplo, asiáticos), o estereótipo positivo da sua competência justifica o sistema global, mas atua em conjunto com o estereótipo negativo de baixo calor para justificar o ressentimento do grupo interno em relação a eles (Fiske, Cuddy, Glick & Xu, 2002, pp. 878-879).

Lima e Leite (2021) descrevem que dentro da dimensão competência estariam presentes características como: independente, hábil, confiante e capaz, enquanto na dimensão cordialidade traços como: simpático, confiável, sincero e amigável. Os autores complementam que para o MCE os exogrupos são vistos como competentes na medida que apresentam um alto status e poder, porém quando apresentam baixo status e baixo poder, são percebidos como incompetentes. Nestes casos, quando os grupos são percebidos como incompetentes, pode haver em conjunto a percepção de uma cordialidade, desde que não exista uma disputa com o endogrupo (grupo de pertencimento).

Diversas teorias clássicas e modernas foram e continuam sendo desenvolvidas, permitindo que se possa analisar os estereótipos que envolvem as relações intergrupais. Neste trabalho interessa-nos em averiguar o fenômeno em relação ao grupo minoritário dos povos indígenas; desse modo, é importante perscrutar na literatura como tem se construído os estereótipos da população indígena brasileira.

3.2.1 Estereótipos dos povos indígenas

Historicamente, os povos indígenas foram caracterizados pelo grupo dominante, as imagens simbólicas que se possui do “ser indígena” no imaginário social da atualidade foram construídas ainda no passado, durante os contatos que se sucederam à chegada dos europeus no território brasileiro e no período de colonização. Tais eventos resultam na invisibilização e exclusão moral e social que os povos indígenas brasileiros diariamente lidam (Lima & Almeida, 2010).

Lima e Almeida (2010) apontam que as representações sociais dos povos indígenas nascem do processo de estranhamento dos grupos (indígenas e europeus), em que em um primeiro contato e com o passar do tempo tornaram-se hegemônicas, de modo que perduram até

os dias atuais. Os autores complementam que essas representações de alteridade fazem uso de elementos físicos e culturais dos grupos e são estruturadas por interesses simbólicos e materiais [...] no caso da representação social dos índios na época da colonização, a materialização se opera por meio da imagem de “cadeias do ser” ou hierarquias de evolução dos grupos, como nos mostra o Frei Bartolomeu de Las Casas (1474-1566/2001), quando retrata o extermínio dos índios na América espanhola: Índios: espanhóis $\cong$ crianças: adultos macacos: seres humanos (Lima & Almeida, 2010, p.19).

Vala (2000) descreve o processo de objetivação como o modo em que é organizado os elementos que constituem uma representação, além do trajeto que permite que se materializem e se tornem expressões naturalizadas da realidade. O autor descreve o processo em três momentos: construção seletiva, esquematização e naturalização. Inicialmente, as informações, crenças e ideias sobre o objeto passam por um processo de seleção e descontextualização, envolvido por normas e valores do sujeito; em seguida ocorre o processo de esquematização, em que os elementos selecionados serão organizados; por fim, os esquemas figurativos transformam-se em categoriais naturais e adquirem materialidade.

Pensando nesse processo, Lima e Almeida (2010) explicam como foram naturalizados os estereótipos dos indígenas no período da colonização. Alguns estereótipos negativos tornaram por dividir os grupos, distanciando os povos indígenas dos aspectos que o tipificam como seres humanos (a cultura), e os aproximando do que os tipifica como animais ou coisas inanimadas, como a natureza (Lima et al., 2016)

Os estereótipos são estruturados por valores e interesses do dominador. Desse modo, em um primeiro momento, como justificativa para a atuação missionária no território brasileiro, os indígenas foram representados como ingênuos, sem religião, crianças que precisam ser educadas; posteriormente é introduzida a perspectiva de um indígena selvagem, canibal, sanguinário como forma de justificar o extermínio desses povos. Essa ambivalência das representações (Indígena bom e Indígena mal) permaneceu por séculos após a colonização (Lima & Almeida, 2010).

Darcy Ribeiro apresenta que a imagem que a população não indígena possui em relação aos indígenas brasileiros é organizada de forma binária: o indígena tribal e o indígena genérico. O primeiro é caracterizado pelos indígenas que lutaram e conseguiram proteger seu território, sua língua e costumes, após o contato com o “homem branco”. O genérico seria os povos que

passaram pela transfiguração étnico-cultural, reestruturaram seu modo de viver, adaptando-se a nova realidade (Torres et al. 2011)

Torres et al. (2011) abre um parêntese, que os indígenas genéricos, apesar de resguardarem sua identidade étnica específica, não são reconhecidos pelos demais grupos que constituem a sociedade brasileira. Quando o indígena se distancia do estereótipo do passado: um indígena sem roupas, na floresta, falando um idioma ancestral, ele passa por um processo de mudança de etnia, sendo “menos indígena”. Os autores complementam que “no processo de transfiguração étnico-cultural, os índios genéricos deixam de ser percebidos como índios, mas não passam a integrar a condição de brasileiros comuns, não-indígenas. Eles passam a formar novo grupo social, alvo de discriminação” (p. 279).

Mas é aqui, precisamente, que se levantam as barreiras interétnicas que fazem todos esses grupos se apegarem a uma concepção exclusivista de si próprios como “nacionais”, nela incluindo os afro-brasileiros, os luso-brasileiros e outros eurobrasileiros e todos os seus mestiços, mas dela excluindo, com repulsa, o indígena. Por quê? Com efeito, aqueles contingentes correspondem a matizes raciais, enquanto o indígena é um contingente de natureza distinta, por seu caráter étnico-cultural. E toda entidade étnica é intrinsecamente excludente de qualquer outra identificação. [...] No caso do índio civilizado, a situação se complica devido à sua rusticidade e desajustamento, que o fazem frequentemente ainda mais pobre e atrasado que as camadas mais miseráveis da população com que está em contato. A estas circunstâncias se somam as compulsões ecológica e econômica entre índios e populações regionais, as condições artificiais geradas pela intervenção missionária ou protecionista e, também, a qualificação mais baixa do índio, enquanto trabalhador nacional, que o coloca em situação de inferioridade dentro de uma camada social em que, com o máximo de eficácia, cada pessoa mal consegue sobreviver. Todas essas circunstâncias confluem para fazer da indianidade, além de uma condição étnica, uma forma específica de desajustamento à sociedade nacional (Ribeiro, 70/82/2017, pp. 368-369).

Nos dias de hoje, alguns estudos verificam a continuidade dos estereótipos que a população não indígena tem acerca dos povos indígenas. Sendo verificado o quanto eles se mantiveram na atualidade. Lima e Castilho (2013) afirmam que os estereótipos negativos dentro do pensamento do cidadão comum não são apenas a continuidade do passado colonial, mas

produtos das conquistas de direitos que proporcionaram que os indígenas adentrassem em outros espaços. Isso pode ser visualizado no aumento da violência contra lideranças indígenas, e os dados da pesquisa confirmam tal afirmativa. Quando analisada a ideia de que “índio bom é índio morto”, 5% da população brasileira apresentou concordância.

Lima e Almeida (2010) já haviam verificado a presença de estereótipos negativos em relação aos povos indígenas, principalmente no nível das crenças centrais. Os autores verificaram a descrição de traços considerados típicos dos indígenas como: selvagens, aproveitadores, preguiçosos, violentos etc. em uma amostra da população não indígena.

Em um estudo mais recente, Lima e Castilho (2013) detectaram estereótipos de selvageria e ferocidade em relação aos povos indígenas na opinião pública. Os dados também sinalizavam uma ideologia de superioridade intelectual, como pode-se observar a seguir: “– os índios são feras primitivas, muitos parecem pensar! Nada menos do que 28% concordam (13% totalmente e 15% parcialmente) com a afirmativa “Os índios são selvagens, querem resolver tudo à força”.

Quanto às associações positivas em relação aos povos indígenas, foram detectadas apenas quando relacionadas à natureza e ao meio ambiente, demonstrando a continuidade de uma noção estereotipada dessa população, misturando a identidade indígena a natureza, distanciando-o da sociedade brasileira.

3.3 Preconceito

O fenômeno do preconceito é há muito tempo estudado pela psicologia. Com facilidade, ele pode ser detectado no dia a dia da população brasileira, nas mídias, assim como em obras fictícias que tem por proposta apresentar uma crítica social.

Mas o que seria o preconceito? O termo aparece nos dicionários online da seguinte forma: “juízo de valor preconcebido sobre algo ou sobre alguém que se pauta em uma opinião construída sem fundamento” um “repúdio demonstrado ou efetivado através da discriminação de grupos” e um “comportamento que demonstra esse repúdio ou aversão.⁴”.

Apesar da presença de termos que expressam características reais do fenômeno, como juízo, opinião, repúdio e comportamento, há divergências com a perspectiva analisada pela

⁴ <https://www.dicio.com.br/preconceito/>

Psicologia Social em que esse trabalho se insere. Para a psicologia social além dos aspectos inconscientes e irracionais do fenômeno, verifica-se seus aspectos estratégicos, racionais e táticos enquanto um agente do estabelecimento, justificação e manutenção de relações de poder hierarquizadas, de status e privilégios grupais (Lima, 2023, p.407).

Na tentativa de apresentar a definição do que se nomeia aqui como preconceito, é necessário pensar em como foram e estão configurados os estudos da Psicologia Social nos últimos 50 anos. Duckitt (1992) realizou uma análise histórica do preconceito, extraindo sete diferentes períodos de análise na psicologia, que é a base deste capítulo.

Nem sempre o preconceito foi pensado em termos de pesquisa como na atualidade. A noção de preconceito como uma construção científica social, observado como algo a ser avaliado por psicólogos, só surgiu na década de 1920. Anteriormente imperava a “Psicologia das Raças”, com foco nas diferenças raciais, desse modo o conceito de preconceito que era adotado tinha por finalidade compreender as diferenças e antipatias raciais (Lima, 2013).

A noção de superioridade da raça branca sobre a negra estruturava as pesquisas do período, sendo então o preconceito e as atitudes raciais vista com pouca ou nenhuma significância pelo cenário científico da época. No início do século 20 são desenvolvidos os testes de inteligência, que se inserem a esse contexto com o propósito original de estudar as diferenças individuais, em uma tentativa de evidenciar as diferenças entre brancos e negros (Duckitt, 1992).

Reflexos do fim da Primeira Grande Guerra, diversos movimentos sociais civis dos negros eclodiram em 1920, assim como movimentos contrários a estrutura de dominação colonial que regiam a Europa e a dominação branca dos povos colonos (Duckitt, 1992). Resultando em uma mudança no paradigma social, o preconceito é reconfigurado como algo irracional e injustificado, que começa a se constituir como um problema de pesquisa (Lima, 2013). Neste período, Duckitt (1992) apresenta a primeira definição dada ao preconceito descrevendo-o como uma “atitude intergrupar negativa basicamente injustificada, irracional ou, de alguma forma, negativa” (p.1185), reformulando o fenômeno como um preconceito do branco e não uma inferioridade negra.

Durante as décadas de 1930 - 40, a teoria psicodinâmica fornece maior parte dos estudos sobre o preconceito, este passa a ser visto como produto de processos psicológicos universais, como mecanismos de defesa. O fenômeno foi percebido neste período como um processo

inconsciente, que canalizava tensões e problemas, em forma de preconceito contra grupos socialmente desvalorizados (Duckitt, 1992).

Com o fim da Segunda Grande Guerra e o fenômeno do Holocausto vivenciado pelo mundo, uma nova mudança de paradigma é desencadeada. A década de 50 foi marcada por estudos que tinham por foco estruturas de personalidade. A ideologia que dominava os estudos da época verificava a existência de personalidades propensas ao preconceito, com foco principal nas diferenças individuais (Lima, 2013). Neste período, estavam no auge das pesquisas teorias como a da Personalidade Autoritária de Adorno et al (1950).

Apesar da ênfase nas estruturas de personalidade que marcaram a década de 50, é importante salientar a obra de Gordon Allport, *The nature of prejudice* (1954). Esta é desenvolvida dentro do mesmo contexto, e independentemente da análise adotada para se reconstruir os conceitos de preconceito. É uníssono a sua importância, sendo uma das obras mais influentes nos estudos do preconceito na Psicologia Social, historicamente e na atualidade. Em sua obra, ele define primeiramente o preconceito como: “*uma atitude aversiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo e, portanto, presume-se que tenha as qualidades censuráveis atribuídas ao grupo*”⁵(p.7).

Ao adotar essa definição, é possível concluir, levando em consideração a variedade de grupos minoritários existentes, que há uma diversidade de tipos de preconceito tal qual as pertencas a grupos socialmente desvalorizados em uma estratificação nas relações de poder (Lima & Vala, 2004, p.402).

Posteriormente, Allport (1954) orienta-se apenas no preconceito étnico, aprimorando sua definição para uma antipatia baseada em uma generalização falha e inflexível que pode ser sentida ou expressa, possível de ser dirigida a um grupo ou a um indivíduo pela sua pertença grupal. Desse modo, se entende o preconceito como uma atitude e, como tal, é estruturada enquanto um pré-julgamento que se constitui por componentes cognitivos (as crenças e os estereótipos), afetivos (antipatias e aversões) e deposicionais ou volitivos (tendências para a discriminação) (Lima, 2023).

⁵ “an avertive or hostile attitude toward a person who belong to a group, Simply because he belongs to that group, and is therefore presumed to have the objectionable qualities ascribed to the group.” (p.7)

Dessa forma, evidencia-se aqui outra diferença perceptível entre a noção popular do fenômeno e os adotados pela psicologia. Para a psicologia haveria formas mais justificadas do que outras do preconceito, compreendendo-o enquanto uma norma social, não refletindo apenas uma atitude do indivíduo, mas as esferas sociais e as normas do grupo que está inserido em uma estrutura sociorrelacional (Lima, 2023).

A partir da obra de Allport, novos estudos passam a ser desenvolvidos, ampliando sua obra, apontando falhas em seu estudo, ou tomando novos caminhos. Marcamos aqui, então, o quinto e sexto período histórico do preconceito descrito por Duckitt (1992). As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por estudos com uma perspectiva cognitiva do preconceito, a explicação do fenômeno saiu de fatores psicológicos individuais para amplas influências sociais e culturais.

Apesar de ambas as décadas serem marcadas pelo mesmo pressuposto sociocultural, elas são divididas em períodos distintos dada a ênfase de seus estudos. A década de 1960 foi marcada por estudos relacionados à influência normativa e a década de 70 deteve-se as dinâmicas intergrupais e conflitos de interesse (Duckitt, 1992).

Teorias como a de Muzafer Sherif (1967) se inserem no primeiro desses períodos. Sherif, baseando-se nas ideias de Allport, complementa que o fenômeno seria resultado de um pertencimento grupal. Para ele, o sujeito aprenderia socialmente com seus pares e pessoas de referência do grupo ao qual pertence, contra quais grupos se posicionar e como expressar o preconceito. Para o autor, este seria percebido como uma norma social de conduta compartilhada, de modo a ser mais adotada por alguns membros do que por outros, ou seja, alguns interiorizam enquanto outros rejeitam (Sherif, 1967; Lima, 2023).

Quanto ao segundo período descrito acima (década de 1970) encontra-se a definição de Jones (1972) sob influência dos processos de comparação social. Ele percebe o fenômeno como uma atitude negativa direcionada a uma pessoa ou a um grupo. Este seria consequência de um processo de comparação social, no qual o sujeito ou seu grupo de pertença são percebidos como uma referência positiva, expressando o preconceito em relação aos outros sujeitos ou à grupos externos ao seu. O preconceito é manifestado (comportamento) por meio da discriminação – tais ações são manifestas com a finalidade de preservação ou para fins de construir vantagem de um grupo em relação aos membros do grupo a que está sendo comparado (p. 3-4).

Por um longo período, as emoções serão postas em segundo plano nos estudos da psicologia sobre o preconceito, na década de 1990, esse aspecto é rompido, retomando uma

ênfase crescente sobre o papel das emoções no fenômeno. É nesse contexto em que uma das obras clássicas de Brown (1995) se insere. O autor formula a definição de preconceito como: “um conjunto de atitudes sociais de inferiorização ou de crenças depreciativas, a expressão de afetos negativos, ou a expressão de comportamentos hostis ou discriminatórios contra membros de um grupo e por causa de seu pertencimento a esse grupo” (p.8).

Na atualidade, ainda há uma grande influência da obra de Allport, assim como da cognição social. Augoustinos e Reynolds (2001) descrevem que, em síntese, as definições mais modernas do tema possuem em seu conteúdo:

(a) uma orientação negativa em relação a membros de determinados grupos, (b) ruim e injustificada, (c) irracional e errônea e (d) rígida. Irracional, porque o preconceito não se vê atrelado à realidade social de quem o percebe. Errôneo, porque tais visões são o resultado de distorções cognitivas devido, entre outras coisas: limitações de processamento de informações, impacto de efeitos de humor e personalidades disfuncionais (por exemplo, autoritarismo). Ruins, pelas consequências negativas que tais atitudes podem gerar, e rígidos, pela crença de que pessoas preconceituosas dificilmente mudarão de opinião mesmo diante de informações contrárias. (Augoustinos & Reynolds, 2001, p.2)

Porém, como diversos autores sinalizaram em suas obras, o preconceito também possui aspectos racionais que geram comportamentos estratégicos em suas relações intergrupais. Principalmente executando o papel de manutenção da posição social dos grupos. Sendo um reflexo maior das normas sociais do endogrupo, que da experiência individual do sujeito. Nessa perspectiva, o preconceito é definido em termos de relações de poder intergrupais (Lima, 2013).

Nesse mesmo viés, Vala et al. (1999) discorrem que o fenômeno do preconceito e a discriminação não seriam gerados por processos de construção de identidade ou processos de categorização, mas que estes refletem as relações sociais onde a discriminação ocorre, e, conseqüentemente, tornam por legitimar, seja por meio da idealização do grupo de pertencimento, ou através da construção de uma imagem negativa associada ao grupo socialmente desvalorizado.

É relevante sinalizar também que autores como Allport (1954) e Lima (2013) descrevem em suas obras que todas as definições até aqui apresentadas são teorias válidas e nos permite analisar algum aspecto causal do preconceito, o que não significa dizer que os demais não

operem conjuntamente. Duckitt (1992) pontua sobre a ausência de uma estrutura integrativa que analise o preconceito em sua completude. Porém, executa uma tentativa de construção de uma perspectiva integrativa de pensar o preconceito, delimitando quatro questões que, segundo o autor, parecem permitir a compreender os quatro processos causais básicos e qualitativamente diferentes na determinação do preconceito.

Primeiro, certos processos psicológicos universais constroem uma potencialidade inerentemente humana ou propensão para o preconceito. Em segundo lugar, as dinâmicas sociais e intergrupais descrevem as condições e circunstâncias de contato e interação entre grupos que elaboram essa propensão ou potencialidade em padrões de preconceito normativos e socialmente compartilhados, característicos de grupos sociais inteiros. Em terceiro lugar, os mecanismos de transmissão explicam como essas dinâmicas intergrupais e padrões compartilhados de preconceito são transmitidos socialmente a membros individuais desses grupos. E, finalmente, as dimensões das diferenças individuais determinam a suscetibilidade dos indivíduos ao preconceito e, assim, operam para modular o impacto desses mecanismos de transmissão social sobre os indivíduos (p.1190).

Diante disso, apesar da diversidade de formas que o preconceito pode tomar para adaptar-se ao grupo minoritário alvo, que foram explicitadas por diversos autores até aqui citados, é possível perceber elementos comuns a todos os tipos de preconceito, tais como 1. ênfase e hierarquização das diferenças entre os grupos; 2. Sentimentos e emoções negativas contra alguém devido ao seu pertencimento grupal; 3. Uniformização ou homogeneização dos membros do grupo minoritário alvo; e 4. resistência cognitiva e social a negação das crenças e expectativas negativas acerca do exogrupo, mesmo que haja evidências favoráveis (Lima, 2013; Lima, 2023)

Por fim, pode se dizer que três aspectos principais do preconceito são evidenciados pela Psicologia social: 1) o preconceito é **simultaneamente individual e grupal**, tornando de suma importância analisar os muitos níveis em que ele se manifesta; 2) é **contextual**, é uma “atitude em contexto” (Eagly & Diekmann, 2008), sofre influência das normas sócio-históricas em vigor e pelos interesses envolvidos nas relações 3) é **relacional**, se adapta de acordo com a minoria alvo, bem como pelas hierarquias de poder nos planos interpessoal e intergrupais da relação (Lima, 2020).

3.3.1 Preconceito no Brasil

A realidade do preconceito no Brasil, até muito pouco tempo, era equívoca. Por muito tempo, o país foi visto como sem preconceito racial. Até 1951, quando foi executada uma pesquisa com apoio da UNESCO para fins de reconhecimento da “realidade racial brasileira” sustentava-se a hipótese de que o Brasil seria um caso neutro, no que diz respeito à manifestação do preconceito, sendo por um período uma propaganda positiva no mundo a respeito da temática do preconceito (Fernandes, 1966).

Imperou por muito tempo o mito da Democracia Racial, teoria cunhada por Gilberto Freyre, em sua obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), o autor descrevia a relação dos brancos e negros do Brasil, como inteiramente livres de bloqueio para a igualdade, sem preconceito e discriminações raciais, sejam elas formais ou informais (Freyre, 1933/1983, Lima, 2020).

Florestan Fernandes (1966) afirma que para que haja uma igualdade entre as raças, não somente uma democracia racial deve ser construída no Brasil, mas uma democracia na esfera econômica, na esfera social, na esfera jurídica e na esfera política. Para além disso, é necessário que se tenha uma noção transparente, honesta e convicta do que gera a ausência de equidade nas relações entre brancos, negros e mestiços.

O autor supracitado complementa que apesar da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, não houve uma afetação de forma significativa, de modo que os padrões tradicionalistas de acomodação racial e ordem racial permaneceram em um contínuo.

A noção de democracia racial se manteve por muito tempo no cenário brasileiro, provocando no passado e no presente grande impacto, tanto no cotidiano da população brasileira, quanto no cenário científico. No que se refere ao primeiro, no Brasil, somente a partir do ano de 1990 que será feito o reconhecimento da existência de preconceito racial por parte do Governo Federal, diferentemente de outros países, isso acabou por refletir no desenvolvimento tardio de políticas públicas com foco na equidade racial (Lima, 2020).

Reflexo do que Fernandes (1966) já descrevia em sua obra que a atitude mais evidente dos brasileiros com relação ao preconceito era de “preconceito de ter preconceito”. Tal atitude também refletiu nas obras científicas que, até início da década de 1990, praticamente não há na ciência indícios de trabalhos da psicologia brasileira sobre o preconceito.

Em uma revisão sistemática realizada por Sacco, Couto e Koller (2016) nas principais bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), PePSIC, Index Psi, LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), e PsycINFO, utilizando os operadores booleanos “racismo OR preconceito racial” nas buscas, foram encontrados ao todo 77 artigos entre os períodos de 2004 a 2014, variando o número de publicações por ano.

O baixo índice de publicações pela psicologia social brasileira acerca do preconceito, ligou-se a história da sociedade brasileira, em que o tema se tornou um tabu para a miscigenada cultura brasileira (Lima, 2023). Lima e Castilho (2013) reforçam o pensamento de Einstein ao afirmarem que os tempos em que vivemos são tristes, sendo mais fácil a ruptura de um átomo do que o preconceito.

3.3.2 Preconceito Contra Povos Indígenas Brasileiros

Na atualidade, é de consenso que há o preconceito racial no Brasil. Assim como Allport já sinalizava sobre os diversos tipos de preconceito, tal qual de grupos minoritários, temos como objeto o preconceito contra o grupo minoritário dos povos indígenas brasileiro (Lima & Almeida, 2010).

Em um estudo mais recente intitulado “Indígenas no Brasil - Demandas dos povos e percepções da opinião pública realizado pela Fundação Perseu Abramo (FPA)”, que ocorreu entre os dias 8 à 30 de outubro de 2010, com a população brasileira. Utilizando-se de uma abordagem a domicílio e face a face, foi aplicado um questionário estruturado, com 84 perguntas (cerca de 230 variáveis). Devido à questões de tempo as perguntas compunham duas versões do questionário (A e B), mantendo-se 40 perguntas em comum a ambas.

A amostra total – probabilística nos primeiros estágios (sorteio dos municípios, dos setores censitários e domicílios), combinada com controle de cotas de sexo e faixa etária (Censo 2010, IBGE) para a seleção dos indivíduos (estágio final) – somou 2.006 entrevistas, divididas em duas subamostras espelhadas, de 1.000 (A) e 1.006 (B) entrevistas, representando a população brasileira adulta, urbana e rural, dispersa em 150 municípios (pequenos, médios e grandes), das cinco macrorregiões do país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste). (Lima & Castilho, 2013, p.24)

O estudo foi aplicado com *“2.006 pessoas não-indígenas, todas maiores de 16 anos e residentes em áreas urbanas e rurais distribuídas em 150 municípios (pequenos, médios e*

grandes), e nas cinco macrorregiões do país” (Lima & Castilho, 2013, p. 31), com objetivo de aferir a “opinião pública nacional”.

Os dados alcançados no estudo verificaram a existência de preconceito contra povos indígenas no Brasil. Até mesmo expressões positivas em relação à imagem que os sujeitos tinham dos povos indígenas tinham um teor de negação ou invisibilização da sua existência enquanto um coletivo.

Mesmo os aspectos mais positivos associados à imagem dos povos indígenas – a saber, aqueles derivados de sua relação com a natureza e meio ambiente – configuram, em regra geral, um reconhecimento dos povos indígenas como seres quase míticos. Sua existência como coletividades concretas, com formas, tempos e intensidades distintas de contato com os Estados Nacionais é desconhecida ou desconsiderada. (Lima & Castilho, 2013, pp. 67-68)

Os dados apresentavam uma perspectiva preconceituosa da opinião pública em relação aos povos indígenas, 52% amostra concordavam que os indígenas possuíam muitas terras. No que se refere às regiões do Brasil, as com maiores taxas de concordância eram as regiões Norte (59% concordavam) e a região Nordeste (60%), tais regiões apresentam graves conflitos territoriais e violência anti-indígenas.

Outros dados acerca do preconceito dizem respeito às violências e atitudes discriminatórias em relação à população indígena. Dados do Relatório “Violência contra os povos indígenas no Brasil” de 2021 desenvolvidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) sinalizam que esse ano foi marcado por uma intensificação da violência e violações contra povos indígenas no território brasileiro. Houve um aumento em invasões e ataques a comunidades e lideranças indígenas. Uma excitação nos conflitos refletiu nos territórios e direitos constitucionais dos povos originários (CIMI, 2021).

[...] pelo sexto ano consecutivo, dos casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio”. Em 2021, o Cimi registrou a ocorrência de 305 casos do tipo, que atingiram pelo menos 226 Terras Indígenas (TIs) em 22 estados do país. No ano anterior, 263 casos de invasão haviam afetado 201 terras em 19 estados. A quantidade de casos em 2021 é quase três vezes maior do que a registrada em 2018, quando foram contabilizados 109 casos do tipo (CIMI, 2021)

O estudo de Lima e Castilho (2013), os dados do CIMI, assim como reportagens que são veiculadas todos os dias, são por si dados que confirmam a existência de preconceito na atualidade contra os povos indígenas do Brasil. Nesse material, retomamos tal debate, realizando um estudo sobre o fenômeno do preconceito e estereótipos contra povos indígenas no Brasil.

CAPÍTULO 4

ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar os estereótipos e preconceitos contra os indígenas presentes nas representações sociais construídas por não indígenas do Acre e de Sergipe.

Objetivos específicos

- Analisar, de forma comparativa, os estereótipos e preconceitos construídos sobre os povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe;
- Analisar possíveis diferenças nas imagens sociais dos povos indígenas com relação ao grau de contato nos estados do Acre e Sergipe;
- Analisar os sentimentos predominantes da população não indígena sobre os povos indígenas do Brasil nos estados do Acre e Sergipe;
- Analisar a relação da posição política no espectro Direita-Esquerda nas representações estereotípicas e nos preconceitos contra os povos indígenas nos dois Estados.

4.2 MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório comparativo. A pesquisa exploratória segundo Gil (2008) é desenvolvida com a finalidade de proporcionar uma visão geral sobre um determinado fenômeno; sendo muito utilizada, principalmente quando o tema definido é pouco explorado, e apresenta-se uma maior dificuldade de formulação de uma hipótese precisa e operacionalizada. Para uma maior exploração dos aspectos aqui estudados, foi definido o caráter comparativo do estudo, escolhendo os estados do Acre e Sergipe como zonas focais de aplicação, devido a diferença populacional de povos indígenas em ambos os locais, como descritos no tópico (número a ser inserido quando o trabalho tiver concluído).

4.2.1 Participantes

Os participantes do estudo são moradores dos estados do Acre e de Sergipe, somaram-se ao todo 131 respondentes do material, devido a aplicação virtual da pesquisa o instrumento alcançou outros estados, obtendo 15 respostas para além dos estados focais deste material. Porém apenas 116 respostas enquadravam-se nas zonas de interesse sendo 50 respostas de pessoas residentes no Acre e 66 em Sergipe. A idade média dos participantes foi de 27,2 anos

(Desvio Padrão = 9,33), com idade mínima de 18 anos e máxima de 61 anos. Em relação ao gênero, 60% eram do gênero feminino, 39,1% do masculino e 0,9% selecionaram outro gênero. Utilizando as categorias do IBGE, observou-se que os maiores percentuais de autoclassificação de cor da pele foram: pardo com 47,8%, seguido por branco 36,5% e preto 11,3% e os menores índices para afro-indígena ⁶2,6% e amarelo 1,7%. Ninguém se auto identificou como indígena.

A maior 38,9%, possuía a renda familiar de 1,1 e 3 salários-mínimos, seguidos por renda de 3,1 e 5 salários e com até 1 salário-mínimo, ambos com 17,7%, os menores índices detectados no estudo foi de renda de 5,1e 7 salários, 7,1 e 9 e renda acima de 9 salários, que teve percentuais de 11,5%, o primeiro, e 7,1 % os dois últimos. Quanto ao nível de escolaridade, 48,7 % dos sujeitos possuíam o Ensino Superior Incompleto, 38,3% Ensino Superior Completo, seguido por 10,4% Ensino Médio Completo, 1,7% outro e 0,9% Ensino Médio Incompleto.

Por fim, foi analisado o posicionamento político dos participantes no Espectro Direita-Esquerda, obtendo os seguintes resultados: Extrema esquerda 3,5%, Esquerda 49,1%, Centro esquerda 14,9%, Centro 7%, Centro direita 2,6%, Direita 4,4% e Sem posicionamento 18,4%. Para melhor análise, uma nova categoria foi formada a partir dos valores acima, os elementos da esquerda foram unidos, transformando-se no espectro Esquerda (67,5%), e os elementos do centro e direita, transformou-se no Espectro Centro/Direita (14%), foi mantido separado os Sem posicionamento político (18,4%).

4.2.1 Procedimentos e Instrumento

A coleta de dados ocorreu de forma online, via questionário eletrônico, devido ao contexto de pandemia do Covid-19, os participantes da pesquisa foram localizados aleatoriamente por meio de mídias sociais como Instagram e grupos do aplicativo de mensagem do Whatsapp, sendo convidados por meio de um texto informativo contendo o tema do estudo e público-alvo, convocando-os a participação voluntária, acompanhado do link de acesso ao material da pesquisa.

O instrumento foi abrigado na plataforma Qualtrics, no período de 21 de outubro de 2021 a 26 de abril de 2022, onde cada indivíduo teve acesso inicialmente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), contendo o objetivo do estudo, possíveis riscos e

⁶ O termo não pertence a classificação racial do IBGE, mas foi inserido como forma de adequar a uma das realidades do estudo, o estado do Acre, em que algumas pessoas se autodeclararam como Afro-indígena.

benefícios, orientações de como acessar sua via do termo de consentimento livre e esclarecido e como se retirar do estudo a qualquer momento, bem como os dados dos pesquisadores e meios de contato. Após o aceite do termo, o sujeito era direcionado ao instrumento desenvolvido pelos pesquisadores. A coleta foi executada de forma anônima, de modo que nenhum dado pessoal de identificação do sujeito fosse armazenado.

O instrumento utilizado é um questionário, produzido a partir de dois materiais desenvolvidos nos estudos de Torres et al. (2011) e de Lima e Almeida (2010). A pesquisa de Torres et al. (2011) teve como objetivo analisar as relações entre culpa e vergonha coletivas, identidade com a nação brasileira, contato entre indígenas e não-indígenas, e preconceito de não indígenas contra indígenas. Os autores analisam as variáveis contato, culpa coletiva, vergonha coletiva, identidade e preconceito, por meio de um questionário. Deste material selecionamos algumas questões. O material de Lima e Almeida (2010) foi desenvolvido com base na teoria de Abric (1994) que propõe uma abordagem metodológica de pesquisa estrutural das representações, seguindo 3 etapas: 1- encontrar conteúdos/ elementos da representação; 2- analisar as relações entre os elementos, peso e ordem de importância, e 3- estabelecer o NC (Lima & Almeida, 2010).

Diante disto, o instrumento utilizado nesse estudo (Apêndice A) foi desenvolvido agregando algumas questões dos materiais supracitados, descritas a seguir, selecionadas criteriosamente para alcance dos objetivos deste estudo. Algumas modificações ou adaptações foram feitas, como a atualização de terminologias, a exemplo do termo “índio”, que nos últimos anos tornou-se uma palavra discriminatória e homogeneizante, sendo utilizado a expressão “povos indígenas”. Foram feitas mudanças estruturais em algumas questões, transformando questões subjetivas em afirmativas de escalas. Por fim, inseriu-se novas perguntas e afirmações para uma maior adequação do instrumento aos objetivos da presente dissertação.

O questionário se organiza em blocos temáticos, iniciando com a parte sociodemográfica, com as seguintes informações: idade, gênero, estado, cidade, nível de escolaridade, renda, posicionamento político, identificação racial e uma escala de identificação cultural para uma melhor análise comparativa dos dados coletados. Seguidos de perguntas subjetivas e escalas tipo Likert. Para análise das *Representações Sociais e Estereótipos* o instrumento possui perguntas abertas: 1. “Quando você ouve a palavra “Indígenas”, quais são as três primeiras coisas que você pensa?”; 2. “Na sua opinião, quais características os

brasileiros, de uma maneira em geral, acreditam que os povos indígenas têm? Diga o máximo que conseguir.”; 3. “Quando você pensa nos acontecimentos do Brasil, o que lembra em relação aos povos indígenas?”; 4. “Como você descreveria um indígena?”; 5. “Onde os povos indígenas, de maneira geral, vivem?”; 6. “O que, na sua opinião, os povos indígenas, de uma maneira geral, fazem no seu dia a dia?”.

No tocante ao **Preconceito** foi adaptada da Escala de Distância Social desenvolvida por Torres et al. (2011) com base em seu estudo, uma escala *Likert* de variação 7, em que 1- totalmente desconfortável, 4 - neutro e 7- totalmente confortável. Composta por 10 indicadores: 1. “Ter um vizinho indígena.”; 2. “Ter um professor indígena.”; 3. “Ter um prefeito indígena.”; 4. “Ter um médico indígena.”; 5. “Trabalhar para um indígena.”; 6. “Ser abordado por um policial indígena.”; 7. “Ter um amigo indígena.”; 8. “Namorar um(a) indígena.”; 9. “Ter um filho com descendência indígena” e 10. “Casar com um(a) indígena”. Foi analisada a consistência interna, e verificada uma alta consistência com um *Alpha* de *Chronbach* (α) de 0,97.

Com relação aos **sentimentos/emoções intergrupais** de Lima e Almeida (2010) foi utilizada uma Escala dos Sentimentos, do tipo *Likert* com variação de 1 a 6, quanto maior o valor mais forte é a presença do sentimento na pessoa em relação aos povos indígenas, foram listados 10 sentimentos: 1. “Admiração”; 2. “Orgulho”; 3. “Raiva”; 4. “Culpa”; 5. “Pena”; 6. “Indiferença”; 7. “Simpatia”; 8. “Respeito”; 9. “Solidariedade” e 10. “Desprezo”. A amplitude da escala variou de 1 (a ausência do sentimento) a 5 (presença forte do sentimento)”.

Para mensuração do **Contato**, dois indicadores foram utilizados, o primeiro em relação ao Estado de residência dos participantes da pesquisa, o segundo, um medidor de qualidade do contato, este possuía como pergunta propulsora “**No geral, você costuma ter contato com indígenas com que frequência?**”, com uma escala do tipo *likert* com variação 9, em que 1- nunca e 9- várias vezes ao dia.

Uma escala de **Reconhecimento/Negação do preconceito** adaptada de Torres et al. (2011) foi utilizada como quarto instrumento da pesquisa, com a finalidade de verificar responsabilização, sendo esta do tipo *Likert* de 7 pontos, em que 1- totalmente desconfortável, 4 - neutro e 7- totalmente confortável. Sua pergunta propulsora era “*Abaixo temos algumas afirmativas, por favor, leia cada uma e selecione o grau com que você concorda com elas.*”.

Composta por 21 afirmativas⁷, como: “Eu sou capaz de entender a situação de pobreza dos indígenas brasileiros.”; “Quando penso na discriminação que os povos indígenas têm que enfrentar no seu dia-a-dia, sinto-me muito mal por eles.”; “Muitas vezes os povos indígenas recebem muito mais benefícios (dinheiro, remédios, cestas básicas, etc.) do governo do que o resto dos brasileiros pobres.”; “É um desrespeito ao povo originário do Brasil que não existem políticas públicas efetivas de preservação e resgate dos costumes e tradições dos povos indígenas.”; “Somos todos pobres, portanto nenhum grupo deveria receber mais que o outro.”; “A responsabilidade pela morte do povo indígena é do governo”(Apêndice A) ”.

4.2.2 Pré-teste do instrumento

Durante a elaboração do instrumento, ele passou pela análise inicial dos orientadores da pesquisa, para em seguida ser transformado em um questionário eletrônico. Foi então realizado um pré-teste do instrumento envolvendo 15 sujeitos do grupo populacional selecionado para aplicação deste estudo, para análise da coerência, clareza e qualidade do material antes da aplicação final. A fase de aplicação teste ocorreu entre os dias 06 de setembro a 12 de setembro de 2021, em 7 pessoas do Estado do Acre e 8 do Estado de Sergipe, com idades variando entre 20 a 30 anos. Foi orientado aos sujeitos que medissem o tempo de resposta, esse ao fim da testagem variou de 9 a 35 minutos, com uma média final de 20,8. Ao fim do questionário foram incluídas perguntas sobre: 1. Sugestões e/ou erros identificados no instrumento; 2. Se as questões eram claras e 3. Se havia sentido algum desconforto durante a resposta do material.

No que se refere ao tópico 1. Sugestões e/ ou erros identificados no instrumento as respostas mais recorrentes eram: sinalizou-se a repetição de uma questão; sugeriu-se adicionar mais alternativas em algumas questões do questionário sociodemográfico como no tópico sexo e de identificação racial; houve reclamações quanto a visualização do material, que pelo celular tinha a leitura comprometida pelo layout da plataforma; e verbalizaram que havia questões diferentes, mas que pareciam gerar a mesma resposta. No seguinte tópico, 2. Se as questões eram claras, todos afirmaram que sim, exceto uma que apresentava repetição e os confundiu. Por fim o tópico 3. Se havia sentido algum desconforto durante a resposta do material, em sua maioria respondeu que não, apenas 1 pessoa apresentou desconforto, afirmando que as perguntas o obrigavam a dizer que é preconceituoso e lhes remetiam a sua história de vida, de

⁷ Visualizar todas as afirmativas no questionário indexado no Apêndice A.

descendência indígena e emergiam memórias referentes a como se deu a colonização do seu estado (Acre).

Superada aquela etapa, alterações foram executadas no material baseando-se nas sugestões assinaladas, e uma nova plataforma foi pensada para aplicação visando solucionar a dificuldade que o layout da plataforma do google formulário gerava. O material foi inserido na plataforma do Qualtrics, aplicado no período de 21 de outubro de 2021 a 26 de abril de 2022.

4.2.3 Aspectos éticos

O referente trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFS, bem como ao Sistema Plataforma Brasil responsável pela análise e aprovação de pesquisas e apresenta parecer aprovado 52999121.0.1001.5546 (Anexo B). Seguindo os termos descritos na Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 e Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Ministério da Saúde, referentes as diretrizes e normas regulamentadas de pesquisas envolvendo seres humanos. Dentro das disposições, termos e definições delimitados no documento supracitado, seguindo os aspectos éticos exigidos para essa modalidade de pesquisa. Fez-se uso de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), onde está descrito o estudo, riscos e benefícios possíveis ao sujeito, assim como a liberdade de retirada do processo, em qualquer momento, e, seus direitos de assistência e respostas, subsequentes a coleta.

4.2.4 Análise de dados

No que diz respeito a análise dos dados coletados no estudo, fez-se uso dos *softwares* do IRAMUTEQ, o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) e o *Jeffrey's Amazing Statistics Program* (JASP). O IRAMUTEQ é um *software* gratuito. Ele ancora-se no ambiente estatístico de linguagem R e na linguagem *python* (www.python.org).

Este programa informático viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde aquelas bem simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). Ele organiza a distribuição do vocabulário de forma facilmente compreensível e visualmente clara (análise de similitude e nuvem de palavras) (Camargo & Justo, 2013, p. 8).

As análises que serão utilizadas nesse material serão primeiramente as estatísticas textuais clássicas, caracterizada pela decomposição dos textos em segmentos (enunciados),

ocorrências (palavras) e em formas linguísticas por meio do processo de lematização. Nesta etapa da análise, um dicionário de formas ativas e suplementares é construído que será utilizado nas demais análises. Nas análises textuais clássicas é possível extrair as características do vocabulário utilizado, por exemplo, frequência de formas reduzidas e tipos gramaticais, número total e por texto de ocorrências, hápax etc. (Sousa et al., 2020).

Um segundo modelo de análise aplicada nos dados do estudo foi a Análise Prototípica, é uma técnica muito utilizada em análise de respostas geradas por meio da técnica de associação livre. Dados compostos por palavras ou expressões que foram evocadas pelos sujeitos após um estímulo indutor (Wachelke & Wolter,).

Outra análise utilizada foi a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) também denominado como Método de Reinert, que realiza uma análise de agrupamentos nos segmentos de texto do corpus, dividindo-o em partes continuamente em função da coocorrência de formas lexicais nos enunciados. O IRAMUTEQ realiza testes de qui-quadrado (χ^2), para verificação do grau de associação das formas linguísticas do *corpus* e as classes lexicais, tais dados resultarão nos dendrogramas expressos a seguir (Sousa et al., 2020).

Em todas as *corporas* o número de classes terminais foi ajustado, para que houvesse o um maior aproveitamento do texto. Camargo e Justo (2018) sugerem uma retenção mínima de 75% dos segmentos de texto, para que sejam úteis, em casos de retenção inferior, sugerem o ajuste do número de classes inicial, diferente do sugerido no modelo padrão do software.

Durante a criação dos campos lexicais, foram representados os resultados com valor de qui-quadrado acima de 10,82 ($p < 0,001$), esses resultados expressam um alto nível de significância nas associações (C. V. B. Souza, 2020). Porém, também foram expressos o valor de χ^2 acima de 3,84 (indicador da associação da palavra à classe, com uma margem de erro $\leq 0,05$) (Souza et al., 2018; Oltramari & Camargo, 2010). Ambos os valores limites foram adotados para a CHD, por conta do tamanho do corpus textual obtidos nas questões.

O χ^2 (qui quadrado) é um coeficiente estatístico que possibilita verificar a dispersão entre duas variáveis. Ele demonstra quanto os valores que são observados se distanciam do esperado, caso não haja relação entre as variáveis. Quanto menor for o χ^2 menos as variáveis estão relacionadas (Oltramari & Camargo, 2010, p. 277).

Por fim, no mesmo software também foram realizadas análises de similitude. Esta utiliza-se da teoria dos grafos, esta baseasse na coocorrência de palavras em segmentos de texto.

Os resultados obtidos são descritos graficamente, possibilitando a visualização de relações entre as formas linguísticas extraídas de um *corpus*, apresentando a estrutura do conteúdo discursivo de cada tópico (Sousa, et al., 2020).

Quanto ao SPSS, trata-se segundo Mundstock et al. (2006) de uma ferramenta de análise de dados que faz uso de técnicas estatísticas básicas e avançadas. Este software foi utilizado para realizar Análises Descritivas e Análises de Variância (ANOVA). A primeira se refere a um conjunto de técnicas que possibilita descrever as informações coletadas da amostra da pesquisa. Para este estudo, se utilizou da análise das médias, um valor hipotético que pode ser calculado para qualquer conjunto de dados; e o Desvio Padrão (DP), uma medida que verifica o quão bem a média representa os dados, um DP grande indica que os pontos dos dados estão distantes da média, ele se dá em oposição (Field, 2009). Enquanto a segunda, analisa as diferentes fontes variação que podem ocorrer em um conjunto de valores (Dancey & Reidy, 2006).

As análises dos dados foram também conduzidas através do JASP na versão 0.16.3. Trata-se de um pacote de estatísticas de código aberto multiplataforma gratuito, que foi desenvolvido e continuamente atualizado por um grupo de pesquisadores da Universidade de Amsterdã. (Goss-Sampson, 2022). No JASP foram realizadas Análises Fatoriais Exploratórias (AFE), usadas para verificar duas ou mais variáveis independentes (fatores) utilizados no estudo (Field, 2009), e a Análise de Correlação de Spearman, que tem como finalidade verificar se há um relacionamento entre as variáveis de estudo (Dancey & Reidy, 2006).

CAPÍTULO 5

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do exposto até aqui, este capítulo apresenta os dados obtidos neste estudo, para fins de verificação do alcance dos objetivos delimitados neste material, bem como, a confirmação/negação das hipóteses de pesquisa norteadoras. Este estudo, como citado anteriormente, verificou dois fenômenos sociais: Estereótipos e Preconceito.

5.1 Estereótipos dos povos indígenas

Para mensurar estereótipos presentes na amostra de pesquisa como explicado no método, foram inseridas questões de resposta aberta no instrumento de pesquisa. Tendo isto em vista, nesta etapa do material serão apresentados os resultados obtidos sobre o fenômeno.

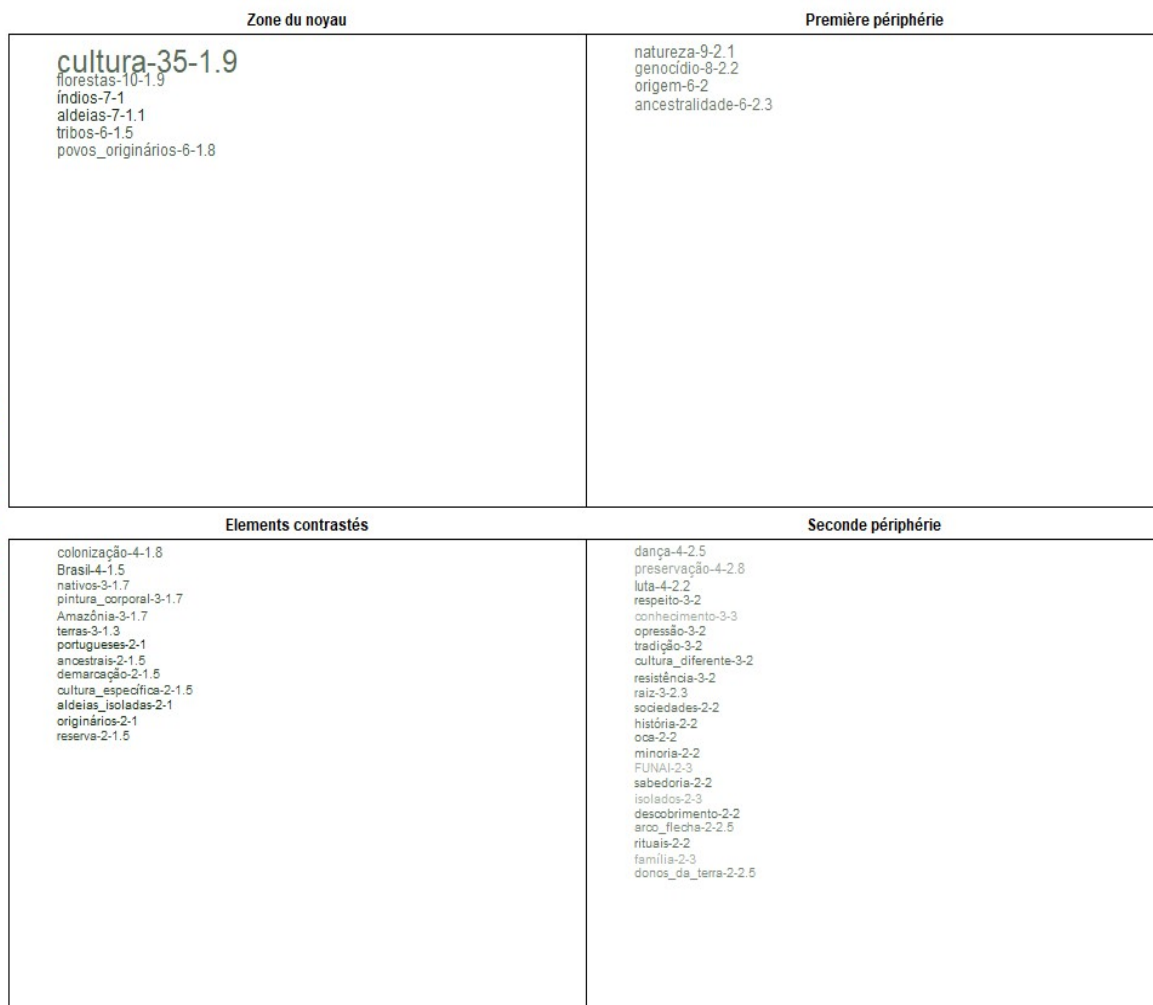
A primeira das questões analisada, fez uso do método de associação livre muito adotado por pesquisadores da psicologia, deste modo, foi utilizada a análise de matriz oferecido pelo Iramuteq para medir os resultados. A pergunta enunciadora era: *“Quando você ouve a palavra ‘povos indígenas’, quais são as três primeiras coisas que você pensa?”*, a matriz apresentava um total de 295 palavras, divididas em 3 graus de evocação.

A análise da matriz indicou que os termos mais evocados foram, respectivamente: cultura ($f = 35$); florestas ($f = 10$); natureza ($f = 9$); genocídio ($f = 8$); índios ($f = 7$); aldeias ($f = 7$), origem ($f = 6$), tribos ($f = 6$), povos originários ($f = 6$). e ancestralidade ($f = 6$) (Ver Anexo para lista completa).

Fundamentando-se na teoria das representações sociais, foi realizada uma análise prototípica da matriz, para extrair os conteúdos estereotípicos das respostas. Na Figura 6, pode-se verificar a análise prototípica gerada pelo software que dividiu as respostas em quatro quadrantes. No primeiro quadrante, localiza-se as palavras que apresentaram alta frequência de evocação e baixa ordem de evocação. Aqui verifica-se as palavras que compõem o núcleo central das imagens sociais dos indígenas na sociedade brasileira, sendo as palavras mais predominantes: “cultura”, “florestas”, “índios”, “tribos” e “povos originários”.

Figura 6

Análise Prototípica



Tais conteúdos condizem com a literatura, que relata a perpetuação do mesmo padrão estereotipado de imagem desses povos construídos no passado da colonização. Assim como verificado no estudo de Lima e Almeida (2010), as visões predominantemente associadas aos povos indígenas remetem a um indígena distante, exótico, localizados tanto geograficamente longe, habitando as florestas, como historicamente (posicionado no passado) e culturalmente.

No segundo quadrante, também denominada primeira periferia, composto por palavras que apresentaram alta frequência, mas uma ordem de evocação menor. As palavras de maior representatividade no quadrante foram: “natureza”, “genocídio”, “origem” e “ancestralidade”.

O terceiro quadrante ou zona de contraste, apresenta as palavras que tiveram uma alta ordem de evocação, mas com baixa frequência. Foram localizadas aqui as formas:

“colonização”, “Brasil”, “nativos”, “pintura corporal”, “Amazônia”, “terras”, com maior força no quadrante. Por fim, no quarto quadrante, tem-se as palavras que foram menos evocadas e com um alta ordem de evocação. O maior destaque são as palavras: “dança”, “preservação”, “luta”, “respeito”, “conhecimento”, “opressão”, “tradição”, “cultura diferente”, “resistência” e “raiz”.

Também foi realizada uma análise de similitude (Figura 7). A partir dessa análise baseada na teoria dos grafos é possível identificar as ocorrências entre as palavras e as indicações da conexidade entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura do conteúdo de um corpus textual.

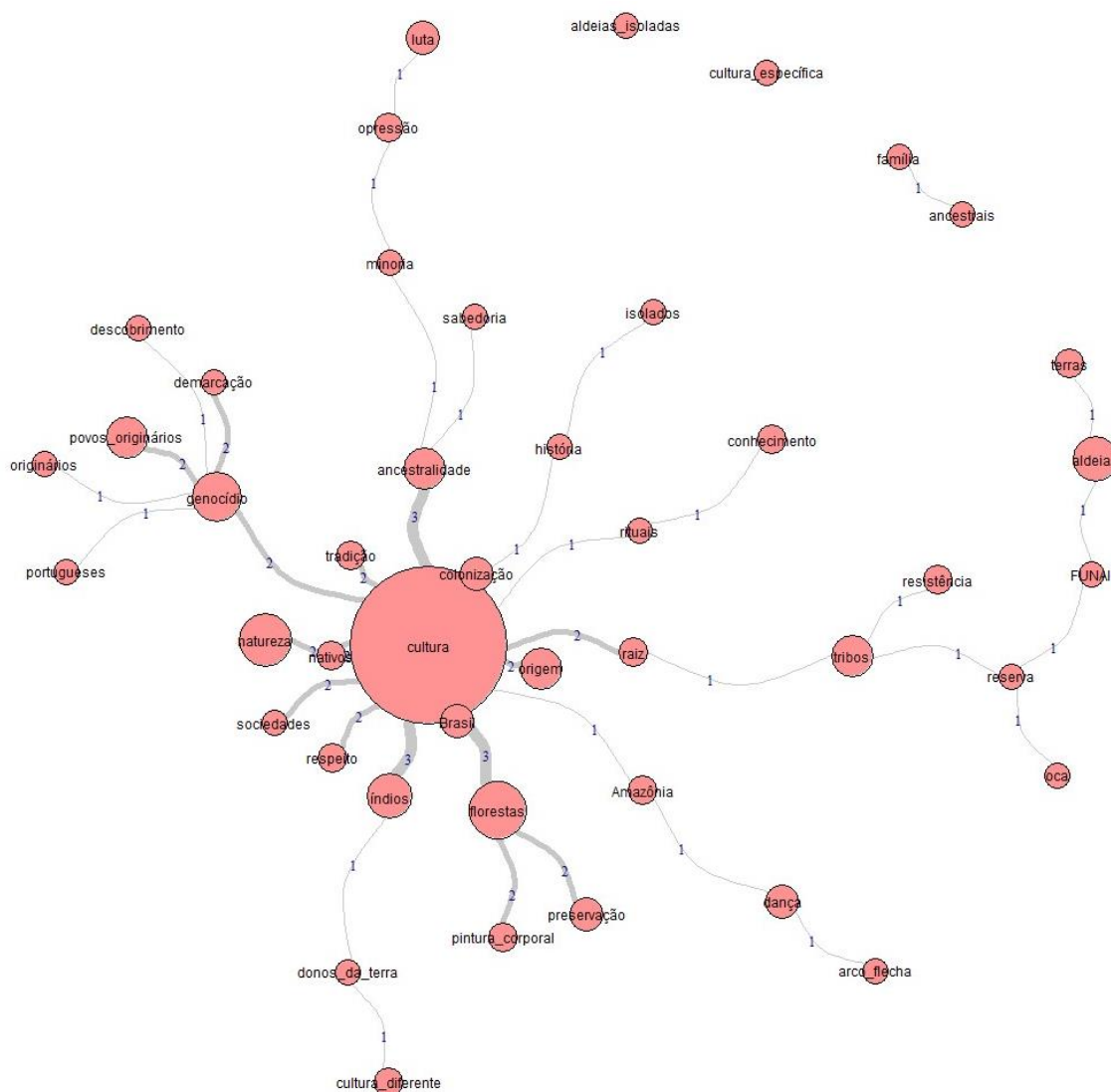
Detecta-se que para esta matriz a palavra “Cultura” apresenta-se no centro da árvore, sinalizando sua maior força de evocação. Dela se ramificaram as palavras “colonização”, “Brasil”, obtendo uma maior força de relação, seguidos das palavras “florestas”, “ancestralidade”, “índios”, “genocídio”, “tradição”, “origem”, “raiz”, “respeito” “sociedades” “nativos” e “natureza” que apresentam expressão significativa.

É perceptível por meio da Análise prototípica e de similitude verificar o que Bittencourt (2013) já afirmava em sua obra, sobre o resgate dos povos indígenas ao falar do processo de colonização do Brasil, visto que ambas as palavras (colonização e Brasil) tiveram um alto índice de evocação, porém nos demais espaços da história eles são postos em espaços vazios, de inexistência ou distanciamento.

Na construção dos esterótipos, a diferenciação é um dos elementos que estruturam sua construção e funcionamento. A cultura foi/é o principal elemento de diferenciação entre indígenas e não indígenas. Silva, Hall e Woodward (2000), sob a perspectiva dos estudos culturais, afirma que por meio da diferença há o fortalecimento da identidade em um contexto relacional, essas diferenças se estabelecem por meio de aspectos simbólicos. Historicamente as diferenças culturais foram utilizadas para justificar a dominação e extermínio de povos indígenas. Em ambas as análises é possível verificar conteúdos que diferenciam os povos indígenas da população não indígena por meio de aspectos culturais.

Figura 7

Análise de Similitude da Matriz



Outro aspecto que vale sinalizar é o destaque das palavras “natureza”, “terra”, “florestas” “ancestralidade” e “origem”, como outros associados. Correia e Maia (2021) apontam que tais elementos, demonstram uma representação dos povos indígenas como seres primitivos e naturais, gerando um possível debate. É sabido sobre o estilo de vida dos povos indígenas, denominado de bem viver, e sua cosmovisão de uma relação familiar com o território.

Porém, é importante lembrar que no imaginário da sociedade brasileira elementos que ligam os povos indígenas a natureza, até mesmo quando se dá de forma positiva, podem ser marcados pelo colonialismo da modernidade. A conservação da associação a natureza pode

significar a manutenção da visão de “selvagem”, como também uma forma de diminuir seu conhecimento e sabedoria, e torná-los “incapaz” em acompanhar a modernidade do mundo atual ou até mesmo como entraves para o desenvolvimento. Sendo assim, as demais análises nos permitem compreender em contexto, como estão emergindo tais conteúdos.

As demais perguntas de resposta aberta do instrumento são analisadas no modelo de *corpus* textual. O primeiro *corpus* a ser analisado, tinha por pergunta enunciadora: “*Na sua opinião, quais características os brasileiros, de uma maneira geral, acreditam que os povos indígenas têm? Diga o máximo que conseguir*”.

Foi totalizando 1906 ocorrências, sendo 604 palavras diferentes evocadas. A análise do *corpus* indicou que os termos mais evocados foram, respectivamente: Viver ($f = 32$); Indígena ($f = 22$); Preguiçoso ($f = 16$); Cultura ($f = 15$); Povo ($f = 13$); Brasileiro ($f = 14$); Povos indígenas ($f = 14$); Direito ($f = 13$); Tecnologia ($f = 12$); Acreditar ($f = 11$); Acesso ($f = 10$) e Cabelos lisos ($f = 10$).

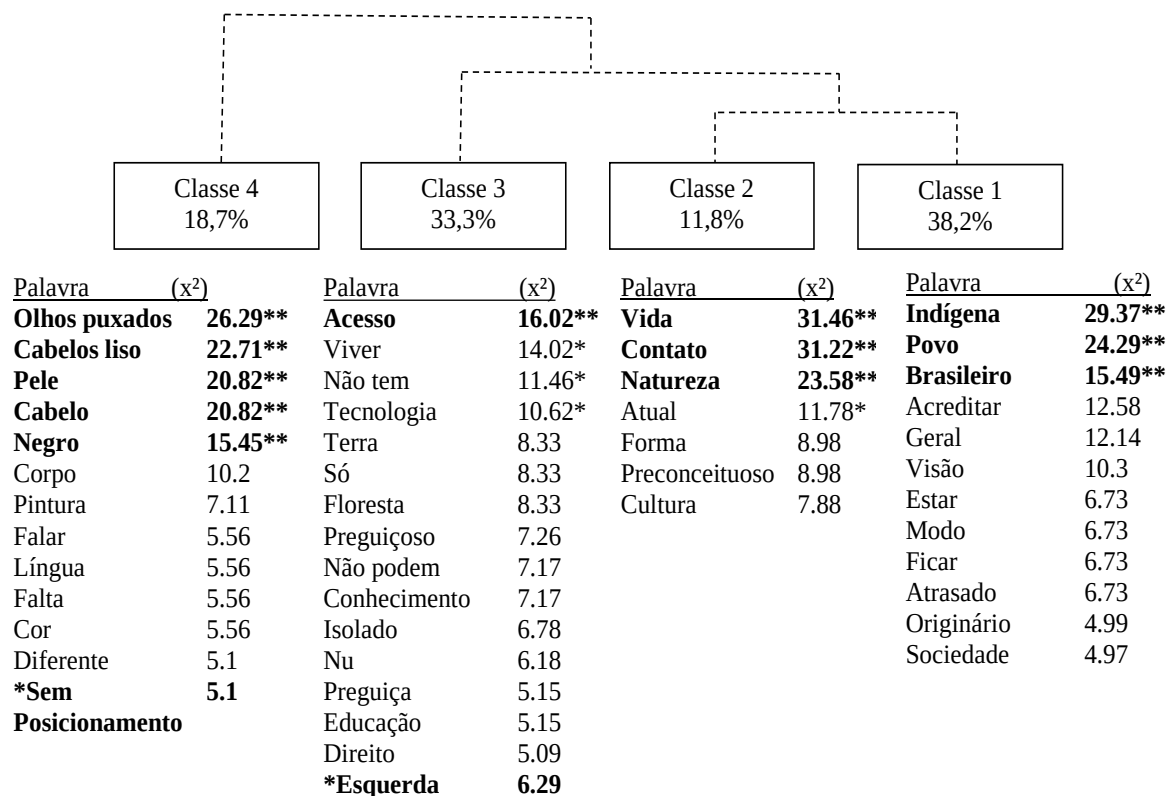
Posteriormente foi realizada uma Classificação Hierárquica Descendente (CHD), o *corpus* analisado era composto por 109 respostas (Unidades de contexto inicial - UCIs), divididas na análise em 115 Segmentos de texto (ST), foi retido 93,58% do total de vocabulário empregado.

O software gerou 4 classes. Inicialmente foi dividido em duas *sub-corpora*: 1 - Características Físicas (Classe 4) e 2 - formado pelas classes: Ausências e Acessos (Classe 3), Identidade Cultural (Classe 2) e Marginilização (Classe 1). O *software* dividiu em duas *sub-corpora* novamente, a classe 3, se opôs as classes 2 e 1 (Figura 8).

A classe Aspectos físicos (4), mais distante na divisão das classes, foi responsável por 18,7% das respostas extraídas na análise de qual visão amostra acredita que os brasileiros possuem sobre os povos indígenas, correspondendo a 17 UCEs. Essa Classe ficou composta por características físicas que os sujeitos afirmam ser associadas pela sociedade brasileira aos povos indígenas, ou seja, a imagem física que permite reconhecer o sujeito como indígena ou não para a sociedade.

Figura 8

Dendrograma da CHD “Na sua opinião, quais características os brasileiros, de uma maneira geral, acreditam que os povos indígenas têm? Diga o máximo que conseguir”



O Iramuteq permite analisar quais os segmentos de texto (STs) são mais característicos da classe. Uma das STs mais emblemática desta classe foi dito pelo Sujeito77, morador do Acre, Sem posicionamento político: Cabelos pretos, (Cabelos lisos) sem pelos no (corpo), (pele) com mais melanina, (olhos puxados), (fala) com sotaque (diferente), (pinturas) no rosto, colares e pulseiras de sementes, brincos de pena ($\chi^2 = 97.79$).

A classe Ausências e Acessos (3), é composta por 33,33% dos textos, correspondendo a 34 (UCes/ST). Para os participantes a população brasileira ainda enxerga os povos indígenas como pessoas que a globalização ainda não chegou, sem acesso à tecnologia, sem acesso à educação. A classe expressa a imagem construída de que seriam povos inferiores, atrasados, muito utilizada para justificar sua dominação (Oliveira, 1998; Lima & Almeida, 2010). É possível uma melhor compreensão da classe observando a ST extraída da classe que o Sujeito 40, morador de Sergipe, com posicionamento de Esquerda descreve: (Só) (vivem) de acessórios, pinturas ou que (vivem) (nus), selvagens que não falam nossa língua (direito) (não tem) (acesso) à (educação), (tecnologia), mobilidade, nada ($\chi^2 = 76.87$).

As duas últimas classes em que o corpus se subdivide, é composta pela Identidade Cultural (2) e Marginalização (1) associada a esses povos. A primeira representa 11,76% das respostas, com 12 (ST) associadas a ela. Nesta é apresentados conteúdos relacionados a identidade cultural que a população brasileira construiu sobre os povos indígenas. Essa perspectiva apresenta uma visão descrita por Milanez et al. (2019) como fossilizada, de um indígena que vive isolado, que vive em contato com a natureza, com comportamentos, cultura e religião diferentes, imersa em preconceitos. Como percebemos na frase emblemática do sujeito 108, morador do Acre, sem posicionamento político, em que ele descreve: que são povos em sua grande maioria isolados e que é uma população que tem mais (contato) com a (natureza) ($\chi^2 = 54.80$).

Quanto a segunda, refere-se a 38,24% da classe, com 39 (ST). Se tem conteúdos relacionados a marginalização em que os povos indígenas são colocados e que os sujeitos da amostra acreditam ser compartilhadas e resgatadas pela sociedade brasileira quando pensam nesses povos.

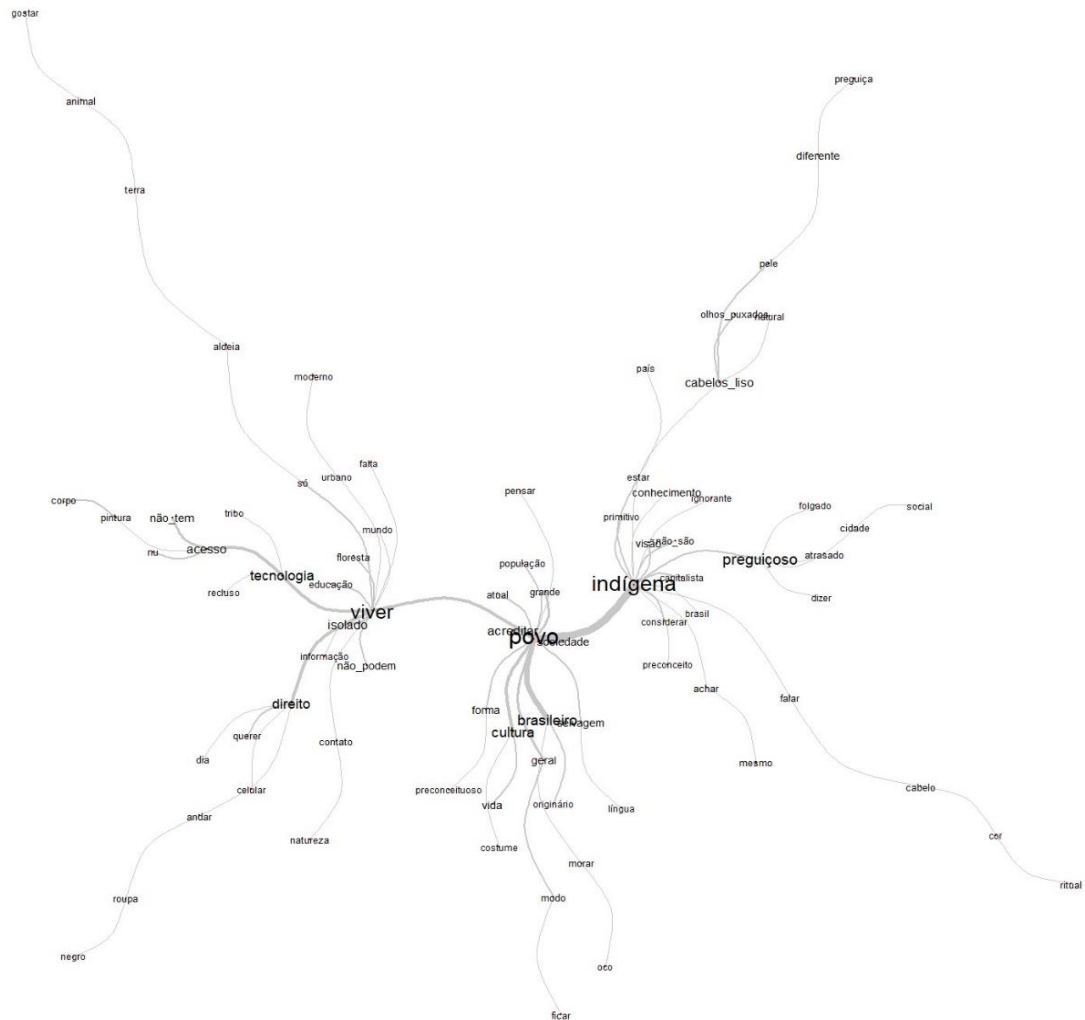
Muduruku (2010) aponta que as relações intergrupais das populações indígenas são marcadas pelo sofrimento de viverem em contato recorrente com uma sociedade que marginaliza e nega sua identidade. Pode-se verificar na ST extraída do sujeito 61, morador de Sergipe, com posicionamento de esquerda, em ele fala: (acredito) que os (brasileiros) em (geral) tem pouco conhecimento acerca do modo de viver dos (povos) (indígenas) a (visão) homogeneizante que temos fala de sua comunhão com a natureza, sua história de sofrimento e da ilusão de separação da vivência urbana e moderna ($\chi^2 = 104.17$), como na fala do sujeito 106, morador do Acre, posicionado no espectro de esquerda que afirma: nós (brasileiros) não fomos incentivados a compreender a cultura (indígena) e nem enxergar os (povos) (originários) como pertencentes à nação de (modo geral), a ideia de que se tem desses (povos) é que são um obstáculo ao progresso ($\chi^2 = 93.01$).

Para entender a ligação entre as formas do *corpus*, foi realizada uma análise de similitude, possibilitando explorar as coocorrências entre as palavras. Obteve-se uma forte ligação entre as palavras “povo”, “indígena” e “brasileiro”, e suas associações com as palavras “cultura”, “preguiçoso”, “direito” e “tecnologia” (Figura 9). Diante de tais dados, é possível interpretar que para os sujeitos da amostra, as associações que a população brasileira faz ao caracterizar os povos indígenas é marcada por uma homogeneização dos indígenas em um

mesmo estereótipo, dizimando a diversidade que caracteriza essa população (Lima & Almeida, 2010).

Figura 9

Análise de Similitude 1

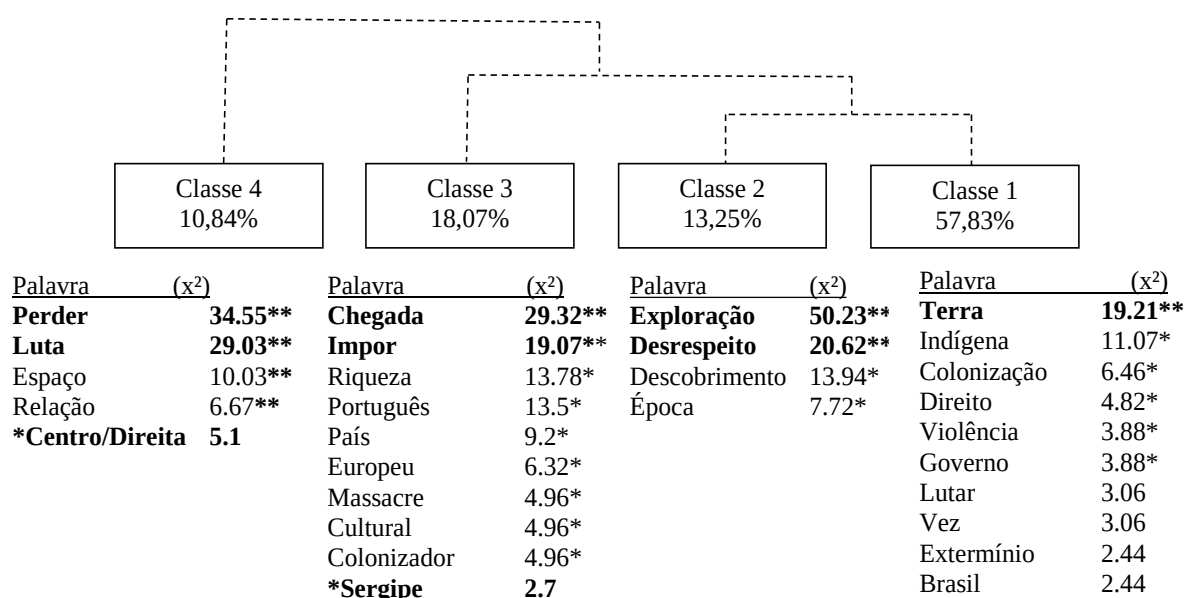


O segundo *corpus* analisado continha os relatos verbais da questão: “Quando você pensa nos acontecimentos do Brasil, o que lembra em relação aos povos indígenas?” totalizando 1736 ocorrências, sendo 514 palavras diferentes evocadas. A análise do *corpus* indicou que os termos mais evocados foram, respectivamente: Povo ($f = 42$); Indígena ($f = 29$); Terra ($f = 23$); Cultura ($f = 20$); Direito ($f = 11$); português ($f = 11$); exploração ($f = 9$) e lembrar ($f = 9$).

Em seguida foi realizada a (CHD), o *corpus* analisado era composto por 111 respostas (UCIs), divididas na análise em 116 (STs), retendo 74,77% do total de palavras empregadas. O software gerou 4 classes. Inicialmente foi dividido em duas *sub-corpora*: 1 Lutas e Perdas (Classe 4) e 2 - formado pelas classes: Primeiro contato (Classe 3), Descobrimento (Classe 2) e Território (Classe 1). O *software* dividiu a *sub-corpora*: novamente, a classe 3, se opôs as classes 2 e 1. (Figura 10).

Figura 10

Dendrograma da CHD " Quando você pensa nos acontecimentos do Brasil, o que lembra em relação aos povos indígenas?"



A classe Lutas e Perdas (4), mais distante, foi responsável por 10,84% das respostas extraídas na análise da visão dos brasileiros sobre os povos indígenas, correspondendo a 9 UCEs. Essa Classe, representa a memória dos sujeitos que resgata as lutas por sobrevivência ao qual foram submetidos no passado e no presente, como também consequentemente as perdas desencadeadas por elas. O processo de colonização do Brasil foi marcado por conflitos e perdas para os povos originários, Ribeiro (1970/1982/2017) ao descrever o processo de transfiguração étnica, apresenta os níveis de integração a que foram submetidos, em que consequentemente sofreram algum tipo de perda.

Um segmento de texto mais característicos da classe foi dito pelo Sujeito 85, morador do Acre, posicionamento político de Esquerda, em que é dito: Trago em mente a (luta) as

grandes (perdas) que eles sofrem com o desgoverno atual nas dificuldades de sobreviver sua cultura ($\chi^2 = 63.58$), outra frase representativa foi dita pelo sujeito 42, morador do estado de Sergipe, sem posicionamento político, que fala: tiveram uma (relação) desfavorecida com os europeus, acabaram (perdendo) um pouco do seu (espaço) e sua cultura pois a nova convivência exigia novos padrões ($\chi^2 = 51.25$).

A classe Primeiro Contato (3), é composta por 18,07% dos textos, correspondendo a 15 (UCes). Descreve a lembrança dos sujeitos da amostra aos primeiros contatos dos indígenas com os europeus. A memória social dos participantes reconta como foram impostos os costumes europeus, principalmente a religião neste momento histórico. Na ST dita pelo Sujeito 58, morador de Sergipe, com posicionamento de esquerda, verificamos tal conteúdo: a (chegada) dos (portugueses) e o ensino de modos e costumes de um outro povo para eles, principalmente o ensino religioso e a tentativa de torná-los humanos ao (impor) regras sobre seus comportamentos ($\chi^2 = 61.87$).

Em seguida tem-se a classe Exploração (2), que representa 13,25% das respostas, com 11 (UCes) associadas a ela. Nesta tem-se discursos que retratam a exploração a que os povos indígenas foram submetidos, resgatam a história de extermínio que marcou o período do “descobrimento” do Brasil. Fica nítido esse conteúdo quando o sujeito 12, morador Sergipe, Sem posicionamento político, descreve: (exploração) principalmente na (época) do (descobrimento) ($\chi^2 = 71.89$).

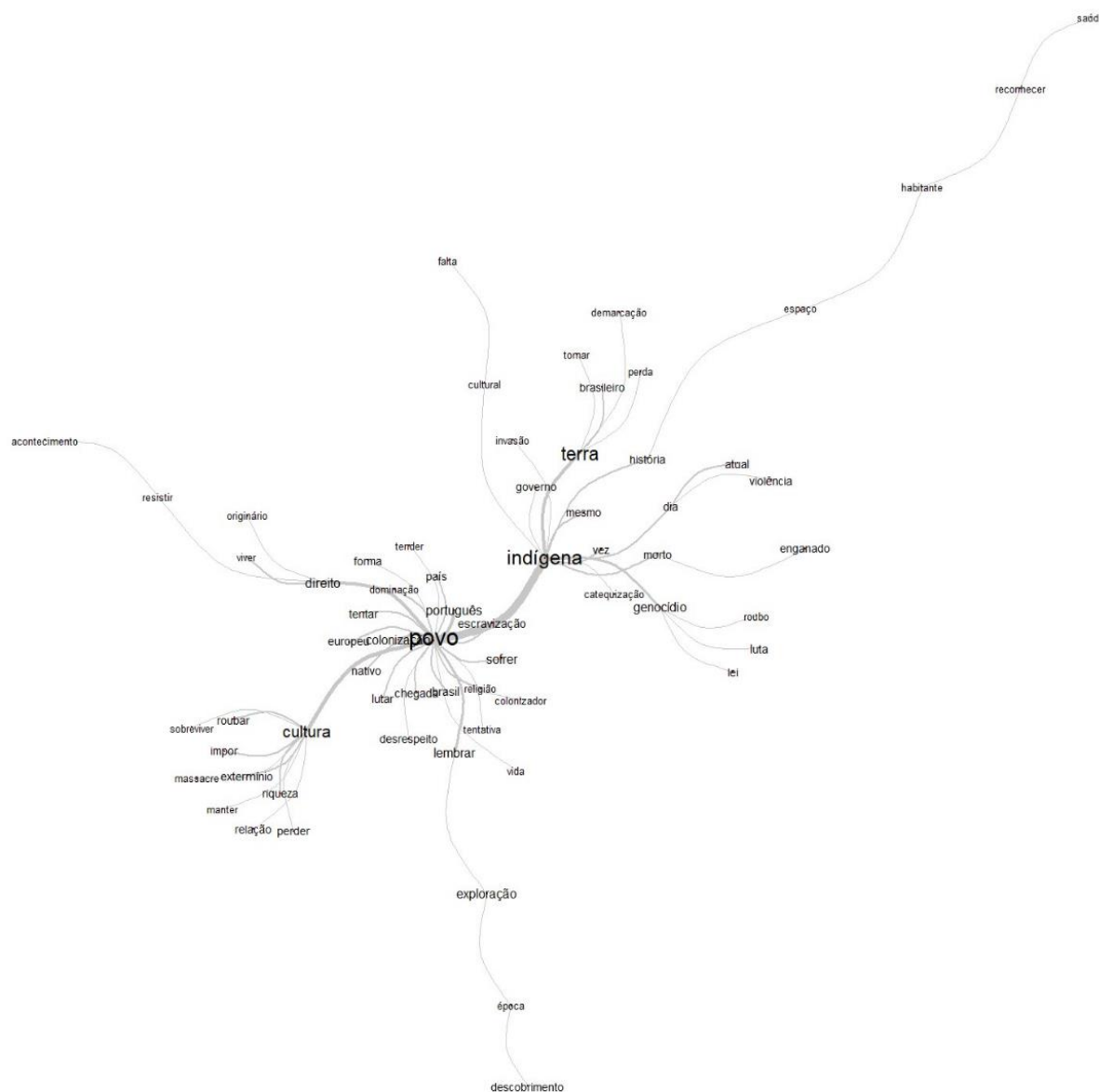
Por fim a classe Território (1), refere-se a 57,83% da classe, com 48 (UCes). Aqui há uma retomada da questão territorial, os participantes relembram as terras que foram retiradas por meio de violência durante a colonização. Mas também é lembrado o como na atualidade ocorrem tentativas constantes de desapropriação do seu território. Tal problemática tem ganhado o cenário das mídias, devido a ataques recorrentes principalmente frutos do garimpo ilegal aos territórios indígenas, como também tentativas jurídicas de ataque aos seus direitos legais sobre seu território.

Tais conteúdos são expressos quando o sujeito 70, morador do Acre, com posicionamento de esquerda, fala: desapropriação de (terras), (religião), (violência) contra esses povos e genocídio o processo de (colonização) foi uma destruição para muitos (indígenas) e mais recente o legado de destruição é com o agronegócio ruralista que busca retirar os povos das suas (terras) como leis e formas ilegais e (violência). ($\chi^2 = 42.89$).

A análise de similitude do *corpus*, sinalizou uma forte ligação entre as palavras “povo”, “Indígena” “cultura” e “terra”, e suas associações com as palavras “genocídio”, “brasileiro”, “história”, “português”, “dominação”, “direito” e “lembrar” (Figura 11).

Figura 11

Análise de Similitude 2



Assim como foi verificado na análise de matriz, a memória social da população não indígena acopla ao estereótipo dos povos indígenas a passado da colonização. Aqui podemos ver em contexto a associação das palavras colonização e Brasil. Evidentemente a lembrança principal que é resgatada na memória dos não indígenas remetem a da história do Brasil no

período de 1500, isso permite confirmar na linha do tempo em que lugar para maior parte da população os indígenas estão posicionados.

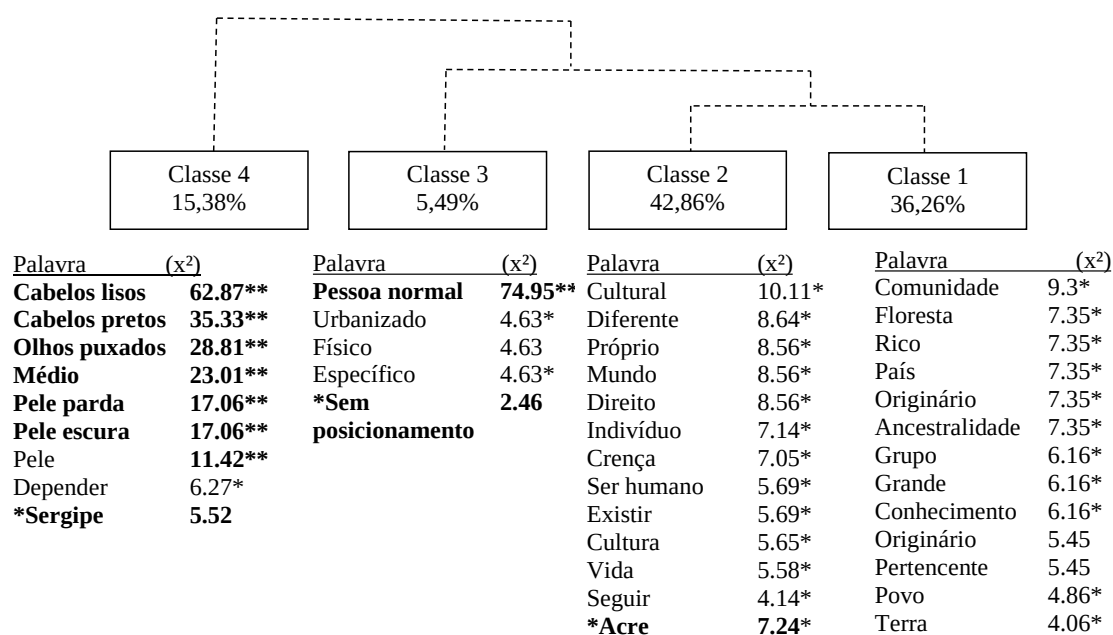
Esse estereótipo temporal alimenta a noção de inexistência que racismo toma forma quando em relação a povos indígenas. Para a sociedade não é pensado que exista um racismo contra esses povos, visto que eles não são lembrados como coautores do presente por muitos sujeitos. Essa invisibilização que circunda essa população brasileira, os exclui do processo de formação da identidade nacional. Estes estariam postos em uma terceira zona esquecida, ou até mesmo inexistente, visto como um “não cidadão” (Lima e Almeida, 2010; Agüero, 2002).

O terceiro corpus analisado continha os relatos verbais da questão: “*Como você descreveria um indígena?*”, totalizando 1804 ocorrências, sendo 519 palavras diferentes evocadas. A análise do *corpus* indicou que os termos mais evocados foram, respectivamente: cultura ($f = 37$); povo ($f = 19$); indígena ($f = 16$); natureza ($f = 15$); cabelos lisos ($f = 14$); possuir ($f = 12$), diferente ($f = 11$). e viver ($f = 10$).

Foi possível reter 82,74% do total na CHD realizada, o *corpus* analisado era composto por 110 respostas (UCIs), divididas na análise em 114 (STs). Foram geradas 4 classes. Inicialmente foi dividido em duas *sub-corpora*. Subcorpus 1– composto pela classe Características físicas (Classe 4) e Subcorpus 2 - formado pelas Normalidade (Classe 3), Diferenciação cultural (Classe 2) e Origem e ancestralidade (Classe 1). O *software* dividiu a *subcorpora* novamente, a classe 3, se opôs as classes 2 e 1. (Figura 12).

Figura 12

Dendrograma da CHD “Como você descreveria um indígena?”



A classe Características físicas (4), mais distante na divisão das classes, foi responsável por 15,38% das respostas extraídas, correspondendo a 14 UCEs. Aqui foram expressas as principais características físicas que os sujeitos da pesquisa usam para categorizar as pessoas enquanto indígenas ou não. Um segmento de texto mais característicos da classe foi dito pelo Sujeito 83, morador do Acre, posicionamento político de centro/direita, em que é dito: (pele escura), nariz largo, olhos estreitos, (cabelos lisos) comumente com franja e (cabelos pretos), (dependendo) de onde vivem podem ter pinturas no rosto e no corpo, roupas feitas de matéria natural como folhas e plantas, caso contrário se vestem com roupas características da sociedade urbanizada ($\chi^2 = 121.53$).

A classe Normalidade (3) é composta por 5,49% dos textos, correspondendo a 5 (UCEs). Nesta classe emerge a noção de normalidade associada aos povos indígenas, tal dado reflete a existência de uma ambivalência entre normalidade e anormalidade, que marca a construção imagética do “ser indígena” para os não indígenas. Isso é verificado na ST dita pelo Sujeito 115, morador de Acre, sem posicionamento político: uma (pessoa normal) com singularidades (específicas) de seu grupo socio biológico ($\chi^2 = 79.58$).

Em seguida tem se a classe Diferenciação cultural (2), que representa 42,86% das respostas, com 39 (UCEs) associadas a ela. A diferenciação cultural é uma característica

emblemática na construção dos estereótipos em relação aos indígenas, como verificado na matriz, aqui podemos visualizar em contexto como se dá a diferenciação por meio da cultura. A frase emblemática do sujeito 19, morador Sergipe, posicionado no espectro de esquerda, nos permite visualizar o contexto em que essa diferenciação é colocada: uma pessoa que pertence a uma etnia e povo que (possuem) (cultura) saberes e (crenças) (próprias), historicamente há conversas sobre como (viviam) em ocas e usavam os meios da (natureza) como habitat para alimentação e produtos para manutenção da (vida), atualmente esses (indivíduos) (vivem) também em áreas urbanizadas apesar de também (existir) aqueles que ainda são reclusos e preservam hábitos tradicionais. ($\chi^2 = 47.34$).

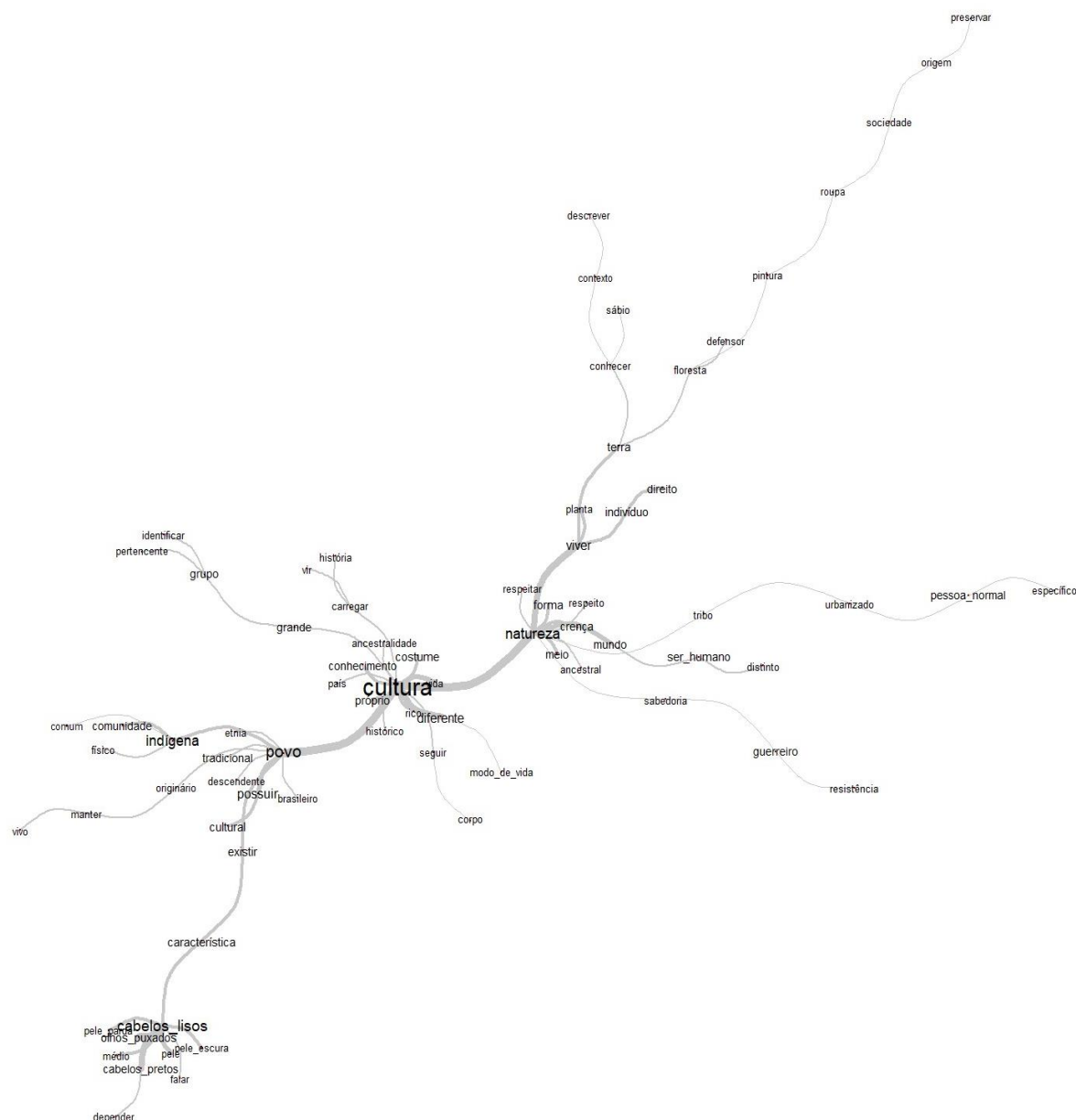
Por fim a classe Origem e ancestralidade (1), refere-se a 36,26% da classe, com 33 (UCEs). Sinalizamos na matriz a grande evocação de palavras que remetem ao primitivo, a origem, nesta classe podemos contextualizar em que sentido os sujeitos aplicam essas formas. Nitidamente há uma associação a origem do território, como um ser ancestral. Quando o sujeito 108, morador do Acre, sem posicionamento político, fala: pessoa que faz parte de um (grupo) (originário) do (país), mas que não somente integra (comunidades) afastadas dos (grandes) centros, já que estão passando a ocupar outros espaços. ($\chi^2 = 36.32$).

A análise de similitude do *corpus*, sinalizou uma forte ligação entre as palavras “povo”, “cultura” e “natureza”, e suas associações com as palavras “viver”, “forma”, “crença”, “diferente”, “cultural”, “indígena”, “tradicional” e “cabelos lisos” (Figura 13).

Neste *corpus* exemplifica a TSI de Tajfel, o autor compreende que os estereótipos se fundamentam em três processos centrais: a categorização social, a identidade social e a comparação social. Dessa forma as classes aqui analisadas expressam a ação dos estereótipos nas relações entre não indígenas e indígenas. Nessas relações intergrupais os processos de categorização e comparação social permitem que os não indígenas façam uso dos estereótipos em uma tentativa de manter e acentuar sua autoimagem positiva em relação ao seu grupo de pertencimento, de modo a favorecer sua identidade social (Correia & Maia, 2021; Tajfel, 1982).

Figura 13

Análise de Similitude 3

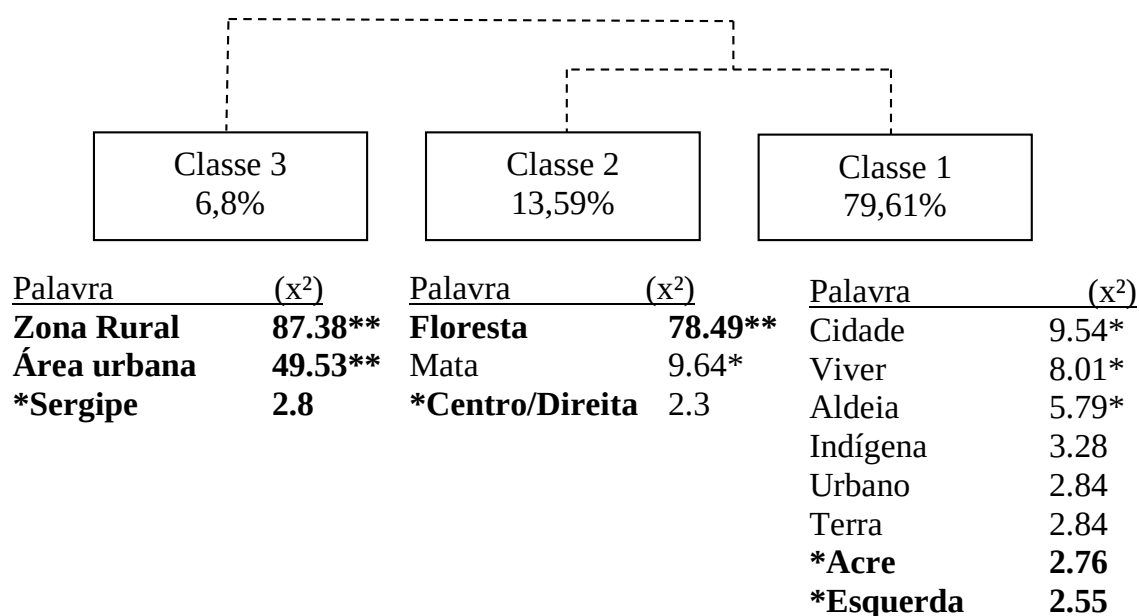


O quarto *corpus* analisado continha os relatos verbais da questão: “*Onde os povos indígenas, de maneira geral, vivem?*”, totalizando 1026 ocorrências, sendo 256 palavras diferentes evocadas. A análise do *corpus* indicou que os termos mais evocados foram, respectivamente: Cidade ($f = 41$); Aldeia ($f = 39$); Viver ($f = 32$); Indígena ($f = 21$); Comunidade ($f = 19$); Floresta ($f = 13$); terra ($f = 10$) e urbano ($f = 10$).

Em seguida foi realizada a (CHD), o *corpus* analisado era composto por 110 respostas (UCIs), divididas na análise em 110 (STs). Retendo-se 93,64% do total, o software gerou 4 classes. Inicialmente foi dividido em duas *sub-corpora*. *Sub-corpus* 1– composto pela classe Ambivalência espacial (Classe 3) e *sub-corpus* 2 – Indígena da floresta (Classe 2) e indígena urbano (Classe 1). (Figura 14).

Figura 14

Dendrograma da CHD “Onde os povos indígenas, de maneira geral, vivem?”



A classe Dualismo territorial (3), mais distante na divisão das classes, foi responsável por 6,8% das respostas extraídas na análise da visão dos brasileiros sobre os povos indígenas, correspondendo a 7 UCEs. Esta classe, remete aos espaços ofertados aos povos indígenas, mostra uma mudança de paradigma para alguns sujeitos que conseguem perceber os indígenas não mais estáticos em um único espaço, mas volátil, que habita qualquer lugar.

Um segmento de texto mais característicos da classe foi dito pelo Sujeito 65, morador do Acre, posicionamento político no espectro de esquerda, em que é dito: em (área urbana) e (zona rural) ($\chi^2 = 136.91$), ou pelo sujeito 52, morador de Sergipe, sem posicionamento político, que fala: nas comunidades indígenas de preservação na (zona rural) e na (área urbana) ($\chi^2 = 136.91$).

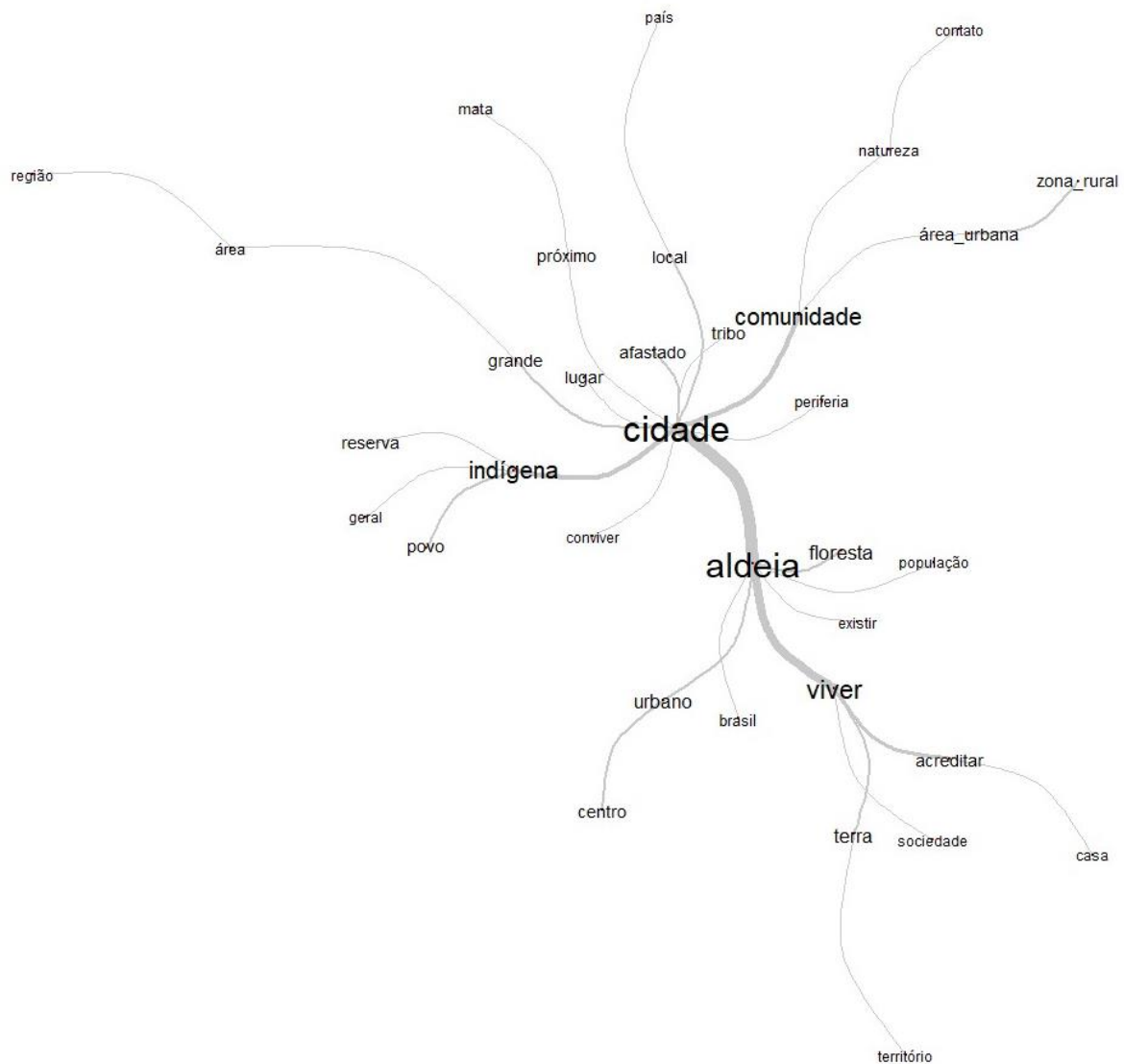
Na subdivisão do *corpus* duas novas classes são formadas em oposição, a classe Indígena da floresta (2), composta por 13,59% dos textos, correspondendo a 14 (UCEs) e a classe Indígena urbano (1), que representa a 79,61% da classe, com 82 (UCEs). Aqui é possível visualizar a caracterização dos dois espaços em que os indígenas possuem no imaginário social. A primeira classe representa um indígena que ainda habita as matas e florestas, que vivem em aldeamentos, longe das cidades. O sujeito 2, morador de Sergipe, posicionado no espectro de esquerda, expressa bem o conteúdo da classe quando fala: em regiões próximas a (matas) e (florestas), o mais próximo de onde seu povo reside historicamente ($\chi^2 = 88.13$).

Enquanto a segunda um indígena mais urbanizado, que vive nos grandes centros e suas proximidades. Como verificado na fala do sujeito 107, morador do Acre, posicionamento de esquerda: poucos ainda (vivem) em (aldeias) como dito o processo de globalização teve influência sobre a maneira para um movimento pendular às vezes sazonal das populações (indígenas) para as (cidades) mais próximas. ($\chi^2 = 26.62$).

A análise de similitude do *corpus*, sinalizou uma forte ligação entre as palavras “Cidade, “aldeia” e “viver”, e suas associações com as palavras “comunidade”, “floresta”, “indígena”, “acreditar” e “afastado”. Salientando os dois espaços em que vivem as populações indígenas (Figura 15).

Figura 15

Análise de Similitude 4

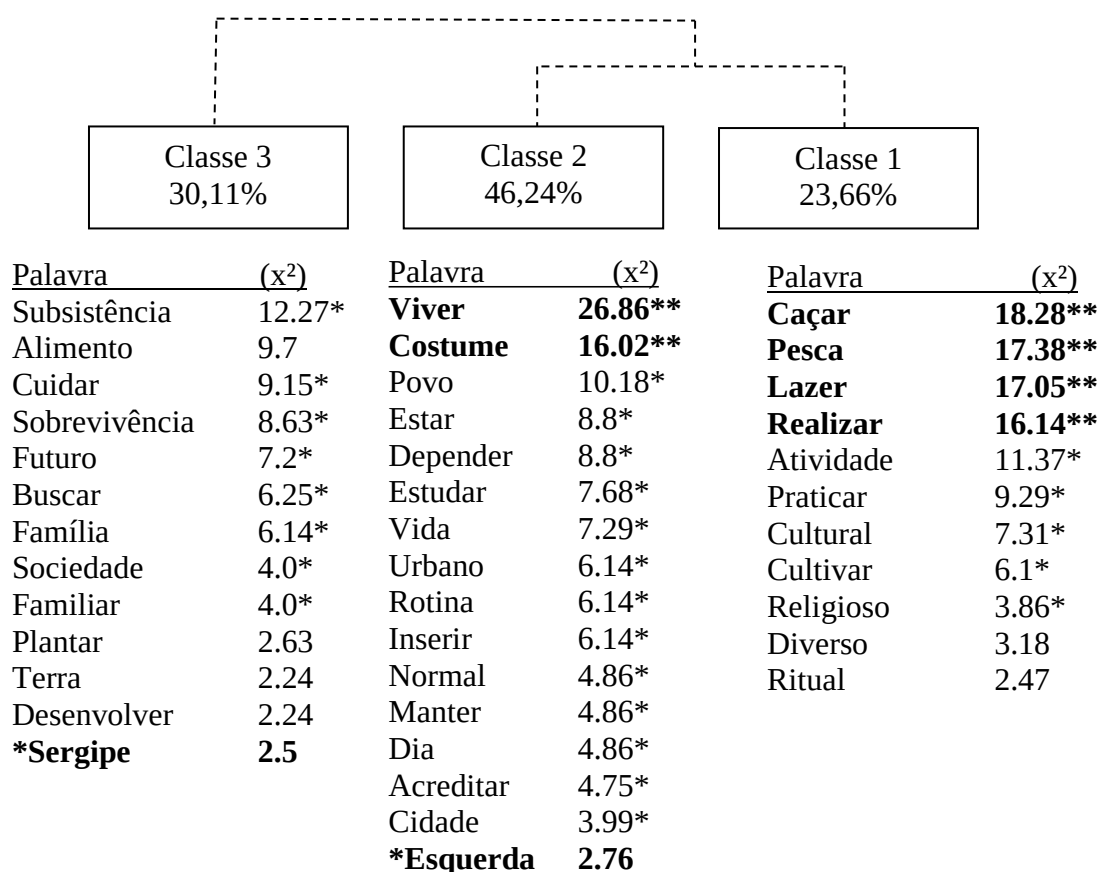


O quinto *corpus* analisado continha os relatos verbais da questão: “O que, na sua opinião, os povos indígenas, de uma maneira geral, fazem no seu dia a dia?”, totalizando 1598 ocorrências, sendo 407 palavras diferentes evocadas. A análise do *corpus* indicou que os termos mais evocados foram, respectivamente: estudar ($f = 30$); viver ($f = 28$); caçar ($f = 23$); atividade ($f = 19$); cuidar ($f = 16$); aldeia ($f = 13$); costume ($f = 13$); Pesca ($f = 13$); ; vida ($f = 13$); ; cultura ($f = 12$); ; ritual ($f = 12$) e ; acreditar ($f = 10$).

Em seguida foi realizada a (CHD), o *corpus* analisado era composto por 111 respostas (UCIs), divididas na análise em 111 (STs). Retendo-se 83,78% do total, o software gerou 4 classes. O *corpus* foi dividido em duas *sub-corpora*. *Sub-corpus* 1– composto pela classe (Classe 3), e *sub-corpus* 2 - formado pelas classes (Classe 2) e (Classe 1). (Figura 6).

Figura 16

Dendrograma da CHD “O que, na sua opinião, os povos indígenas, de uma maneira geral, fazem no seu dia a dia?”



A classe Família (3) e sobrevivência, mais distante na divisão das classes, foi responsável por 30,11% das respostas extraídas na análise da visão dos brasileiros sobre os povos indígenas, correspondendo a 28 UCEs. Nessa classe para a população não indígena, o dia a dia desses povos são marcados por uma tentativa constante de sobreviver e a força das suas relações familiares. Um segmento de texto mais característicos da classe foi dito pelo

Sujeito 65, morador de Sergipe, sem posicionamento político, em que é dito: (cuidam) da (família), (buscam) seu (alimento), (buscam) políticas públicas em melhoria de si ($\chi^2 = 31.24$).

As duas últimas classes, permite uma associação a noção apresentada por D. Ribeiro (1995/2015) de indígena tribal e genérico. A classe Indígena genérico (2) é composta por 46,24% dos textos, correspondendo a 43 (UCEs). remete ao indígena genérico, que apesar de terem mantido a sua identidade indígena de etnia específica, deixa de ter de ser reconhecido pela sociedade brasileira como indígena. A ST extraída do Sujeito 18, morador de Sergipe, posicionado no espectro de esquerda, representa bem tal descrição: alguns (mantêm) os (costumes) culturais, alguns (vivem) em função do turismo em algumas aldeias específicas, alguns (estão) (estudando), alguns trabalhando nas (cidades) ($\chi^2 = 68.21$).

Quanto a segunda classe Indígena Tribal (1), representativa de 23,66% da classe, com 22 (UCEs), esta equivaleria a noção de indígenas tribal, descrito por ele como aqueles que conservaram seu *ethos* tribal e sua autonomia cultural. Quando o sujeito 115, morador do Acre, sem posicionamento político, fala é possível localizar essa proximidade: acredito que os povos originários (praticam) (diversas) (atividades) entre elas a de (cultivar) a terra, (caça), (pesca) mas também (realizam) (atividades) de (lazer) ($\chi^2 = 98.79$).

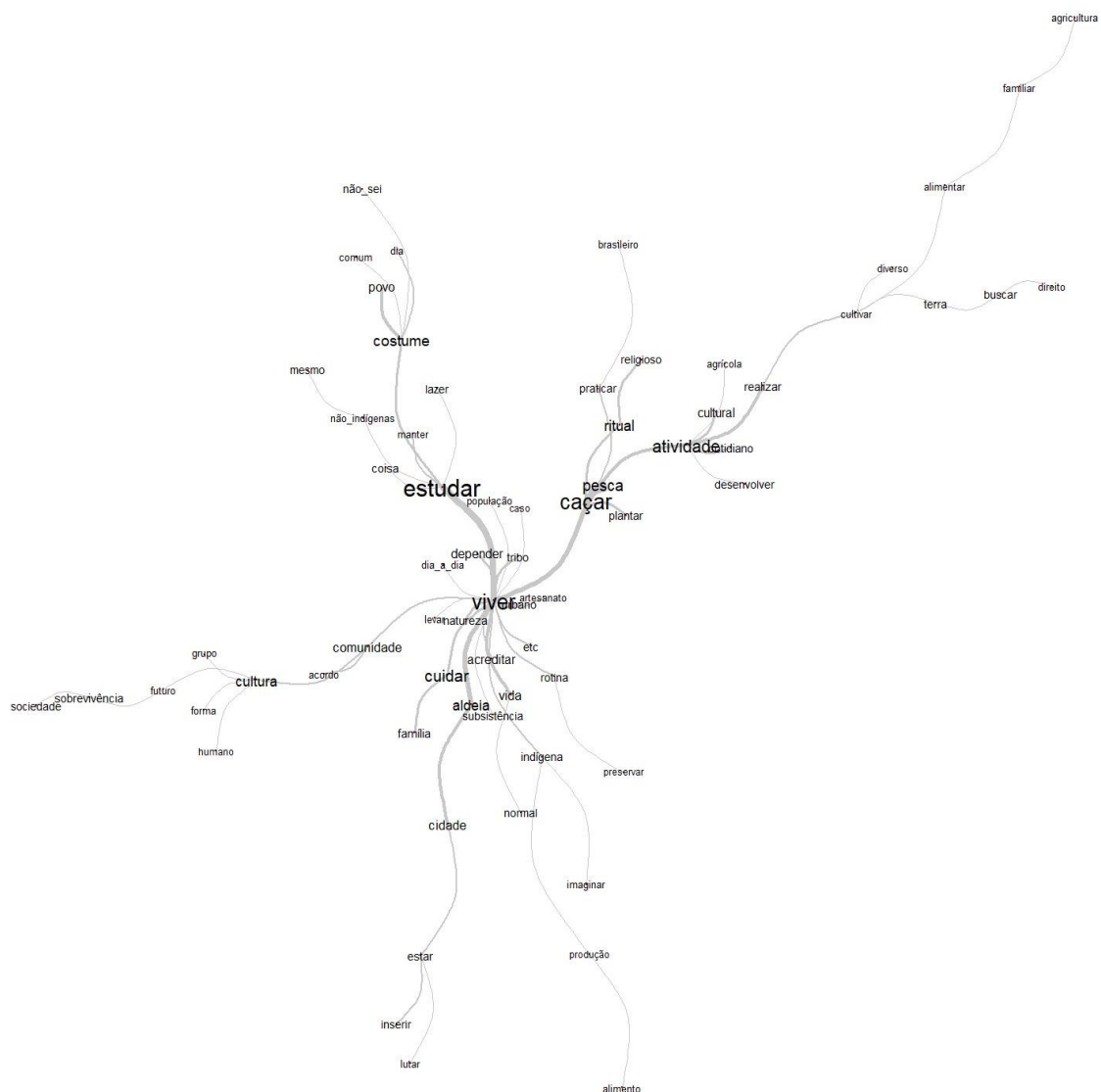
A análise de similitude do *corpus*, sinalizou uma forte ligação entre as palavras “Estudar, “Caçar”, “viver” e “aldeia”, e suas associações com as palavras “costume”, “pesca”, “ritual”, “atividade”, “cuidar”, “cultura”, “aldeia” e “vida” (Figura 17).

Nos dados obtidos por este *corpus*, um elemento deve receber devida atenção neste material. A ambivalência que sempre marcou a imagem indígena e a realidade constante de sobrevivência enquanto povos. Quanto ao primeiro desses tópicos, Lima e Almeida (2010) resgata a noção de indígena bom e mal, durante a colonização esses povos foram categorizados por um dos extremos.

O indígena bom” ou “gentio”, caracteriza-se pelos povos que deixaram ser “domesticados”, que “permite” serem convertidos e educados. Este servirá de inspiração para muitas obras literárias, mitificados em uma imagem de herói, nacionalista, corajoso e guerreiro. Já o “indígena mal”, seriam aqueles que não aceitaram o processo de conversão, que travaram batalhas contra os europeus. Estes seriam descritos como “selvagens” que precisam ser exterminados para o “bem maior” (Lima & Almeida, 2010).

Figura 17

Análise de Similitude 5



Com o passar do tempo essa ambivalência muda sua forma de acordo com os interesses do grupo dominante. D. Ribeiro (1995/2015) como referenciando anteriormente apresenta a perspectiva adotada até os dias atuais, de indígenas tribais e genéricos.

Os primeiros seriam marcados pelos povos que mantiveram costumes tribais, ou seja, o estereótipo padrão que caracteriza para maior parte da população o que seria um indígena, reproduzido em obras literárias, nas instituições escolares, até mesmo em datas comemorativas como o “dia do índio”. Enquanto o segundo, seriam povos que mesmo mantendo sua identidade étnica passaram pelo processo de transfiguração étnica.

Quando se analisa o racismo contra povos indígenas, uma das suas expressões se dá no encontro entre o não indígena e os “indígenas genéricos”, quando a sociedade se depara com pessoas que fogem do estereótipo aprendido socialmente do que seria um indígena, sua identidade étnica e posta em questionamento, ou seja, quanto mais próximo de centros urbanos e de um mundo globalizado, no imaginário social os indígenas genéricos passariam por um processo de perda da identidade, deixam de ser indígenas, mas também não adentram a condição de brasileiro “comum”, formando uma nova zona minoritária alvo de discriminação (Ribeiro, 70/82/2017; Torres et al., 2011; Milanez et al., 2019).

5.2 Dados do Preconceito Contra Povos Indígenas

Para análise do Preconceito foi selecionado instrumentos que mensurassem a problemáticas em diferentes aspectos: cognitivo, comportamental e emocional. A seguir, tem-se os instrumentos utilizados para analisar cada uma dessas dimensões, os resultados alcançados e a verificação da sua correlação enquanto medidores do fenômeno. A posteriori, tem-se o relato dos dados obtidos sobre o fenômeno do preconceito.

Antes de verificar os fenômenos é importante analisar e preparar as variáveis sociodemográficas que dialogaram com os temas aqui verificado, a primeira delas é o **Contato**, está será representada por duas variáveis, Estado (citada anteriormente) e Qualidade do Contato.

Porém, para realização das análises estatísticas se construiu uma nova variável Estado, sendo então descartado dos dados os estados que não se enquadravam no perfil do estudo, numerando então Acre (1) e Sergipe (2).

Em seguida, foi realizada uma estatística descritiva com a variável **Qualidade de contato**, obtendo-se os seguintes resultados (Tabela 3).

Tabela 3*Frequência da qualidade do contato*

No geral, você costuma ter contato com indígenas com que frequência?	
Frequência	Porcentagem (%)
Nunca	47
Menos de uma vez por ano	23
Uma vez por ano	10
Duas vezes por ano	10
Uma vez por mês	9
Uma vez por semana	3
Várias vezes por semana	11
Várias vezes ao dia	1

Diante dos valores descritos acima, optou-se em transformar os valores em uma nova variável, nomeada de **Indicador de Qualidade do Contato**, com variação 3, em que 1- Nunca (47), 2- Pouco contato (43) e 3- Muito contato (24). Uma Análise de Variância (ANOVA) foi realizada para comparar as médias das variáveis Estado e Indicador de Qualidade do contato, obteve-se médias baixas na qualidade do contato em ambos os estados Acre $M = 2,08$ ($DP = 0,752$) Sergipe $M = 1,578$ ($DP = 0,708$), mesmo no estado do Acre onde há maior número populacional de povos indígenas a qualidade do contato apresentava baixas médias [$F(1, 112) = 13,356$; $p = 0,000$].

Preconceitos contra os povos indígenas

O primeiro fenômeno analisado foi o **Preconceito**, este foi medido por três indicadores: distância social (comportamental), sentimentos/emoções (emocional) e reconhecimento do preconceito (cognitivo) em relação aos indígenas. Para análise do primeiro indicador **distância social**, se usou uma Escala de Distância Social.

Devido ao sentido em que a escala foi construída, onde 1 era totalmente desconfortável e 7 totalmente confortável, para melhor análise se realizou uma inversão de valores da escala de modo que, quanto maiores os valores, maior distância social os sujeitos desejam em relação aos povos indígenas. A média de adesão da escala foi **de 2,492** ($DP = 1,412$).

Na Tabela 4, podemos ver que as médias variaram de 1,56 (valor mínimo) a 2,00 (valor máximo), demonstrando que as médias de distanciamento social dos participantes da pesquisa

em relação aos povos indígenas é baixa, e consequentemente o preconceito explícito relacionado ao desejo de estar distante do outro grupo não é detectado com intensidade nos sujeitos da pesquisa.

Tabela 4

Estatística Descritiva Escala de Distanciamento Social (n=105)

Itens	Médias (Desvios Padrão)		
	Geral	Acre	Sergipe
Ter um vizinho indígena	1,73 (1,07)	1,98 (1,15)	1,56 (0,98)
Ter um professor indígena	1,67 (0,996)	1,93 (1,09)	1,48 (0,89)
Ter um prefeito indígena	1,68 (1,004)	1,95(1,08)	1,48 (0,91)
Ter um médico indígena	1,61 (0,975)	1,91 (1,09)	1,39 (0,82)
Trabalhar para um indígena	1,77 (1,145)	2,07 (1,15)	1,56 (1,10)
Ser abordado por um policial indígena	2,00(1,263)	2,18 (1,21)	1,87 (1,29)
Ter um amigo indígena	1,56 (0,908)	1,82 (1,02)	1,38 (0,78)
Namorar um(a) indígena	1,80(1,220)	2,11 (1,26)	1,57 (1,15)
Ter um filho com descendência indígena	1,81 (1,169)	2,11 (1,20)	1,59 (1,10)
Casar-se com um (a) indígena (a)	1,82 (1,246)	2,16 (1,26)	1,57 (1,19)

Visando o alcance do objetivo específico: *Identificar possíveis diferenças com relação ao grau de contato com povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe*, realizou-se uma ANOVA *one-way*, comparando as médias de distanciamento social nos estados do Acre e Sergipe. Os resultados indicaram um baixo preconceito expresso por meio do distanciamento social, as médias obtidas para os estados consistir em Acre $M = 2,889 (DP = 1,478)$ e Sergipe $M = 2,206 (DP = 1,300)$, a média geral se encontra no ponto neutro ou mediana da escala $M = 2,492 (DP = 1,412)$, a hipótese de pesquisa (H1) foi confirmada ($p < 0,05$), admitindo que há a existência de diferença entre as médias de preconceito nos estados [$F_{(1, 103)} = 6,292; p = 0,014$].

Considerando que tais escores de preconceito explícito contra os povos indígenas não refletem a realidade social do Brasil. Como verificado no estudo de Lima e Castilho (2013), em

que os dados expressaram a força do preconceito contra povos indígenas no século XXI. Os autores descrevem a realidade do preconceito contra esses povos como difusa e perversa, em seus dados, 80% da sua amostra de pessoas não indígenas relatou haver discriminação contra a minoria, apesar de que 96% afirmam não ter preconceito contra eles. Dos indígenas entrevistados no estudo, 83% confirmaram a existência do preconceito e 45% relataram ter sofrido alguma forma de discriminação. O que nos leva a questionar até que ponto os dados aqui verificados são reflexos de uma possível mudança, hipótese descartada baseada nos dados a seguir.

Uma possível interpretação de causa, se dever à forma de coleta de dados e à amostra pesquisada, geralmente inserida em uma bolha ideológica nas coletas com questionário eletrônico, decidiu-se analisar o efeito da posição política no espectro Direita-Esquerda dos participantes nos seus níveis de preconceito.

Os resultados indicaram as médias: Centro-Direita $M = 3,241$ ($DP = 1,850$), os Sem Posicionamento Político $M = 2,976$ ($DP = 1,347$) e os de Esquerda $M = 2,127$ ($DP = 1,076$). A ANOVA de um fator verificou que o nível de preconceito expresso pelo distanciamento social possui diferenças significativas em relação ao posicionamento político [$F_{(2, 100)} = 6,652$; $p = 0,002$]. Ao decompor as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,010$), sendo maior a média do preconceito na posição Centro/Direita; o mesmo se dá na comparação entre o posicionamento Esquerda em relação aos sujeitos da pesquisa sem posicionamento ($p = 0,029$), sendo a maior média da variável sem posicionamento. Entretanto, não foi verificada a existência de diferença entre o posicionamento Centro/Direita em relação a sujeitos Sem Posicionamento político ($p = 0,827$).

Por fim, comparou-se as médias da Escala de Distância Social em relação ao indicador de qualidade de contato. Os resultados alcançados foram: Nunca $M = 2,455$ ($DP = 1,473$), Pouco contato $M = 2,703$ ($DP = 1,450$), Muito contato $M = 2,181$ ($DP = 1,200$), confirmou-se a hipótese nula (H_0) da ausência de diferença, não sendo detectado nenhum valor significativo em relação ao indicador de qualidade do contato [$F_{(2, 102)} = 0,994$; $p = 0,374$].

No tocante ao indicador do **sentimento/emoções**, inicialmente foi feita uma estatística descritiva para extração das Médias (desvio padrão) geral e por estado (Tabela 5). Os resultados indicam que os sentimentos mais fortes expressos em relação aos povos indígenas são os de

Respeito, Solidariedade e Simpatia. Em contrapartida, os com baixa expressão são Desprezo, Raiva e Indiferença.

Tabela 5

Médias (Desvio Padrão) dos sentimentos/emoções dos estados (n=113)

Sentimentos/Emoções	Médias (Desvio Padrão)		
	Geral	Acre	Sergipe
Admiração	4,39 (0,84)	4,34 (0,83)	4,42 (0,85)
Orgulho	4,33 (1,05)	4,22 (1,22)	4,42 (0,91)
Raiva	1,04 (0,23)	1,06 (0,31)	1,02 (0,13)
Culpa	2,27 (1,40)	2,42 (1,47)	2,16 (1,35)
Pena	2,27 (1,36)	2,08 (1,34)	2,42 (1,37)
Indiferença*⁸	1,22 (0,76)	1,04 (0,20)	1,36 (0,98)
Simpatia*⁹	4,46 (0,90)	4,24 (1,12)	4,64 (0,63)
Respeito*¹⁰	4,86 (0,42)	4,78 (0,55)	4,92 (0,27)
Solidariedade	4,71 (0,66)	4,60 (0,83)	4,80 (0,48)
Desprezo	1,00 (0,00)	1,00 (0,00)	1,00 (0,00)

O instrumento foi pensado em termos de duas dimensões: sentimentos positivos e negativos. Para isso foi realizada uma Análise fatorial exploratória (PAF), com rotação *varimax*, dos itens da escala. Os resultados indicam boa fatorialidade, *Bartlett's e KMO*, os valores detectados foram **KMO = 0,709**, *Barlett* (36) = 280, 36; $p < 0,001$. dois fatores alcançados foram Fator 1: Simpatia, Respeito, Pena e Solidariedade em oposição à Raiva e o Fator 2: Orgulho, Admiração e Culpa em oposição a Indiferença (ver Tabela 6). O sentimento Desprezo não apresentou variação de modo que não adentrou as análises.

⁸ Indiferença: $F_{(113)} = 5,12$ $p = 0,026$;

⁹ Simpatia: $F_{(113)} = 5,88$ $p = 0,017$;

¹⁰ Respeito: $F_{(113)} = 3,29$ $p = 0,072$; Nota: $*p < 0,05$

Tabela 6*Análise Fatorial Exploratória Escala de Sentimentos/emoções (n = 111)*

	1	2
Admiração	,518	,662
Orgulho	,386	,744
Culpa		,459
Indiferença	,195	-,694
Raiva	-,704	,213
Pena	,408	-,103
Simpatia	,708	,455
Respeito	,554	,212
Solidariedade	,669	,373

Extraction Method: Principal Component Analysis. Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.

a. Rotation converged in 3 iterations.

Seguindo as análises do indicador sentimentos/ emoções ambos os fatores foram nomeados pelo critério de índices de saturação, e analisados em relação as variáveis suplementares. O **Respeito Paternalista** (cinco itens) apresentou uma consistência abaixo do valor esperado Alpha de *Cronbach* (α) de 0,52. Apesar do valor, foi realizado em seguida uma ANOVA, com a finalidade de retomar o objetivo específico “*Identificar possíveis diferenças com relação ao grau de contato com povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe*”, foi testado a relação entre Estado e a expressão de sentimentos/ emoções em relação aos indígenas. Os resultados indicaram, as médias para os estados $M_{\text{Sergipe}} = 4,353 (DP=0,373)$, $M_{\text{Acre}} = 4,128 (DP=0,560)$, a média geral obtida foi de $M = 4,254 (DP = 0,476)$, confirmou-se a H_1 , há uma diferença significativa entre os dois estados [$F_{(1,113)} = 6,584; p < 0,005$].

Como complemento, foi realizada uma ANOVA, comparando as médias de qualidade do contato e o respeito paternalista, as médias obtidas foram $M_{\text{Nunca}} = 4,298 (DP=0,517)$, $M_{\text{Pouco Contato}} = 4,233 (DP=0,390)$, $M_{\text{Muito Contato}} = 4,208 (DP=0,542)$, novamente confirmou-se a H_0 , não sendo novamente detectado valores significativos [$F_{(113)} = 0,349; p = 0,706$].

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava a expressão de sentimentos/emoções. As médias obtidas foram $M_{\text{Direita}} = 4,053 (DP=0,463)$, $M_{\text{Esquerda}} = 4,358 (DP=0,431)$, $M_{\text{Sem posição}} = 4,067 (DP=0,549)$, a ANOVA de um fator verificou que os sentimentos/emoções expressas no fator respeito paternalista possui diferenças significativas

em relação ao posicionamento político [$F_{(2, 111)} = 5,109$ $p < 0,05$]. Ao decompor as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de disparidade entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,053$) e em relação aos participantes sem posicionamento político ($p = 0,03$), sendo maior a média do preconceito na posição Esquerda. Em contrapartida, não foi verificada diferenças nos sujeitos sem posicionamento político, em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,996$).

O **Orgulho e culpa** (quatro itens) apresentou uma boa consistência interna, Alpha de Cronbach (α) de 0,589. Visando retomar o objetivo específico “*Identificar possíveis diferenças com relação ao grau de contato com povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe*”, uma ANOVA foi realizada para verificar a relação entre Estado e a expressão de sentimentos/emoções em relação aos indígenas. Os resultados indicaram, as médias para os estados $M_{\text{Sergipe}} = 3,910$ ($DP=0,629$), $M_{\text{Acre}} = 3,985$ ($DP=0,751$), a média geral obtida foi de $M = 3,943$ ($DP = 0,698$), não há uma diferença significativa entre os dois estados [$F_{(113)} = 0,320$; $p = 0,573$].

Como complemento, foi realizada uma ANOVA, comparando as médias de qualidade do contato e o orgulho e culpa, as médias obtidas foram $M_{\text{Nunca}} = 3766$ ($DP=0,837$), $M_{\text{Pouco Contato}} = 4,087$ ($DP=0,572$), $M_{\text{Muito Contato}} = 4,031$ ($DP=0,533$), não sendo novamente detectado valores significativos [$F_{(113)} = 2,696$; $p = 0,072$].

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava a expressão de sentimentos/emoções de orgulho e culpa. As médias obtidas foram $M_{\text{Direita}} = 3,400$ ($DP=0,944$), $M_{\text{Esquerda}} = 4,112$ ($DP= 0,582$), $M_{\text{Sem posição}} = 3,833$ ($DP=0,609$), sendo descartada a H_0 , pois há uma diferença significativa [$F_{(2, 111)} = 8,167$ $p < 0,001$]. Decompondo as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,000$), sendo maior a média dos sentimentos na posição Esquerda. Em contrapartida, não foi verificada diferenças nos sujeitos Sem posicionamento político, em relação ao posicionamento de Esquerda ($p = 0,191$) e Centro/Direita ($p = 0,120$).

Tais dados expressam o novo paradigma ético que passa a existir nos anos 80, com a noção de direitos aos grupos minoritários. Emerge então a possibilidade de responsabilização coletiva, os sujeitos passam a poder/dever assumir a responsabilidade de atos que foram praticados não somente por si, mas por pessoas pertencentes ao seu mesmo grupo (Pérez & Molpeceres, 2018). Desse modo, o engajamento social presente nas políticas partidárias de

esquerda, permitem explicar os altos escores dos sentimentos do fator orgulho e culpa. A forma como a esquerda do Brasil se posiciona em defesa das lutas minoritárias, levam a maioria dos sujeitos apoiadores esquerdistas, a possibilidade de vir a dialogar com a ética social que passa a reger as relações.

Para análise do último indicador de Preconceito, foi usada uma escala de **Reconhecimento/Negação do Preconceito**, composta por 21 itens, sendo esta do tipo *Likert* de variação 7, sendo 1- Discordo totalmente, 4- Não concordo ou discordo e 7- Concordo totalmente. Inicialmente foi realizada uma estatística descritiva para extração das médias (Desvio Padrão) dos itens da escala, obtendo os seguintes valores (Tabela 7).

Tabela 7

Estatística Descritiva Escala de Reconhecimento do Preconceito

Itens	Médias (Desvios Padrão)		
	Geral	Acre	Sergipe
Eu sou capaz de entender a situação de pobreza dos indígenas brasileiros.	5,32 (1,477)	5,27 (1,730)	5,36 (1,278)
Tudo o que existe nas terras indígenas (ouro, madeira, pedras preciosas etc.) pertence aos próprios povos indígenas.	5,78 (1,493)	5,95 (1,569)	5,66 (1,436)
Quando penso na discriminação que os povos indígenas têm que enfrentar no seu dia a dia, sinto-me muito mal por eles.	6,05 (1,430)	6,25 (1,296)	5,90 (1,513)
Eu gostaria de saber mais sobre os povos indígenas brasileiros para poder entender melhor sua situação.	6,30 (1,170)	6,41 (1,019)	6,23 (1,270)
Muitas vezes os povos indígenas recebem muito mais benefícios (dinheiro, remédios, cestas básicas etc.) do governo do que o resto dos brasileiros pobres.	2,23 (1,527)	2,32 (1,625)	2,16 (1,463)

É um desrespeito ao povo originário do Brasil que não existem políticas públicas efetivas de preservação e resgate dos costumes e tradições dos povos indígenas.	6,39 (1,092)	6,53 (0,855)	6,30 (1,229)
Somos todos pobres, portanto nenhum grupo deveria receber mais que o outro.	2,30 (1,630)	2,16 (1,446)	2,41 (1,755)
A responsabilidade pela morte do povo indígena é do governo	5,43 (1,473)	5,05 (1,656)	5,70 (1,269)
Eu me sinto mal quando penso que nós, brasileiros, somos intolerantes com os povos indígenas, pois isso mostra que somos um povo que naturalmente discrimina outros povos.	6,13 (1,209)	6,20 (1,112)	6,08 (1,282)
Embora eu acredite que a pobreza atual dos povos indígenas seja fruto do processo de colonização do Brasil, eu acho que devo assumir minha parcela de responsabilidade pela situação deles.	5,07 (1,548)	5,44 (1,563)	4,80 (1,493)
Penso ser um desrespeito constitucional quando constatamos que os povos indígenas têm perdido seus costumes e tradições.	5,85 (1,446)	5,98 (1,229)	5,75 (1,588)
Eu acredito que o Estado possui o direito de intervir em territórios indígenas em prol do desenvolvimento.	2,45 (1,700)	2,37 (1,648)	2,51 (1,748)
A demarcação das terras indígenas é algo que tem que ser feito urgentemente.	5,71 (1,730)	5,93 (1,421)	5,55 (1,917)
É muito difícil para mim reconhecer que a pobreza dos povos indígenas tem sido causada por nós brasileiros.	3,05 (1,958)	3,30 (2,155)	2,87 (1,803)

Sinto-me culpado quando penso nos baixos salários que os povos indígenas recebem quando conseguem algum trabalho.	5,04 (1,576)	5,28 (1,436)	4,87 (1,658)
Não podemos dizer que a situação dos povos indígenas é pior do que dos brasileiros pobres.	3,39 (1,573)	3,56 (1,868)	3,28 (1,331)
Sinto-me muito mal quando me dou conta que nós brasileiros não-indígenas, temos contribuído para que os povos indígenas percam sua língua e seus costumes.	5,66 (1,486)	5,64 (1,495)	5,67 (1,492)
A questão atual do Marco Temporal é um ataque aos direitos garantidos pelos povos indígenas.	5,75 (1,305)	5,93 (1,298)	5,62 (1,306)
Eu agora entendo que se os povos indígenas passam necessidade, é por causa do que temos feito com eles desde a época da colonização até os dias de hoje.	6,07 (1,201)	6,14 (1,355)	6,02 (1,088)
Eu acredito que os povos indígenas querem acumular terras com os processos de demarcação.	1,91 (1,208)	1,79 (1,103)	2,00 (1,278)
Eu acredito que a reserva de vagas e/ou cotas para povos indígenas em empregos e universidades é importante para garantir acesso a oportunidades.	6,40 (1,199)	6,23 (1,445)	6,52 (0,983)

Em seguida realizou-se uma Análise Fatorial Exploratória, para extração dos fatores da escala. Bem como, o índice KMO = 0,82 e o Teste de Esfericidade de Bartlett, que foi significativo [$X^2 (210) = 1227,62$; $p < 0,001$] indicando a boa adequabilidade da amostra e a interpretabilidade da matriz de covariância dos itens. Obteve-se dois fatores na escala, descritos na Tabela 8, e 3 itens foram removidos devido ao baixo valor.

Tabela 8

Análise Fatorial Escala de Reconhecimento/Negação do Preconceito

	Fator 1	Fator 2
“Sinto-me muito mal quando me dou conta que nós brasileiros não-indígenas, temos contribuído para que os povos indígenas percam sua língua e seus costumes”	0,86	
“Eu me sinto mal quando penso que nós, brasileiros, somos intolerantes com os povos indígenas, pois isso mostra que somos um povo que naturalmente discrimina outros povos.”	0,81	
“Eu agora entendo que se os povos indígenas passam necessidade, é por causa do que temos feito com eles desde a época da colonização até os dias de hoje.”	0,73	
“Eu gostaria de saber mais sobre os povos indígenas brasileiros para poder entender melhor sua situação.”	0,72	
“Embora eu acredite que a pobreza atual dos povos indígenas seja fruto do processo de colonização do Brasil, eu acho que devo assumir minha parcela de responsabilidade pela situação deles.”	0,72	
“Quando penso na discriminação que os povos indígenas têm que enfrentar no seu dia a dia, sinto-me muito mal por eles.”	0,71	
“Sinto-me culpado quando penso nos baixos salários que os povos indígenas recebem quando conseguem algum trabalho.”	0,65	
“Penso ser um desrespeito constitucional quando constatamos que os povos indígenas têm perdido seus costumes e tradições.”	0,57	
“É um desrespeito ao povo originário do Brasil que não existem políticas públicas efetivas de preservação e resgate dos costumes e tradições dos povos indígenas”	0,51	
“Eu acredito que o Estado possui o direito de intervir em territórios indígenas em prol do desenvolvimento.”		0,81
“Eu acredito que os povos indígenas querem acumular terras com os processos de demarcação.”		0,68

“Não podemos dizer que a situação dos povos indígenas é pior do que dos brasileiros pobres.”	0,67
“Muitas vezes os povos indígenas recebem muito mais benefícios (dinheiro, remédios, cestas básicas, etc.) do governo do que o resto dos brasileiros pobres.”	0,65
“Somos todos pobres, portanto nenhum grupo deveria receber mais que o outro.”	0,57
“A responsabilidade pela morte do povo indígena é do governo”	-0,50
“É muito difícil para mim reconhecer que a pobreza dos povos indígenas tem sido causada por nós brasileiros.”	0,49
“Tudo o que existe nas terras indígenas (ouro, madeira, pedras preciosas, etc.) pertence aos próprios povos indígenas.”	-0,45
“A demarcação das terras indígenas é algo que tem que ser feito urgentemente.”	-0,41
“Eu sou capaz de entender a situação de pobreza dos indígenas brasileiros”	-
“A questão atual do Marco Temporal é um ataque aos direitos garantidos pelos povos indígenas.”	-
“Eu acredito que a reserva de vagas e/ ou cotas para os povos indígenas para empregos e universidade é importante para garantir acesso a oportunidades.”	-

O **fator 1** foi nomeado de **Reconhecimento do preconceito**, este apresentou uma boa consistência interna com Alpha de *Cronbach* (α) de 0,88.

Visando retomar o objetivo específico “*Identificar possíveis diferenças com relação ao grau de contato com povos indígenas nos estados do Acre e Sergipe*”, uma ANOVA foi realizada para verificar a relação entre Estado e a atitude de reconhecimento do preconceito em relação aos indígenas. Os resultados indicaram, as médias para os estados $M_{\text{Sergipe}} = 5,720$ ($DP=0,994$), $M_{\text{Acre}} = 5,997$ ($DP=0,999$), a média geral obtida foi de $M = 5,832$ ($DP = 1,001$), não há uma diferença significativa entre os dois estados [$F_{(1, 100)} = 1,880$; $p = 0,173$].

Como complemento, foi realizada uma ANOVA, comparando as médias de qualidade do contato e o reconhecimento do preconceito, as médias obtidas foram $M_{\text{Nunca}} = 5,566$ ($DP=1,125$), $M_{\text{Pouco Contato}} = 5,966$ ($DP=0,807$), $M_{\text{Muito Contato}} = 6,140$ ($DP=0,982$), os resultados

indicam que há uma tendência a diferença entre os níveis de qualidade do contato no reconhecimento do preconceito [$F_{(2, 98)} = 2,845; p = 0,063$].

Para aprofundar a tendência a diferença, fez-se uso do teste de Post Hoc de Tukey, os valores obtidos expressam que há uma tendência a diferença entre sujeitos que apresentam muito contato em relação aos que nunca possuem contato com povos indígenas ($p = 0,093$), sendo a maior média de reconhecimento em sujeitos que possuem muito contato com esse grupo. Nenhuma tendência foi verificada na comparação de sujeitos tinham Pouco Contato em relação aos que tinham contato qualificados como Nunca ($p = 0,161$) e Muito Contato ($p = 0,802$).

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava a atitude de reconhecimento do preconceito. As médias obtidas foram $M_{Direita} = 4,735$ ($DP = 1,336$), $M_{Esquerda} = 6,041$ ($DP = 0,767$), $M_{Sem\ posição} = 6,026$ ($DP = 0,919$), foi detectada a existência de diferença no reconhecimento do preconceito em relação ao posicionamento político dos sujeitos da pesquisa [$F_{(2, 96)} = 12,292; p = 0,00$]. Decompondo as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos no espectro político de Centro/Direita em relação aos de Esquerda ($p = 0,000$) e aos sujeitos Sem Posicionamento ($p = 0,000$), sendo a menor média de reconhecimento do preconceito nos participantes no posicionamento político Centro/Direita, em contrapartida, não apresentou diferença nas médias dos indivíduos na posição de Esquerda em relação aos Sem posição política ($p = 0,998$).

No que se refere ao **fator 2**, nomeado **Negação do preconceito**, apresentou uma boa consistência interna com Alpha de *Chronbach* (α) de 0,83.

Uma ANOVA foi realizada para verificar a relação entre Estado e a atitude de negação do preconceito em relação aos indígenas. Os resultados indicaram, as médias para os estados $M_{Sergipe} = 2,477$ ($DP = 0,994$), $M_{Acre} = 2,498$ ($DP = 1,131$), a média geral obtida foi de $M = 2,486$ ($DP = 1,048$), não há uma diferença significativa entre os dois estados [$F_{(1, 103)} = 0,001; p = 0,919$].

Como complemento, foi realizada uma ANOVA, comparando as médias de qualidade do contato e a negação do preconceito, as médias obtidas foram $M_{Nunca} = 2,615$ ($DP = 1,061$), $M_{Pouco\ Contato} = 2,391$ ($DP = 0,986$), $M_{Muito\ Contato} = 2,402$ ($DP = 1,152$), não sendo novamente detectado valores significativos [$F_{(2, 113)} = 0,551; p = 0,578$].

Em seguida, testou-se se a posição no espectro político influenciava a atitude de negação do preconceito. As médias obtidas foram $M_{Direita} = 3,529$ ($DP = 1,090$), $M_{Esquerda} = 2,052$ ($DP = 0,757$), $M_{Sem\ posição} = 3,359$ ($DP = 0,912$), verificou-se a presença de diferenças na negação do preconceito em relação a posição política dos participantes [$F_{(2, 99)} = 29,404$ $p = 0,000$]. Decompondo as análises por meio do teste Post Hoc de Tukey, observou-se a presença de diferença entre os sujeitos no espectro político de Esquerda em relação aos de Centro/Direita ($p = 0,000$) e Sem Posicionamento ($p = 0,000$), a menor média de negação do preconceito localizou-se nos participantes do espectro de Esquerda. Entretanto, não foi verificada a existência de diferença entre o posicionamento Centro/Direita em relação a sujeitos Sem Posicionamento político ($p = 0,843$).

Como citado acima, foi avaliado o preconceito em diferentes aspectos (cognitivo, comportamental e emocional) com os instrumentos selecionados para esse material. Para verificação da relação entre as escalas foi realizada uma análise de correlação. Primeiramente foi realizado um teste de normalidade de Shapiro-Wilk, para verificar se os dados da amostra possuem uma distribuição normal. As variáveis Distância Social ($p < 0,001$), Reconhecimento ($p < 0,001$), Negação ($p < 0,05$), Respeito Paternalista ($p < 0,001$) e Orgulho e culpa ($p < 0,001$), apresentaram um p valor menor que 0,05, o que significa a ausência de normalidade.

De modo que, foi utilizado o Teste de Correlação de Spearman, indicado para amostras com distribuição anormal (Tabela 9).

Tabela 9

Análise de Correlação de Spearman

Variável		Reconhecimento do preconceito	Negação do preconceito	Distância Social	Respeito Paternalista	Orgulho e culpa
1. Reconhecimento	rho de Spearman	—				
2. Negação	rho de Spearman	-0.568 ***	—			
3. Distância Social	rho de Spearman	-0.253 *	0.338 ***	—		
4. Sentimentos_1	rho de Spearman	0.231 *	-0.248 *	-0.249 *	—	
5. Sentimentos_2	rho de Spearman	0.603 ***	-0.482 ***	-0.254 **	0.387 ***	—

* $p < .05$, ** $p < .01$, *** $p < .001$

Os dados alcançados (Tabela 9), pode-se verificar a existência de correlações significativas entre as escalas ($p < 0,05$; $p < 0,001$), em ambas as direções negativa e positiva, porém variando de intensidade fraca a moderada em ambos os sentidos.

Os valores podem ser interpretados da seguinte forma: para a variável Distância social (DS), quanto mais se deseja distanciar-se socialmente dos povos indígenas, mais se nega o preconceito, verificando uma correlação direta entre as variáveis DS e Negação. Posteriormente, observa-se que quando maior a DS menos se detecta sentimento em relação aos povos indígenas, uma relação inversamente proporcional.

Quanto a variável Reconhecimento, possui uma correlação inversa com a negação, quanto mais há o reconhecimento do preconceito em relação a esses povos, menos ele é negado. Mas se relaciona diretamente aos sentimentos, quanto maior é o reconhecimento do preconceito, mais presentes são os sentimentos em relação aos povos indígenas.

Para a variável Negação, a correlação se dá de forma negativa, quanto maior a negação do preconceito, menos sentimentos eu sinto em relação a essa parte da população brasileira. Por fim, as variáveis sentimentos se correlacionam positivamente, quanto mais respeito paternalista são detectados maior é a presença dos sentimentos de orgulho e culpa.

Diante do exposto uma nova variável Preconceito Geral foi construída da soma de todos os instrumentos que medem o preconceito, para uma análise geral dos dados. Foi utilizada a Regressão linear múltipla para verificar se as variáveis independentes contato e posicionamento político, são capazes de prever a variável dependente Preconceito Geral. A análise resultou em um modelo estatisticamente significativo [$F(2,96) = 12,95$; $p < 0,001$; $R^2 = 0,196$]. Como resultado, evidenciou-se que contato não prevê significativamente o preconceito ($\beta = -0,127$; $t = -1,399$; $p = 0,165$) enquanto a VI posicionamento político prevê a variável dependente ($\beta = 0,438$; $t = 4,826$; $p = 0,000$).

Em seguida outra Regressão linear múltipla foi utilizada, agora para verificar se as Variáveis independentes Estado, Renda familiar, Gênero, Idade, Raça e Escolaridade são capazes de prever a variável dependente Preconceito Geral. A análise resultou em um modelo não significativo estatisticamente [$F(6,83) = 0,835$; $p = 0,547$; $R^2 = 0,057$]. Sendo as VIs contato não previsoras do preconceito: Estado ($\beta = 0,004$; $t = 0,037$; $p = 0,971$), Renda familiar ($\beta = 0,080$; $T = 0,696$; $p = 0,489$), Gênero ($\beta = 0,051$; $T = 0,445$; $p = 0,657$), Idade ($\beta = 0,139$; $T =$

1,113; $p=0,269$), Raça ($\beta = 0,115$; $T = 1,026$; $p=0,308$) e Escolaridade ($\beta = 0,089$; $T = 0,656$ $p=0,514$).

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este material partiu de compreender as violências a que os povos indígenas são submetidos como verificação da existência de racismo contra essa população. Devido ao caráter prematuro dos estudos empíricos do racismo em relação aos povos indígenas no Brasil, foi construído um estudo exploratório e comparativo, com objetivo principal de analisar os estereótipos e preconceitos que a população não indígena apresentava contra essa minoria nos estados do Acre e Sergipe.

Devido a noção da influência do contato intergrupar nos fenômenos sociais, ambos os estados foram pensados devido a distribuição geográfica dos povos indígenas em ambos os territórios. Para tanto, um dos objetivos específicos do estudo foi verificar se haveria influência do contato intergrupar na formação dos estereótipos e preconceitos contra povos indígenas.

Quanto a isso, constatou-se que apesar das diferenças históricas do processo de colonização dos povos indígenas em ambas as regiões e da diferença na qualidade do contato dos sujeitos das pesquisas com essa minoria, não foram verificadas diferenças na formação dos esquemas mentais sobre os povos indígenas, como também não refletiram significativamente na expressão do preconceito contra esses povos.

Outra variável que foi levada em consideração, foi o posicionamento político. É sabido da importância que o posicionamento no espectro político tem dentro do território brasileiro, especificamente nos últimos anos. Dessa forma, outro objetivo que visamos verificar a influência do posicionamento político no espectro Esquerda-Direita no conteúdo de ambos os fenômenos.

Com a correlação dos dados obteve-se os seguintes resultados. Em relação aos estereótipos a variável apareceu algumas vezes, porém com baixa significância nas classes, não alcançando os valores de corte. Desse modo, pode-se concluir que o posicionamento político não interfere na construção dos estereótipos. Os conteúdos apresentados pelos participantes da pesquisa apresentavam um núcleo próximo e estereotipado dos povos indígenas em ambos os extremos do espectro, como também por pessoas que não se posicionaram politicamente.

Porém, em relação ao fenômeno do preconceito, a variável suplementar foi preditora no desempenho das respostas do sujeito. Denotando uma maior presença do preconceito em

peessoas que se posicionam no espectro de Centro/Direita, que em relação as pessoas de Esquerda ou Sem posicionamento político.

A expressão do preconceito explícito em pessoas de direita, refletem a forma que a direita no Brasil é constituída. O Ideal capitalista que marca a direita, em relação ao estereótipo de entrave ao desenvolvimento que os povos indígenas apresentam no imaginário de pessoas partidárias a direita, dialogam de modo a retroalimentar a expressão de preconceito nessa parcela da população (Bresser-Pereira,2006).

Porém, por que não houve influência na construção dos estereótipos? Para responder a essa diferença, a teoria da zona muda nos permite compreender. Menin (2006) descreve que esta zona seriam espaços das representações, que apesar de serem comuns e compartilhados por determinados grupos, não são facilmente expressos por serem contra normativos. Para que tais conteúdos sejam alcançados Abric (2003) afirma que é necessário o uso de técnicas que tirem a pressão normativa, o autor descreve duas técnicas que permitem alcançar este objetivo: a técnica de substituição e a de descontextualização normativa. Ambas as técnicas foram utilizadas neste material, o que possibilitou acessar os conteúdos estereotipados e naturalizados pela sociedade em relação aos povos indígenas, podendo justificar tal diferença.

Quanto ao quadro geral dos estereótipos construídos sobre os povos indígenas. Foi possível perceber uma leve mudança na postura dos participantes da pesquisa, porém vale ressaltar a influência da amostra neste dado. Os participantes se localizavam em pessoas do meio acadêmico, em grande parte que estudavam sobre temas relacionados aos fenômenos sociais aqui mensurados.

Porém, mesmo com novos conteúdos, ainda houve um grande repertório estereotipado dos povos indígenas. Foi verificado, assim como no estudo de Lima e Almeida (2010) e de Correia e Maia (2021), a presença de uma estrutura de estereótipos construída no passado da sociedade, como pessoas exóticas, com características físicas específicas, elementos culturais que estruturam a imagem física do indígena (pinturas, cocas, penas), muito próxima aos desenhos que recorrentemente podemos encontrar ao pesquisar indígenas no navegador de internet.

Há também uma visão de indígena próxima ao primitivo e a natureza unindo os povos indígenas a floresta, as matas, que torna por distanciá-los da humanidade, e marcam um *continuum* da imagem de “selvagem” de uma imagem próxima ao “animalesco” (Correia &

Maia,2021). Dessa forma, ainda é pequena a representatividade de indígenas urbanos, que alcançaram novos espaços.

Verificou-se também que no processo de categorizar os grupos indígenas, é construída uma identidade cultural que os distancia da sociedade brasileira, geograficamente eles são colocados em zonas específicas, no “Norte”, longe do sujeito que fala. Porém esta não é a única forma de distanciamento, a cultura é um elemento utilizado para diferenciação grupal, elementos das crenças indígenas são extraídos como forma de diferenciação do endogrupo e exogrupo, sendo comuns expressões como “cultura diferente”, “religião diferente” “sabedoria única”.

Para além desses, uma terceira forma de distanciamento é utilizada na construção da identidade cultural, um distanciamento histórico, que retira o indígena do presente e coloca preso ao passado. A memória social aqui detectada nos participantes da pesquisa, em sua maioria reconta do passado, do processo de colonização. Isso pode ser justificado pela estrutura de socialização que marca a sociedade brasileira.

É recente as políticas públicas que obrigam o ensino da história negra e indígena no Brasil, anteriormente os indígenas e negros só eram convidados a contar a sua história quando dialoga sobre o período de colonial do Brasil até meados da Independência, porém tal convite não permitia uma narrativa ativa, mas secundária, sob a perspectiva do dominador. Isso se dá pelo processo de inferiorização dos povos tradicionais, que sempre foram caracterizados pelos dominadores como seres sem educação, que precisam ser cuidados. Esses sentimentos ainda podem ser percebidos atualmente, nas políticas públicas para os povos indígenas que se estruturam em um paternalismo, que coloca os indígenas como indefesos que precisam ser cuidados.

Um último sub-dado extraído dos estereótipos, foram o tamanho das respostas apresentadas pelos participantes. Em todas as questões o padrão de resposta caracterizou-se por textos curtos. Esse dado pode ser interpretado como resultante do processo de invisibilização que se instaura sobre os povos indígenas do território brasileiro.

Historicamente houve uma tentativa constante de aniquilação destes, primeiramente por meio do extermínio físico, mas também um esforço para destruição dos seus saberes, da sua cultura, do seu território, da sua diversidade étnica (Oliveira Júnior, 1999). Todos os elementos que constituem a sua identidade étnica sofreram ataques constantes. Tais traços dizem respeito

a invisibilização que caracteriza o racismo contra esses povos, que os retira da posição de “cidadão de direitos”, e mantem as hierarquias de dominação.

Por fim, quanto aos dados do preconceito, o método tripartite adotado, analisando o fenômeno em três aspectos: cognição, sentimentos e emoções e comportamento. Nos instrumentos utilizados não foram verificados sinais significativos de preconceito, os sujeitos da pesquisa apresentaram uma baixa média nas escalas. Porém tais dados não condizem com a realidade brasileira, baseando-se em estudos anteriores, podendo ter influência no método de aplicação da pesquisa como já foi sinalizado.

Ouro dado que corrobora para tal afirmativa, é que os próprios participantes afirmam a existência de um preconceito em relação aos povos indígenas na parte qualitativa dos dados. Recorrentemente foram verificadas frases dos participantes que afirmavam um preconceito, para exemplificar temos a frase do sujeito 70 (Morador do Acre) que fala: “são preconceituosos desde que os jesuítas chegaram no Brasil, que criou-se esse preconceito, um dos motivos é a cultura diferenciada, o que é normal em todos os povos segundo sua região, é formas de vida.”, ou pelo sujeito 29 (Morador de Sergipe) que afirma que “a maioria dos brasileiros acreditam que os povos indígenas vivem sem tecnologias e completamente desligados do resto da sociedade e acabam por reproduzir pensamentos preconceituosos ao ver um indígena utilizando celulares ou redes sociais por exemplo, acham que todos devem morar em ocas, se vestir apenas com folhas e não utilizar meios de transportes comuns, há também o fato de que muitos brasileiros acham que podem se fantasiar de indígenas em festas”.

Tais dados refletem o tabu que se instaurou sobre o preconceito, como já dizia Florestan Fernandes, há na sociedade brasileira um preconceito de se ter preconceito, desse modo, o uso de medidores explícitos de preconceito, podem ter refletido para que as repostas passassem pelo filtro da norma.

É importante ressaltar que o presente estudo apresentou algumas limitações que merecem serem destacadas. Uma primeira relaciona-se a aplicação do estudo, o método de coleta online apresentou uma dificuldade de alcance de sujeitos respondentes da pesquisa, tornando por necessitar de um tempo maior para coleta, assim como muitas desistências no processo de respostas, diminuindo a distribuição da amostra que se tinha por objetivo dividi-la 50-50 em ambos os territórios.

No tocante as análises, como citado anteriormente o baixo tamanho das respostas oferecidas pelos sujeitos da pesquisa nas *corporas* das questões abertas, dificultaram a análise estatística dos dados. Para que pudesse ser feito um aproveitamento ideal (75%) do *corpus* foram necessários ajustes que podem ter refletido na perda de algum item.

No entanto, apesar das limitações destacadas, acredita-se que este estudo permite novas possibilidades de explorar o quadro dos estereótipos e do preconceito em relação aos povos indígenas brasileiros, assim como a articulação entre o contato intergrupar e o posicionamento político.

A pesquisa propõe a integrar a literatura sobre a problemática indígena na perspectiva da psicologia social, propondo uma reflexão sobre o papel que a psicologia social brasileira tem representado dentro da luta política travada continuamente pelos povos indígenas. Nossos resultados abrem novos caminhos de pesquisa sobre o preconceito e o estereótipo dos povos indígenas, que sinalizam a continuidade do padrão colonial já identificado em estudos anteriores.

Evidenciamos aqui a importância e necessidade de que mais estudos sejam desenvolvidos, para que o debate seja ampliado, e novas visões acerca dos povos indígenas sejam compartilhadas, podendo resultar em uma mudança social. Deste modo, acredita-se que o presente trabalho tenha indicado uma relevância no seu debate sobre o preconceito e estereótipos dos povos indígenas, com também na importância de compreendermos como o racismo contra os povos indígenas estrutura as violências a que estes são submetidos diariamente.

REFERÊNCIAS

- Abric, J.-C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris: Presses Universitaires de France.
- _____. (1998). A abordagem estrutural das representações sociais. In Moreira, A. S. P. & Oliveira, D. C. *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiania pp. 27–37.
- _____. (2003). La recherche du noyau central et de la zone muette des représentations sociales. Em J. C. Abric (Org.), *Méthodes d'étude des représentations sociales*. Saint-Agne: ÉRÈS, pp. 59-80.
- Aguero, O. A. (2002). *Sociedades indígenas, racismo y discriminación*. Horizontes Antropológicos, 8(18), 255-264.
- Allgayer, E. (2005). *Escravidão Negros & Índios*. Porto Alegre.
- Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.
https://books.google.com.br/books?id=LyqsDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*.
- Arruda, R. S. V. (2009). *Fronteiras e Identidades: os povos indígenas no tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru*. São Paulo.
- Augoustinos, M. & Reynolds, K. J. (2001). Prejudice, racism, and social psychology. In: M. Augoustinos & K. J. Reynolds (Eds.). *Understanding prejudice, racism, and social conflict* (p. 1-23). Londres: SAGE.
- Barbosa, E. D. (2010). *A Questão Indígena Raposa/ Serra do Sol na mídia escrita: do estereótipo ao Racismo* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://bdtd.ibict.br/vufind/>
- Bresser-Pereira, L. C. (2000). *A nova esquerda: uma visão a partir do sul*. Revista Filosofia Política, 6, 144-178. <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/86TerceiraVia-p.pdf>.
- _____. (2006). *O paradoxo da esquerda no Brasil*. Novos Estudos, 74, 25-45.
<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100003>
- Bittencourt, C. F. (2013) História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: Monteiro, A. M. & Pereira, A. A. *Ensino de histórias e culturas Afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro.

- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1998). *Dicionário de política I*. Brasília. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf
- Bonomo, M., & Souza, L. (2013). Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances En Psicología Latinoamericana*, vol. 31(2).
- Borges, M. F. S., Silva, I. F. & Koifman, R. (2020). *Histórico social, demográfico e de saúde dos povos indígenas do estado do Acre, Brasil*.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: its social psychology*. Oxford, UK: Blackwell.
- Cabecinhas, R. (2004). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais. *Actas do II Congresso Ibérico de Ciências da Comunicação*, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 21-24 de abril.
- _____. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In *Cultura: Metodologias e Investigação*. (pp. 51–66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Camargo, B. V. & Justo, A. M. (2013). *IRAMUTEQ: Um software Gratuito para Análise de Dados Textuais*. Ribeirão Preto.
- _____. (2018). *Tutorial para o uso do software de análise textual IRAMUTEQ: interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. [Internet]; Universidade Federal de Santa Catarina. <http://iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-portugais-22-11-2018>.
- Cardoso, A. A. & Coimbra, C. M. B. (2019). *Banzeirar: fazendo ribeirinhar certas práticas de cuidado*. Rio de Janeiro.
- Conselho Indigenista Missionário (2021). *Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: Dados de 2021*.
- Correia, S. B., & Maia, L. M. (2021). *Representações Sociais do “Ser Indígena”: Uma Análise a Partir do não Indígena*. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003221380>
- Cortesão, J. (2003). Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil. Texto integral. São Paulo: Martin Claret.

- Costa, C. (1940). *A Conquista do deserto ocidental. Subsídios para a história do território do Acre*. Fundação Cultural do Acre, Rio Branco.
- Cunha, M. C. (1992). *História dos índios no Brasil*. São Paulo.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2006). *Estatística sem matemática para psicologia*. Penso Editora Limitada: São Paulo, SP.
- Dantas, B. G. (1973) *A Missão indígena no Geru*. Sergipe.
- _____. (1987 /88/89). *História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe*. Revista de Antropologia, 30/31 /32.
- _____. (1997). *Xokó: Grupo indígena em Sergipe*. Aracaju.
- Dantas, B. G. & Dallari, D. A. (1980). *Terra dos índios Xokó: estudos e documentos*. São Paulo.
- De Cremer, D. (2001). *Perceptions of group homogeneity as a function of social comparison: The mediating role of group identity*. Current Psychology, 20(2), 138-146.
- Duarte, N. (2017). *Minha vida como estudante no mundo dos brancos*. São Paulo.
- Duckitt, J. (1992). A historical Analysis and Integrative Framework. *American Psychologist*, Vol 47. No 10, 1182-1193.
- Eagly, A. H., & Diekman, A. B. (2008). What is the problem? Prejudice as an attitude-in-context. In J. F. Dovidio, P. Glick & L. A. Rudman (Eds.), *On the Nature of Prejudice: Fifty Years After Allport*. Oxford: Blackwell, p. 19-35.
- Fernandes, F. (1966). *O Negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Ferreira, S. M. R., Retindario, A. & Tanikawa, L. (2021). *Protocolo de revisão de escopo e revisão sistemática na área de alimentos*. Curitiba.
- Field, A. (2009). *Descobrendo a estatística usando o SPSS-5*. Penso Editora.
- Filho, O. D. V. & Almeida, I. M. V. F. A. (2013). *O lugar da cultura na formação do povo brasileiro*. Amazônia.
- Fiske, S. T., Cuddy, A. J. C., Glick, P., & Xu, J. (2002). A model of (often mixed) stereotype content: competence and warmth respectively follow from perceived status and competition. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 82(No. 6).
- Freire, F. F. O. (1891). *História de Sergipe*. Rio de Janeiro.
- Freyre, G. (1933/1983). *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global.

- Fundação Joaquim Nabuco (2021). *Rebio de Serra Negra*. <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/composicao/dipes-1/centro-integrado-de-estudos-georreferenciados-cieg/atlas-das-caatingas/rebio-de-serra-negra>.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed). São Paulo.
- Gomes, D. O., Madeira, M. Z. A. & Brandão, W. N. M. P. (2020). *Justiça Racial e direitos humanos dos povos e comunidades tradicionais*. Florianópolis.
- Gomes, G. (2022). *Tragédia humanitária em território Yanomami: quais direitos dessas famílias foram violados?* Instituto Brasileiro de Direito da Família. <https://ibdfam.org.br/noticias/10453/Trag%C3%A9dia+humanit%C3%A1ria+em+territ%C3%B3rio+Yanomami%3A+quais+direitos+dessas+fam%C3%ADlias+foram+violados%3F>
- Goss-Sampson, M. A. (2022). *Statistical Analysis in JASP 0.16.1: A Guide for Students*. March.
- Hamilton, D. L., & Trolie, T. K. (1986). Stereotypes and stereotyping: An overview of the cognitive approach. In S. L. Gaertner and J. F. Dovidio (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism*. New York: Academic Press, pp. 127-157.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010) *Censo Demográfico 2010: Características Gerais dos Indígenas Resultados do Universo*. Rio de Janeiro.
- _____. (2012). *Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro.
- _____. (2022). *Gráficos e Tabelas*. <https://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>.
- Instituto Socioambiental (2023). *Terras Indígenas*. <https://terrasindigenas.org.br/>
- Jairo, I. & França, D. X. (2022). *Os Estereótipos: Uma Revisão Sistemática das Publicações Conceituais*. Ribeirão Preto.
- Jesus, Z. R (2011). Povos indígenas e história do Brasil: invisibilidade, silenciamento, violência e preconceito. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo*. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300935234_ARQUIVO_PovosindigenaseahistoriadoBrasil.pdf
- Jodelet, D. (1989). Représentations sociales: un domaine en expansion. In Jodelet, D. *Les représentations sociales*. (pp. 31–61).
- Jones, J. M. (1972). *Racismo e preconceito*. São Paulo: Edgard Blücher.

- Junior, G. W. & Passos, A. A. (2014). *O Brasil é um Estado Racista? Dois ou três apontamentos e algumas definições*.
- Katz, D., e Braly, K. W. (1933). Racial stereotypes of one hundred college students. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 28, 280-290.
- Lemos, F. C. S. & Galindo, D. C. G. (2013). *Massacre e resistência: Kaiowá e Guarani: Interrogações às Psicologias nos traçados do intolerável*.
- Lima, M. E. O. (2013). Preconceito. In: Torres, A. R. R., Camino, L., Lima, M. E. O. & Pereira, M. E. (Org.). *Psicologia Social: Temas e Teorias*. Brasília: Techonopolitik, 589-642.
- _____. (2019). O que há de novo no “novo” racismo do Brasil? *Dossiê – Educação das Relações Étnico-Raciais na Contemporaneidade: Permanências e Transformações*, 4(7), 157-177.
- _____. (2020). *Psicologia Social do preconceito e do racismo*. https://www.blucher.com.br/psicologia-social-do-preconceito-e-do-racismo_9786555500127
- _____. (2023). Preconceito. In Torres, A. R. R. (Org.) *Psicologia social: temas e teorias*. (pp.405 – 444). São Paulo. <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9786555502046-606/list#undefined>
- Lima, M. E. O. & Almeida, A. M. M. (2010). *Representações sociais construídas sobre os índios em Sergipe: ausência e invisibilização*. Paideia, 20(45), 17-27.
- Lima, M. E. O., Almeida, J. N., França, D. X. & Santos, I. J. (2022). *O surgimento de líderes autoritários: Significados das posições direita-esquerda e sentimento de anomia. Psicologia Política*. vol. 22. n.54. pp. 449-466.
- Lima, A. C. S & Castilho, S.R.R. (2013). Povos Indígenas, preconceito e ativismo político In: Bokany, V & Venturi, G(orgs.). *Indígenas no Brasil: Demandas dos povos e percepções da opinião pública*. São Paulo.
- Lima, M. E. O., Faro, A. & Santos, M.R. (2016). *A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos*. Brasília.
- Lima, M. E. O., & Leite, M. de F. (2021). Conteúdo dos Estereótipos e Preconceito Racial: Efeitos da Cordialidade e da Competência. *Psicologia Teoria E Pesquisa*, v.37. <https://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e37546>

- Lima, M. E. O. & Vala, J (2004). *As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. Estudos de Psicologia*. 9(3), 401-411
- Lippmann, W (1922/2008). *Opinião Pública*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Luciano, G. S. (2006). *O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento - LACED, 2006. 227 p. (Coleção Educação para todos, 12). (Vias dos saberes, n. 1). Obra com apoio da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO.
- Maes, J. (2023, 28 de janeiro). Desmatamento por garimpo na Terra Indígena Yanomami saltou 25% em 2022, aponta Inpe. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/01/desmatamento-por-garimpo-na-terra-indigena-yanomami-saltou-25-em-2022-aponta-inpe.shtml>.
- Mata, V. L. C. (1989). *A semente da terra: identidade e conquista territorial por um grupo indígena integrado*. Rio de Janeiro.
- Menezes, W. O. (2015). *Ordem e Transgressão em Sergipe D'el Rei: A trajetória do Sargento-Mor Bento José de Oliveira (1763-1808)* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Sergipe.
- Menin, M. S. S. (2006). *Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. Psicologia: Teoria e Pesquisa* Jan-Abr, Vol. 22 n. 1, pp. 043-052.
- Milanez, F., Sá, L., Krenak, A.; Cruz, F. S. M., Ramos, E. U. & Jesus, G. S. (2019). *Existência e Diferença: o Racismo contra os povos indígenas*. Rio de Janeiro.
- Moscovici, S. (2013). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. (Original work published 1976)
- Munduruku, D. (2010). *Mundurukando* Edição do Autor.
- Mundstock, E., Fachel, J. M. G., Camey, S. A. e Agranonik, M. (2006) *Introdução à análise estatística utilizando o SPSS 13.0*. Porto Alegre.
- Oliveira, J. P. (1993). Povos indígenas do Nordeste: fronteiras étnicas e identidades emergentes. *Tempo e Presença*, ano 15, n. 270, p. 31-4 Rio de Janeiro: CEDI

- _____. (1998). *Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana, 4(1), 47-77. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000100003>
- Oliveira, N. A. (2017). *História, Memória e Exclusão: Os Xavante E As Políticas Nacionais De Desenvolvimento Em Nova Xavantinha- MT*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.]. Porto Alegre. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. <https://bdtd.ibict.br/vufind/>
- Oltramari, L. C. & Camargo, B. V. (2010). *AIDS, Relações conjugais e confiança: Um estudo sobre representações sociais*. Maringá.
- Padilha, L. D. (2012) Povos indígenas do Acre: mentiras históricas e história das mentiras. In: Conselho Indigenista Missionário. *O acre que os marcadores da natureza escondem*. Dossiê Acre: Documento especial para cúpula dos povos, Rio de Janeiro.
- Pena, S. D. J., Silva, S. R. C, Silva, J. A., Prado, V. F. & Santos, F. R. (2000). *Retrato Molecular*.
- Pereira, M. E. (2021). *Estereótipos*. Salvador, BA.
- Pérez, J. A., & Molpeceres, M. A. (2018). *The new moral power of minorities*. International Review of Social Psychology, 31(1), Article 5. <https://doi.org/10.5334/irsp.18>
- Pimenta, J. (2004). *A História oculta da Floresta Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre*.
- _____. (2015). *O amazonismo acriano e os povos indígenas: revisitando a história do Acre*. Brasília- DF.
- Rabelo, J. B. (2010). *Conflitos ambientais gerados pelo Racismo Ambiental no processo de implantação do Conselho Gestor da Rebio Serra Negra em terras indígenas, PE*. Recife.
- Ribeiro, D. (1996). Sobre a mestiçagem no Brasil. In L.M. Schwarcz, & R. da S. Queiroz (Orgs.), *Raça e Diversidade* (pp. 187-211). São Paulo: EDUSP.
- _____. (1995/2015). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. (3a ed.). São Paulo.
- _____. (1982/2013/2017). *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. (7a ed.). São Paulo.
- Ribeiro, B. G. (2000). *O índio na história do Brasil*. (9a ed.). São Paulo.

- Sacco, A. M., Couto, M. C. P. de P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>
- Santana, P. A. (2015). *Os índios em Sergipe oitocentista: catequese, civilização e alienação de terras* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal da Bahia.
- Santana, R. F. (2020). *Atitude Étnico Racial De Universitários Em Relação A Indígenas: Contribuições Da Análise do Comportamento*. [Dissertação de Mestrado] Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS.
- Silva, T. T. (Org.), Hall, S., & Woodward, K. (2000). *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Vozes.
- Sherif, M. (1967). *Social interaction: processes and products*. Chicago: Aldine.
- Sousa, Y. S. O., Gondim, S. M. G., Carias, I. A., Batista, J. S. & Machado, K. C. M. (2020). *O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados de entrevistas*. São João del-Rei.
- Souza, M. A. R., Wall, M. L., Thuler, A. C. M. C., Lowen, I. M. V., & P., A M. (2018). O uso do software IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 52, e03353. Epub October 04, 2018. <https://dx.doi.org/10.1590/s1980-220x2017015003353>
- Souza, C. V. B. (2020). *Identidades Masculina e Sertaneja e sua relação com o sexismo e cultura da honra no sertão sergipano* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal de Sergipe.
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil. https://books.google.com.br/books?id=8So4EAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Sposito, F. (2009). *As guerras justas na crise do antigo regime português: Análise da política indigenista de D. João VI*. São Paulo.
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories: Studies in social psychology*. Cambridge University Press.
- _____. (1982). *Social identity and Intergroup relations*. Cambridge: Cambridge University Press

- Tarouco, G. S. & Madeira, R. M. (2011). *Esquerda e direita no Brasil: uma análise conceitual*. Revista Pós Ciências Sociais, 8(15), 171-185.
<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591/338>
- Techio, E. M. (2011). Estereótipos sociais como preditores das relações intergrupais. In Techio, E. M. & Lima, M. E. O. (Org.). *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal*– Brasília: Technopolitik.
- Torres, A. R. R., Martignoni, T. V. L. & Oliveira, T. M (2011). Contato, Sentimentos Intergrupais, Identidade Social, Preconceito e Dívidas Históricas: O Caso dos Indígenas em Goiás. In Techio, E. M. & Lima, M. E. O. (Org.). *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceitos no Brasil, Espanha e Portugal*– Brasília: Technopolitik.
- Vala, J. (2000). Representações sociais e psicologia social do quotidiano. In J. Vala & M. B. Monteiro (Org.), *Psicologia social* (4a ed., pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal: perspectivas psicossociológicas*. Lisboa: Editora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Wetzel, H. S. J. (1979). *A escravatura e os jesuítas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro.
- Wieviorka, M (1995). *The Arena of racism*. London: Thousand Oaks, Calif. Sage Publications.
https://books.google.com.br/books/about/The_Arena_of_Racism.html?id=q_LtAAAA_MAAJ&redir_esc=y.
- Zucco, L. P. (2001). As representações sociais . *O Social Em Questão* , Ano VII(Nº 9).

APÊNDICES
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO DA PESQUISA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

GRUPO DE PESQUISA NORMAS SOCIAIS, ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITO E
RACISMO

Somos um grupo de pesquisa de Psicologia Social da UFS e da UFAC e estamos realizando um estudo cujo objetivo é analisar a percepção que cidadãos comuns têm sobre os povos indígenas do Brasil. Para fazer este estudo pedimos a sua colaboração, respondendo a algumas perguntas, levará um tempo médio de 15 a 25 minutos. Não se preocupe que não existem respostas certas ou erradas, nos importa apenas a sua opinião sobre o assunto. O(a) sr(a) não precisa se identificar. E pode ter acesso aos dados do estudo, basta nos contatar pelo telefone (79) 9 9678-8442 ou pelo e-mail 202111@academico.ufs.br com a pesquisadora responsável.

Pode colaborar?

() Sim, eu aceito participar do estudo.

() Não, não concordo em participar do estudo.

Obrigado(a)!

Qual a sua idade?

Nível de escolaridade (estudou até que série/ano)?

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo

☐ Outro

Sexo: Feminino. ☐ Masculino ☐ Outro ☐

Estado:

Cidade:

Renda familiar aproximada:

☐ Menos de 1 salário

☐ 7-8

☐ 1-2

☐ 8-9

☐ 3-4

☐ mais de 9 salários.

☐ 5-6

Sua Posição política:

☐ Extrema esquerda

☐ Direita

☐ Esquerda

☐ Extrema Direita

☐ Centro Esquerda

☐ Centro

☐ Outro

☐ Centro Direita

Você se identifica como:

☐ Branco

☐ Afro-indígena

☐ Amarelo

☐ Indígena

☐ Pardo

☐ Preto

Indique abaixo o quanto você se identifica com o modo de ser, cultura e características de pessoas

	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo	Não concordo ou discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
Existem povos indígenas no Brasil.	1	2	3	4	5	6	7
Existem indígenas no Estado em que moro.							
Houve, na história do Brasil violência contra os povos indígenas.							
As terras dos indígenas foram tomadas pelos não-indígenas.							
Existe discriminação contra os indígenas no Brasil.							
Existe racismo contra os povos indígenas no Brasil.							
Violências ainda são praticadas contra os povos indígenas nos dias atuais.							

Quando você ouve a palavra “Povos Indígenas”, quais são as três primeiras coisas que você pensa?

Na sua opinião, quais características **os brasileiros, de uma maneira geral, acreditam** que os povos indígenas têm? Diga o máximo que conseguir.

Quando você pensa nos acontecimentos do Brasil, o que lembra em relação aos povos indígenas?

Como você descreveria um indígena?

Onde os povos indígenas, de maneira geral, vivem?

O que, na sua opinião, os povos indígenas, de uma maneira geral, fazem no seu dia a dia?

Marque uma das opções abaixo de acordo com sua opinião.:

Marque umas das opções em cada questão abaixo:

No total, quantas pessoas indígenas você conhece?

0	1	2	3	4	5	6 Ou mais

No geral, você costuma ter contato com indígenas com que frequência?

Nunca	Menos de uma vez por ano	Uma vez por ano	Duas vezes por ano	Uma vez por mês	Uma vez por semana	Várias vezes por semana	Todos os dias	Várias vezes ao dia
-------	--------------------------	-----------------	--------------------	-----------------	--------------------	-------------------------	---------------	---------------------

Há na sua família, algum grau de parentesco com indígenas?

- () Sim, eu tenho familiares de etnia indígena;
- () Não, eu não possuo familiares de etnia Indígena;
- () Não sei se possuo algum familiar de etnia indígena;

Em caso de resposta positiva na pergunta anterior, quais graus de parentesco com indígenas você possui?

No geral, quanto você acha que sabe a respeito dos indígenas?

Nada	Muito pouco	Pouco	Nem pouco nem muito	Muito	Bastante	Muitíssimo
1	2	3	4	5	6	7

Leia a lista de sentimentos a seguir. Dê para cada um deles uma nota de 0 (zero) a 5 na escala abaixo, em função do quanto eles expressam o que você sente em relação aos povos indígenas do Brasil. Quanto maior a nota mais forte o sentimento.

	0	1	2	3	4	5
Admiração						
Orgulho						
Raiva						
Culpa						
Pena						
Indiferença						
Simpatia						
Respeito						
Solidariedade						
Desprezo						

Há algum outro sentimento para além dos citados acima?

Imagine agora que você conhece um indígena e para cada uma das situações abaixo, indique como você se sentiria ao...

	Totalmente Desconfortável	Muito Desconfortável	Desconfortável	Nem confortável nem desconfortável	Confortável	Muito Confortável	Totalmente Confortável

Ter um vizinho indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Ter um professor indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Ter um prefeito indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Ter um médico indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Trabalhar para um indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Ser abordado por um policial indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Ter um amigo indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Namorar um(a) indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Ter um filho com descendência indígena?	1	2	3	4	5	6	7
Casar-se com um(a) indígena(a)?	1	2	3	4	5	6	7

Abaixo temos algumas afirmativas, por favor, leia cada uma e selecione o grau com que você concorda com elas. Assinale só uma resposta para cada frase.

	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo	Não concordo ou discordo	Concordo	Concordo Muito	Concordo Totalmente
Eu sou capaz de entender a situação de pobreza dos indígenas brasileiros.	1	2	3	4	5	6	7

Tudo o que existe nas terras indígenas (ouro, madeira, pedras preciosas etc.) pertence aos próprios povos indígenas.	1	2	3	4	5	6	7
Quando penso na discriminação que os povos indígenas têm que enfrentar no seu dia a dia, sinto-me muito mal por eles.	1	2	3	4	5	6	7
Eu gostaria de saber mais sobre os povos indígenas brasileiros para poder entender melhor sua situação.	1	2	3	4	5	6	7
Muitas vezes os povos indígenas recebem muito mais benefícios (dinheiro, remédios, cestas básicas etc.) do governo do que o resto dos brasileiros pobres.	1	2	3	4	5	6	7
É um desrespeito ao povo originário do Brasil que não existem políticas públicas efetivas de preservação e resgate dos costumes e tradições dos povos indígenas.	1	2	3	4	5	6	7
Somos todos pobres, portanto nenhum grupo deveria receber mais que o outro.	1	2	3	4	5	6	7

A responsabilidade pela morte dos povos indígenas é do governo.	1	2	3	4	5	6	7
Eu me sinto mal quando penso que nós, brasileiros, somos intolerantes com os povos indígenas, pois isso mostra que somos um povo que naturalmente discrimina outros povos.	1	2	3	4	5	6	7
Penso ser um desrespeito constitucional quando constatamos que os povos indígenas têm perdido seus costumes e tradições.							
Embora eu acredite que a pobreza atual dos povos indígenas seja fruto do processo de colonização do Brasil, eu acho que devo assumir minha parcela de responsabilidade pela situação deles.	1	2	3	4	5	6	7
Eu acredito que o Estado possui o direito de intervir em territórios indígenas em prol do desenvolvimento.							
A demarcação das terras indígenas é algo que tem que ser feito urgentemente.	1	2	3	4	5	6	7

É muito difícil para mim reconhecer que a pobreza dos povos indígenas tem sido causada por nós brasileiros.	1	2	3	4	5	6	7
Sinto-me culpado quando penso nos baixos salários que os indígenas recebem quando conseguem algum trabalho.	1	2	3	4	5	6	7
Não podemos dizer que a situação dos povos indígenas é pior do que a dos brasileiros pobres.	1	2	3	4	5	6	7
Sinto-me muito mal quando me dou conta que nós, brasileiros não-indígenas, temos contribuído para que os povos indígenas percam sua língua e seus costumes.	1	2	3	4	5	6	7
A questão atual do Marco Temporal é um ataque aos direitos garantidos pelos povos indígenas.							
Eu agora entendo que se os povos indígenas passam necessidade, é por causa do que temos feito com eles desde a época da colonização até os dias de hoje.	1	2	3	4	5	6	7

Eu acredito que os povos indígenas querem acumular terras com os processos de demarcação.							
Eu acredito que a reserva de vagas e/ ou cotas para os povos indígenas para empregos e universidade é importante para garantir acesso a oportunidades.							

Obrigado pela colaboração!

APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO NÃO INDÍGENA SOBRE OS
INDÍGENAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) participante,

Agradecemos a sua participação voluntária nesta pesquisa que objetiva investigar processos cognitivos e emocionais. Este trabalho está sendo realizado por mim, Kathllen Kendra Rocha Silva, estudante do Mestrado em Psicologia, e orientada pelo Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima e pela Prof.^a Dr.^a Patrícia da Silva, da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Federal do Acre (UFAC). Os dados serão coletados por meio de um questionário online; a sua forma de participação será responder de forma sincera. A pesquisa é sigilosa e sua privacidade será mantida. A meta final da pesquisa é voltada para publicação científica e criação de projetos de intervenção em saúde.

É importante que você saiba:

- **A sua participação não é obrigatória;**
- **A qualquer momento você pode desistir de participar, não havendo problemas quanto a isso;**
- **Não é necessário se identificar, garantimos o sigilo, não utilizando os nomes dos participantes, substituindo-os por números; e não divulgando os vídeos, que serão utilizados somente para a análise de dados;**
- **Não há na literatura evidências de riscos aos participantes em pesquisas com esta natureza. No entanto, esta pesquisa pode apresentar o risco mínimo de desconforto emocional, intimidação e constrangimento aos participantes no contato com os**

instrumentos de coleta de dados. Para minimizar este risco, esclarecemos que a coleta de dados será interrompida e que utilizaremos técnicas psicológicas para devolver-lhe a serenidade, caso haja necessidade;

- Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou privilégios particulares por estar participando. Todavia, almejamos que a mesma traga o benefício direto ao participante de uma autoavaliação das suas emoções, e como benefício indireto o aprimoramento científico para a formação acadêmica, suscitando novas perspectivas de protocolos de condutas humanitárias permeadas pela psicologia social;
- Você receberá uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido;
- Qualquer esclarecimento ou informação adicional pode ser obtido pelo telefone (79) 9 9678-8442 ou pelo e-mail 202111@academico.ufs.br com a pesquisadora responsável;
- Se você tiver alguma consideração ou questionamento sobre sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFS – Rua Cláudio Batista, s/nº, Bairro Sanatório – Aracaju SE, pelo telefone: (79)3194-7208 ou pelo e-mail; cephu@ufs.br. O CEP/UFS é a instancia da Universidade Federal de Sergipe responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Obrigada por sua participação.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____.

Pesquisador

Participante de pesquisa

APÊNDICE C- GRÁFICO DA ANÁLISE PROTOTÍPICA



ANEXOS

ANEXO A- Folder IBGE P.1

LÍNGUAS

Indígenas de 5 anos ou mais, segundo o tronco linguístico, família linguística, e língua indígena nas Terras Indígenas.

Macro-Jê	57252
Bororo	1035
Bororo	955
Umutina	80
Guató	29
Guató	29
Jê	48326
Apinayê	1386
Kanela	488
Gavião Krikatêjê	58
Gavião Parkatêjê	55
Gavião Pukobiê	521
Krahô	1331
Krikati	739
Timbira	763
Kaingang	19905
Kayapó	5520
Krenakore	434
Kisêdjê	277
Tapayúna	68
Xacriabá	10
Xavante	11733
Xerênte	2051
Xoklêng	507
Jê não especificado	2480
Karajá	3119
Karajá	2137
Javaé	982
Krenák	205
Krenák	205
Maxakali	1854
Maxakali	1024
Pataxó	772
Pataxó Há-Há-Há	58
Oláyê	10
Oláyê	10
Rikbaktsa	10
Rikbaktsa - Canoerosa	10
Yatê	1871
Fulni-ô	1871
Macro-Jê não especificado	793

Tupi	78704
Arikém	229
Karitiana	229
Aweti	62
Aweti	62
Jurúna	283
Yudjá	271
Xipáya	12
Mawé	8103
Mawé	8103
Mondé	3096
Aruá	189
Gavião de Rondônia	1
Zoró	20
Mondé, Tupi-Mondé	2886
Mundurukú	3569
Mundurukú	3563
Kurúya	6
Ramaráma	2
Ramarama	2
Tupari	440
Ajuru	20
Akuntú	5
Makuráp	112

Tupi	cont.
Tupari (continuação)	
Sakurabiat	30
Tupari	273
Tupi-Guarani	62633
Amanayê	6
Aplaká	13
Araweté	5
Asurini do Tocantins	332
Parakanã	644
Ava-Canoero	10
Guajá	503
Guarani	2464
Guarani Kaiová	24368
Guarani Mbya	3248
Guarani Nhandeva	4887
Ka'apor	1241
Língua de Sinais Ka'apor	4
Kamayurá	83
Diahói	4
Karipuna	16
Kawahib	2
Parintintim	65
Tenharim	32
Uru-Eu-Wau-Wau	56
Kaiabi	673
Kokama	354
Kambéba	44
Língua Geral Amazônica	3771
Tapirapé	300
Guajajára	8269
Tembé	420
Waiápy	695
Xetá	3
Zo'é	216
Tupi-Guarani não especificado	9905
Tupi não especificado	287

Outras famílias não classificadas em troncos	75691
Aruak	17826
Apurinã	824
Ashaninka	302
Baniwa	2744
Kuripáko	636
Baré	11
Kaixána	9
Kinikinau	15
Machinéri	294
Mawayána	4
Mehináku	14
Palikúr	925
Paresi	122
Tariána	91
Terêna	6314
Wapixána	3154
Warekána	11
Wauja	26
Yawalapití	1
Aruak não especificado	2329
Karib	13697
Apalai	252
Arara do Pará	190
Bakairi	173
Galibi do Oiapoque	3
Hix'aryana	52
Ikpeng	325
Ingarikó	675

Outras famílias não classificadas em troncos	cont.
Karib (continuação)	
Kalapálo	12
Kuikuro	9
Matipú	18
Nahukwá	2
Kaxuyána	65
Makuxi	4675
Kapon Patamóna	49
Taulipáng	427
Tiriyó	1209
Wái Wái	2217
Waimiri-Atroari	886
Wayána	310
Yekuána	414
Karib não especificado	1734
Pano	8960
Arara do Acre	46
Katukina do Acre	37
Kaxarari	96
Kaxinawá	3588
Korúbo	108
Kulina Páno	92
Marúbo	1578
Matis	822
Matsés	1144
Nukini	21
Poyanawa	3
Shanenáwa	10
Yamináwa	222
Yawanawá	347
Pano não especificado	846
Tukano	5277
Arapáso	1
Bará	7
Barasána	3
Desána	95
Wanana	236
Kubeo	171
Makúna	6
Siriáno	2
Tukano	4412
Tuyúca	263
Piratapúya	81
Arawá	4958
Arawá	398
Banawá	95
Deri	912
Jamamadi-Kanamanti	217
Jarawára	127
Kulina Madijá	3043
Paumari	166
Katukina	3104
Kanamari	2298
Katukina	806
Makú (Nadahup)	1851
Makú	341
Dáw	77
Hupda	1107
Nadeb	326
Nambikwára	951
Manduka	3
Kithaulu	4
Hahaintesu	30
Latundé	18
Negaroté	88
Mamaindê	183
Tawandê	6

Outras famílias não classificadas em troncos	cont.
Sabanê	46
Nambikwára	573
Txapakúra	2429
Kujubim	482
Oro Win	5
Torá	88
Pakaa Nova	1854
Yanomâni	15414
Ninâm	940
Sanumá	1788
Yanomán	385
Yanomâni	12301
Bôra	2
Miránha	2
Guaikuru	649
Kadiwéu	649
Múra	504
Múra	81
Pirahã	423
Samúko	1
Chamakóko	1
Chiquito	27
Chiquitáno	27
Jaboti	38
Anikapú	3
Djeoromixi - Jaboti	35
Witoto	3
Witoto	3

Outras línguas não classificadas nem em troncos e nem em famílias	31942
Aconá	44
Aikaná	114
Apolima - Arara	9
Ariken	9
Baená	3
Botocudo	87
Galibi Marwómo	474
Irântxe	39
Isé	2
Jeripancó	182
Kaimbé	1
Kambiawá	22
Kambiawá-Pipipá	18
Kanoé	44
Kapinawá	3
Karapotá	2
Karijó (1)	1
Kariri - Xocó	9
Kaxixó	2
Kayuisiana - Kaixána	1
Kiriri	56
Kwazá	8
Mynky	89
Pankararú	31
Pankaru	1
Potiguara	41
Tapeba	9
Tapuia	1
Tikúna	30057
Tingui-Botó	25
Truká	27
Trumái	87
Tupinambá	63
Tupinambaraná	251
Tupiniquim	43
Xucuru	87

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Línguas historicamente consideradas como desaparecidas e que apareceram na coleta a partir da autodeclaração.

ANEXO A- Folder IBGE P.2

POVOS/ETNIAS

Indígenas, segundo o tronco linguístico, família linguística, etnia ou povo.

Macro-Jê		Tupi		cont.		Etnias pertencentes a outras famílias não classificadas em troncos		cont.		Etnias pertencentes a outras famílias não classificadas em troncos		cont.		Outras etnias cujas línguas não são classificadas nem em troncos e nem em famílias		cont.	
Bordô	2795	Ramarama	404	Arara de Rondônia	369	Karib	(continuação)	Makú (Nadahup)	(continuação)	Dáw	98	Catokin	953	Charua	126	Galibi Marwórnó	1862
Bororo	2348	Urukú	35	Akuntú	7	Bakairi	1055	Hupda	1407	Nadêb	746	Irãtêb	363	Issé	8	Jariçuna	6
Umutina	447	Tupari	1196	Ajuru	172	Hikaryána	776	Nambikwára	2237	Manduka	74	Jeripancó	1879	Kaeté	135	Kahyana	1016
Guató	313	Tupari	1196	Makuráp	411	Ikpeng	504	Sawentesu	22	Alaketesú	4	Kaimbé	516	Kalabaça	106	Kalankó	273
Guató	313	Ajuru	172	Sakurabiát	134	Ingarikó	1509	Ahantesu	85	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Jê	93766	Akuntú	7	Tupari	472	Kalapalo	546	Hahaintesu	152	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Apinayê	1913	Makuráp	411	Tupari-Guarani	120978	Kukuro	579	Alantesu	85	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Kanela	1521	Amanayê	244	Amanayê	244	Matipú	159	Hahaintesu	152	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Kanela Apaniekra	26	Anambé	185	Apiaká	799	Nahukúa	130	Sawentesu	22	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Kanela Rankocamekra	1774	Araweté	400	Apiaká	799	Naravute	2	Sawentesu	22	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Gavião Krikatejê	329	Assurini do Tocantins	471	Araweté	400	Kaxuyana	418	Sawentesu	22	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Gavião Parkatejê	406	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Tocantins	471	Makuxi	28912	Sawentesu	22	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Gavião Pukobíê	745	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Tocantins	471	Kapon Patamóna	187	Sawentesu	22	Kaladetesú	4	Kambé	1016	Kalabaça	106	Kalankó	273
Krahô	2843	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Pará	1258	Tauiipáng	751	Sarare	213	Waikisu	5	Kambiwa	3488	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Krahô-Kanela	39	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Tirijó	1440	Sarare	213	Wasusu	28	Kambiwa-Pipipá	1655	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Krenjê	15	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Wai Wai	2290	Sarare	213	Lakondê	2	Kampê	68	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Krikati	978	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Karafawayana	3	Sarare	213	Latondê	23	Kanindê	385	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Kokuregatejê	3	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Katuetna	123	Sarare	213	Negaratê	174	Kanoê	251	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Timbira	379	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Tunayana	107	Sarare	213	Mamaindê	280	Kantarurê	398	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Kaingang	37470	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Xereú	92	Sarare	213	Tawandê	95	Kapinawá	1951	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Kayapó	10357	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Yapiyana	4	Sarare	213	Sabanê	262	Karapotó	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Panará	913	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Waimiri Atoari	1448	Sarare	213	Nambikwára	618	Karapóti	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Kisêdjê	468	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Wayana	308	Sarare	213	Txapakúra	3880	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Tapayuna	135	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Yé'kuana	579	Sarare	213	Kujibim	128	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Xacriabá	9221	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Pano	19414	Sarare	213	Miquelêno	105	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Xavante	19259	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Arara do Acre	705	Sarare	213	Oro Win	129	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Xerente	3152	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Katukina do Acre	481	Sarare	213	Torá	414	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Xoklêng	1820	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Kaxarari	520	Sarare	213	Pakaa Nova	3104	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Karajá	6123	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Kaxinawá	7567	Sarare	213	Yanomami	25084	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Karajá	4326	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Korúbo	142	Sarare	213	Ninám	726	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Javáé	1542	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Kulina Páno	377	Sarare	213	Sanumá	2334	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Xambioá	255	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Marúbo	2200	Sarare	213	Yanomán	42	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Krenák	594	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Matis	1013	Sarare	213	Yanomámi	21982	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Krenák	594	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Matsês	2455	Sarare	213	Bóra	1350	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Maxakali	19079	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Maya	99	Sarare	213	Bóra	1	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Maxakali	1935	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Nukini	701	Sarare	213	Mirinhá	1349	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Pataxó	13588	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Poyandáwa	624	Sarare	213	Guaikurú	1592	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Pataxó Há-Há-Há	3556	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Shanenáwa	547	Sarare	213	Kadiwêu	1575	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Ofayê	72	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Yamináwa	1402	Sarare	213	Guaikurú	17	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Ofayê	72	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Yawanawá	581	Sarare	213	Múra	13219	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Rikbaktsa	1411	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Tukano	13509	Sarare	213	Múra	12479	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Rikbaktsa	1411	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Arapáso	497	Sarare	213	Pirahá	740	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Yatê	5278	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Bará	33	Sarare	213	Samukó	6	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
Fulni-ô	5278	Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Barasána	48	Sarare	213	Chamakóko	6	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Desána	2361	Sarare	213	Chiquito	324	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Karapaná	74	Sarare	213	Chiquitano	324	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Wanana	670	Sarare	213	Jabutí	229	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Kubeo	537	Sarare	213	Anikapú	42	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Makúna	287	Sarare	213	Djeoromitêb - Jabuti	187	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Siníano	67	Sarare	213	Witótó	22	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Tukano	6151	Sarare	213	Witótó	22	Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Tuyúca	849	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Yuruti	10	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Pinatupuya	1401	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Mirititapuya	524	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Arawá	8634	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Baranawa	193	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Deni	1279	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Jamamadí	622	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Jarawára	244	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Kanamanti	6	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Kulina Madjá	4848	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Paumari	1427	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Zuruahá	15	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Katukina	5276	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Kanamari	4040	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Katukina	1169	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Katawixó	67	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Makú (Nadahup)	2605	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146	Makú	354	Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)	616	Karipúna do Amapá	120
		Assurini do Tocantins	471	Assurini do Xingu	146			Sarare	213			Karajó (1)	616	Karajó (1)			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

(1) Etnias historicamente consideradas como desaparecidas e que apareceram na coleta a partir da autodeclaração.

ANEXO B- PARECER APROVADO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA POPULAÇÃO NÃO-INDÍGENA SOBRE OS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Pesquisador: KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 52999121.0.1001.5546

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.364.806

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa" (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1825182.pdf), postado em 26/10/2021. Ao analisarmos a construção racial da população brasileira, os povos indígenas são a origem do organograma. Sua história está ligada às terras brasileiras antes mesmo da chegada dos portugueses à América indígena. Como povos originários, muitos brasileiros possuem em seu DNA descendência indígena. Porém, se muitos questionados sobre qual a visão que possuem dos indígenas, relatam um desconhecimento ou imagens simbólicas muito distantes. Lima e Almeida (2010) em estudo sobre as representações sociais dos indígenas em Sergipe, formulam que os indígenas são um grupo minoritário que possuem uma determinada posição na sociedade, reflexo da formação de sua imagem. Complementam descrevendo que a posição em que se encontram possuem conexão com as caracterizações históricas que foram construídas pelos grupos que possuíam o poder político-econômico. Na vida em sociedade os sujeitos utilizam-se das suas representações sociais como pontos de referências para organização do seu mundo simbólico. De forma que ao pensar as representações sociais que se tem dos indígenas na atualidade foram construídas pelo "homem branco" no decorrer do seu processo histórico de contanto, iniciado no descobrimento do Brasil, no decorrer do seu processo de colonização e que nos dias atuais resultam em invisibilização e exclusão moral e social (Lima e Almeida, 2010). Partindo dessa

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Telefone: (79)3194-7208

Município: ARACAJU

CEP: 49.080-110

E-mail: cep@academico.ufs.br

Continuação do Parecer: 5.364.808

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1825182.pdf	25/02/2022 12:01:16		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_PENDENCIAS_CEP_kathllen.doc	25/02/2022 11:59:24	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PARECER_ATUALIZADO.docx	25/02/2022 11:58:37	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Outros	CARTA_EMENDA_CEP_UFS.docx	10/01/2022 14:19:49	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_EMENDA.docx	10/01/2022 14:18:15	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_EMENDA.pdf	10/01/2022 14:17:43	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO_PARECER.pdf	10/01/2022 14:17:10	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_ANUANCIA_KATHLLEN_KENDRA.pdf	21/10/2021 17:23:45	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_DE_USO_DE_DADOS_UFS_KATHLLEN_KENDRA.pdf	10/10/2021 14:23:11	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_COMPROMISSO_E_CONFIABILIDADE_KATHLLEN_KENDRA.pdf	10/10/2021 14:22:51	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_KATHLLEN_KENDRA.pdf	10/10/2021 14:21:50	KATHLLEN KENDRA ROCHA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 25 de Abril de 2022

Assinado por:
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

CEP: 49.080-110

Telefone: (79)3194-7208

E-mail: cep@academico.ufs.br